

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE**

**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**RENDA MÍNIMA, CONSUMO E CIDADANIA: O CASO DO**

**PROGRAMA BOLSA ESCOLA EM AREIA BRANCA-RN**

**LIDIANE ALVES DA CUNHA**

**RECIFE**

**MAIO DE 2005**

**LIDIANE ALVES DA CUNHA**

**RENDA MÍNIMA, CONSUMO E CIDADANIA: O CASO DO  
PROGRAMA BOLSA ESCOLA EM AREIA BRANCA-RN**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof<sup>a</sup> Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

**RECIFE**

**MAIO DE 2005**

CUNHA, Lidiane Alves da.

Renda Mínima, consumo e cidadania: o caso do programa Bolsa Escola em Areia Branca-RN. – Recife: o autor, 2005.

162 folhas: il., fig., quadros.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2005.

Inclui bibliografia e anexos.

1 Sociologia – Sociologia política. 2. Sociedade de consumo – Renda mínima, consumo e cidadania. 3. Programas governamentais - Areia Branca (RN). 4. Consumo precário – Inclusão na sociedade de consumo – Análise dos Programas. I. Título.

304.4 CDU (2.ed.) UFPE

306.2 CDU (22.ed.) BC2005-326



*Dedico este trabalho aos meus pais  
Francisco Alves da Cunha e Edileuza  
Calixto da Cunha e a toda minha família  
pelo apoio constante.*

*Aos mestres que tanto me ensinaram  
nesta jornada.*

*Aos amigos, tanto os que passaram  
quanto aos presentes, pela força sempre  
cedida.*

*Agradeço ao Conselho Nacional de Pesquisa – CNPQ, pela bolsa oferecida.*

*Agradeço ao laboratório de observação permanente sobre o meio rural – UFPE e ao Programa de cooperação acadêmica UFPE – Unicamp, apoiado pelo PROCAD/CAPES, pela oportunidade propiciada.*

*Agradeço especialmente à Professora Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, pela atenção e cuidados a mim dedicados nesta busca pelo conhecimento.*

*Ao falar da sociedade moderna como uma cultura do consumo, as pessoas não estão se referindo apenas a um determinado tipo de necessidades e objetos – a uma determinada cultura do consumo – mas a uma cultura de consumo. Falar dessa forma é considerar os valores dominantes de uma sociedade como valores que não só são organizados pelas práticas de consumo, mas também, de certo modo, derivados delas (Slater, 2002, p. 32).*

## RESUMO

Esta dissertação põe em relação a crise da sociedade salarial e a crescente reivindicação por mais políticas públicas que dêem respostas à atual situação de desemprego, pobreza e distintas formas de exclusão no Brasil. Analisa também as reconfigurações sociais vivenciadas a partir dos fundamentos da sociedade de consumo. O problema trazido à discussão assim se define: por um lado o crescimento do desemprego, a precarização das relações de trabalho e a pobreza das populações; por outro lado, o lugar das políticas públicas que visam reduzir as desigualdades entre estratos populacionais e garantir a inclusão dos mesmos na sociedade de consumo. Para responder a esse desafio, a dissertação se apóia em apostos teóricos e metodológicos dos estudiosos da sociedade de consumo e das desigualdades sociais, como também, em evidências empíricas que explicitam o lugar das políticas públicas na solução desses problemas. O programa Bolsa Escola, como implantado no município de Areia Branca – RN, é definido como objeto principal de análise. A coleta de dados realizada no período de Julho a Dezembro de 2004, foi dividida em duas partes: a primeira referente ao acesso às fichas cadastrais e seleção dos atores, no período de Julho a Agosto de 2004, e a execução das entrevistas nos meses de Novembro e Dezembro de 2004. Foram entrevistadas 22 pessoas, sendo 11 adolescentes e 11 mães de beneficiários. Os resultados obtidos indicam que os programas de renda mínima em suas diversas propostas têm se apresentado como uma alternativa viável à inclusão social, com base no critério de igualdade de direitos nas políticas públicas. No entanto, na sociedade de consumo as necessidades não são tão somente básicas, as identidades são construídas com base na distinção no consumo. Por isso as rotas de acesso aos bens desenvolvem-se para os beneficiários de renda mínima através do consumo precário ou na não satisfação do desejo. A análise traz ao debate o problema enfrentado pelas políticas sociais para inserir amplamente os cidadãos, de forma que estes possam participar no acesso às riquezas do país, para assim diminuir os abismos entre os que efetivamente estão incluídos na sociedade de consumo e os consumidores precários.

**Palavras-chaves:** sociedade de consumo, necessidades, políticas de renda mínima, pobreza, exclusão social.

#### **ABSTRACT**

This dissertation brings into view the relationship between the crisis of the workers' society and the demand for more government programs which pay heed to the current situation of unemployment, poverty and the distinct forms of exclusion in Brazil. Social reconfigurations existing in the foundations of consumer society are also analysed. The problem raised poses itself in the following way: on the one hand we have the growth of unemployment, precarious work relations and the poverty of populations; on the other hand, one considers the place of policies which are intended to reduce inequalities in the strata of populations, as well as guaranteeing the inclusion of these populations in consumer society. In order to respond to this challenge, the dissertation is supported in theoretic and methodological assumptions, originating in the work of consumer society's scholars; also being founded in empirical evidence which explains the place of state policy in the solution of these problems. The Bolsa Escola [School Subsidy] program, as it was implanted in the municipality of Areia Branca – RN, is defined as the main object of study. The collection of data was took place between July and December 2004, being divided in two parts: the first refers to access to registered forms and the selection of participants, in the period from July to August 2004, and the conducting of interviews in the months of November and December 2004. Twenty-two people were interviewed, including eleven teenagers who had benefited from the program, and eleven mothers of such recipients. The results obtained indicate that these programs, in their various proposals, to the benefit of minimum wage earners, have presented themselves as a viable alternative for social inclusion, based on the criterion of equal rights in the public arena. However, in consumer society necessities aren't just basic things; and identities are constructed based on distinctions in the consuming. For this reason, routes of access to goods are developed in the minimum income category beneficiaries through precarious types of consumption, or in the satisfaction of immediate desires. The analysis raises debate about the problem confronted by social policy in the intended ample insertion of citizens. We analyse the ways in which citizens are able to participate in their access to the country's wealth, in this

way diminishing abysses between those who are effectively included in consumer society, and those who practice precarious consumption.

**Key words:** consumer society, necessities, policy for minimum wage earners, poverty, social exclusion.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	p.12
1. REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA EM UMA SOCIEDADE DE CONSUMO:	
OS TERMOS DO PROBLEMA	p.23
1.1 Necessidade e satisfação em sociedade desigual	p.26
1.2 Consumo, pobreza e cidadania	p.33
1.3 Pobreza Humana: uma abordagem social e política	p.35
1.4 Inclusão através das políticas públicas	p.45
2. PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA EM UMA SOCIEDADE DE CONSUMO:	
O CASO DO BOLSA ESCOLA	p. 55
2.1 Bolsa Escola, adolescentes e consumo	p. 64
2.2 Programas de renda mínima e consumo	p. 69
2.3 Construção da pesquisa: aspectos metodológicos	p. 73
3. BOLSA ESCOLA E SOCIEDADE DE CONSUMO: O CASO EM UM PEQUENO MUNICÍPIO POTIGUAR	p. 79
3.1 Areia Branca, uma cidade e distintas realidades	p. 83
3.2 Caracterização do município, integração e recursos	p. 94
3.3 Renda mínima, jovens e consumo	p.100
4. CONSUMO PRECÁRIO: ROTAS DE ACESSO, ENTRADA E SAÍDA DA SOCIEDADE DE CONSUMO	p.109
4.1 A política social em um contexto de crise da sociedade salarial	p.117
4.2 Como se incluem os excluídos	p.130
CONCLUSÃO	p.145

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS p. 148

ANEXOS p. 154

## ÍNDICE DE QUADROS E TABELAS

### Quadros

Quadro 1 - Liberdades instrumentais em Amartya Sen p. 52

Quadro 2 - Retrospectiva do debate sobre programas de renda no Brasil p. 58

Quadro 3 - Correntes teóricas sobre o jovem na Sociologia p. 66

Quadro 4 - Tipos de renda mínima p. 71

### Tabelas

Tabela 1 - Indicadores de Desenvolvimento Humano p. 84

Tabela 2 - Distribuição por profissões/ocupações e renda *per capita* das famílias beneficiadas p. 89

Tabela 3 - Número de famílias e de beneficiários p. 93

## INTRODUÇÃO

A sociedade da abundância é a mesma em que muitos vão dormir com fome (Sahlins, 1978). Em tempos de globalização, crescem a exclusão e os problemas sociais decorrentes da atual crise do emprego. Em cenários pós-modernos, constroem-se as referências do futuro, fragmentam-se identidades. A tradição também passa a ser ressignificada, dentro da relação entre o local e o global. O que chama atenção é que mesmo vivendo em uma sociedade de opulência global, parte da população vive em situação de negação das liberdades mais elementares. E essa privação refere-se tanto à pobreza econômica quanto à carência de serviços públicos e de assistência social, ou mesmo à negação de liberdades políticas e civis.

Essas reconfigurações são sentidas tanto nas esferas públicas quanto no universo privado. E é nesse espaço que se deve observar as implicações práticas no cotidiano. Juntamente à conscientização, seja dos cidadãos, organismos multilaterais ou dos estudiosos do tema, crescem as reivindicações e as concepções acerca do fato dos governos assumirem a responsabilidade sobre as políticas sociais.

Compreende-se que a experiência das recentes décadas sob a égide dos preceitos liberais contribuíram para o aumento da pobreza e das desigualdades sociais, porque as políticas econômicas não conseguiram nem dar respostas de longo prazo nem amenizar os problemas mais urgentes. Nesse sentido é que a busca por respostas chega ao debate teórico e político. Surgem as propostas de políticas redistributivas e programas sociais que visam amenizar a situação de pobreza extrema e de desfiliação social dos dias atuais.

A sociedade brasileira, como todo o mundo, sofre os impactos da globalização, com re-configurações econômicas, políticas institucionais e culturais. O nosso objeto de pesquisa, o programa de renda mínima Bolsa Escola do Governo Federal, é analisado a partir dessas transformações, observando especialmente o surgimento da chamada sociedade de consumo na reconfiguração das relações entre beneficiários e os objetivos do programa, permeando a realidade social de práticas típicas do universo de consumo.

Falar sobre sociedade de consumo é atentar para vários aspectos do nosso cotidiano. De acordo com Zygmunt Bauman (1998), se a sociedade moderna era em sua fase industrial uma sociedade de produtores, já que era assim que engajava seus membros, hoje se vive um outro projeto societário ambivalente fundado no encontro do mercado com a democracia, transformando os valores nas esferas pública e privada.

Na linguagem comum, o termo consumir quase sempre representa compulsões irracionais e gastos inúteis, estando esta visão apoiada na onipotência da mídia que geraria este consumo irreflexivo das massas. No entanto, reside nesse fenômeno muito mais do que a simples discussão sobre a racionalidade ou não do ato de consumir, apontando para o consumo como algo mais complexo que a relação entre os meios de comunicação manipuladores e platéias dóceis. Para Jean Baudrillard,

*é preciso afirmar claramente, logo de início, que o consumo surge como modo ativo de relação (não só com os objetos, mas ainda com a coletividade e o mundo), como modo de atividade sistemática e de resposta global, que serve de base a todo o nosso sistema cultural (Baudrillard, 1995, p. 11).*

Portanto, nesse sistema, o que vai mudar são as formas de satisfação das necessidades de consumo. Isto porque, mesmo que se criem produtos elitizados, busca-se uma imitação, um produto falsificado ou pirateado. Muda, portanto, não o embarque, mas

sim o preço e a classe na qual se viaja nesta sociedade de consumo. Isto porque a publicidade e a própria estetização e estilização fazem do consumo o elemento permeador das práticas sociais, não apenas para as classes mais abastadas mas também para as menos favorecidas. Isto porque, neste sistema simbólico, um bem só agrega sentido de distinção se este for compreensível para todos os membros, fazendo-se necessário o conhecimento deste por todos.

Além do mais, as mensagens de consumo chegam à diversas classes sociais através da mídia, gerando o desejo tanto nos que podem pagar e comprar quanto nos menos afortunados socialmente. Assim, conforme afirma Rocha, “são justamente as transformações nos hábitos de consumo das populações pobres que colocam a necessidade de repensar a pobreza e suas novas formas de concretização” (Rocha, 2002, p.36).

A reflexão acerca da necessidade aponta para o fato de que esta não é simplesmente subjetiva, mas acaba tornando-se uma objetividade interiorizada. As pessoas que realizam o consumo de bens simbólicos (compreendidos como bens que não são de primeira necessidade), não o fazem necessariamente por fingir, mas por ter havido uma interiorização da subjetividade, fazendo com que esta necessidade torne-se para o indivíduo verdadeiramente real. Ocorre que, dada à dinâmica do universo de consumo, a satisfação dessas necessidades são sempre passageiras, impulsionando o eterno desejo de compra e nos inserindo cada vez mais no papel de consumidores.

No entanto, como falar em condições mínimas se as necessidades são subjetividades interiorizadas e tornadas reais? Como garantir realmente que com estas medidas eliminar-se-iam os estigmas atrelados à condição de pobreza? E o que pode ser nomeado como mínimo ou essencial em um mundo no qual “ter é ser”, na medida em que o sistema do

consumo alimenta as engrenagens do capitalismo, sendo deste na atualidade característica fundante?

É nesta situação que as políticas de renda mínima se apresentam como alternativa no sentido de prover à população mais carente o mínimo elencado como essencial (estando os critérios para se estabelecer a quantidade e a quem se dirigiria esta ajuda, distante de alcançar esse patamar). Diversas são as ações desenvolvidas, tanto de governos quanto da sociedade civil organizada, na busca de trazer maior emancipação aos indivíduos e menor relação com as velhas práticas clientelísticas e de caráter meramente assistencialistas.

Como se vê, o consumo na atualidade reflete-se em todos os aspectos da vida social, da cultura e da vida individual. Noutras palavras, a maneira pela qual somos moldados é ditada pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. Assim, contraditoriamente, esta sociedade “tem pouca necessidade de mão-de-obra industrial de massa e de exércitos recrutados, pois em vez disso, precisa engajar seus membros na condição de consumidores” (Bauman, 1999). No caso dos programas de transferência condicionada de renda mínima, em que por meio desta se busca dar aos indivíduos uma melhor condição de vida e uma maior inserção nos preceitos da cidadania, os indivíduos passam a ser inseridos em uma ambivalente lógica do consumo que transforma valores e necessidades, reconfigurando e criando diferenças entre os objetivos do programa e os significados e necessidades atribuídos pelos beneficiados.

É através do consumo que se aprende regras e incorporam-se novos princípios que colidem o ter e o ser, com uma supervalorização de signos, símbolos e *status*. Os indivíduos participam desse fenômeno social somente parcialmente, ou mesmo, chegam a ser totalmente excluídos. A partir da culturalização do indivíduo ao consumo, semeia-se, ao

mesmo tempo, o inconformismo e uma eterna insatisfação, com a incessante busca de felicidade na compra, sentimento este sempre momentâneo.

Além disso, é comum o desprezo por quem não partilha do mesmo poder de consumo, pois consumir representa uma prova visual de ostentação de poder (Bourdieu, 1989) ou separação entre consumidores potenciais e consumidores precários. Esses são, em último caso, imagem da realidade cumulativamente desigual. O consumir torna-se, segundo Friedman, uma aquisição de prestígio não experimentada por todos na mesma intensidade (1998, p. 334). Os que não desfrutam desta sensação distintiva, tendem a sonhar com a satisfação dos seus desejos, importando nesta sociedade, muito mais que o objeto, a etiqueta, a marca e a grife.

A pobreza, que significa não apenas a carência de bens materiais, mas também um status social inferiorizado e desvalorizado, leva-nos a perceber que hoje ela é muito mais carregada de um significado de fracasso social que em outros tempos. Se observarmos a idade média, graças às ideologias cristãs que se ligam à Bíblia, veremos que há valorização espiritual da humildade, ao lado do elogio à caridade.

Nesta lógica, a própria cidadania passa a ser vista, para o beneficiário de um programa de renda mínima, como um direito de escolher o que consumir a partir da renda recebida sendo isso sinal de maior cidadania (Suplicy, 2002). Para os consumidores precários resta apenas o direito de sonhar com o simulacro ou experimentar outros aspectos da exclusão.

A cidadania, então, passa a ser concebida e reconhecida para aqueles que se encontram inseridos nos circuitos de produção e consumo<sup>1</sup>, ponto crítico do imaginário político do programa de renda mínima, pois a sociedade de consumidores fragmenta o espaço democrático. Percebe-se então que o direito de existir passa a coincidir socialmente com o direito de consumir.

Ocorre que, na sociedade da abundância, à medida em que se constrói um discurso justificador da riqueza e da sofisticação dos gastos com a busca de status e distinção, a pobreza ganha seu aspecto degradante e sinônimo de fracasso social.

Thomas Paine argumentava, desde o século XVI, que era muito melhor livrar-se do mal estar e incômodo de conviver com altos índices de pobreza do que pagar impostos por isso. Resumia esta simples equação na afirmação de que,

*quem não é capaz de dar o segundo para livrar-se do primeiro não tem caridade nem consigo mesmo...A face rude da sociedade, marcada pelos extremos de opulência e penúria, prova que alguma violência extraordinária foi cometida contra ela e pede justiça para que seja corrigida (Paine citado por Suplicy, 2002, p.180-181).*

Os padrões de vida das populações mais pobres precisam e deveriam ser melhorados como uma questão de sobrevivência para o próprio sistema capitalista na medida em que a produção necessita sempre mais da ampliação dos mercados, que para Castro,

*Somente é possível pela incorporação da economia mundial dos dois terços que hoje vivem à margem da mesma. Assim, só ampliando o poder aquisitivo e a capacidade de consumo*

---

<sup>1</sup> A idéia da cidadania construída a partir do consumo está presente tanto na capacidade dos beneficiados poderem escolher inclusive o que se quer consumir, tanto quanto na visão dos direitos do cidadão terem se constituídos dos órgãos de direitos dos consumidores.

*desses grupos marginais poderá a nossa civilização sobreviver e prosperar, dentro de sua atual estrutura econômica e social*<sup>2</sup> (CASTRO citado por Suplicy, 2002, p. 118).

Nesse sentido é que passamos a observar os programas de renda mínima condicionada, no caso, o Bolsa Escola do Governo Federal. Sem entendermos a relação destes programas de renda mínima com a realidade em que estão inseridos, abordados aqui a partir dos mecanismos do universo de consumo e de suas representações sociais, corre-se o risco de não compreendermos os fundamentos potenciais da política. As políticas públicas trazem em seu cerne novos desafios como o de libertar os cidadãos das incertezas que rondam as suas vidas e instituir laços de solidariedade fundados em direitos e deveres republicanos. Diante disto, surge a importância de analisarmos sociologicamente estas políticas, não apenas a partir dos objetivos atribuídos pelos seus criadores, mas principalmente através da perspectiva atribuída pelos beneficiários desta (Arretche, 1999).

As experiências inovadoras de ação na esfera local que surgiram em várias cidades do país, tais como o orçamento participativo, bolsa renda, segurança alimentar, visavam enfrentar a barreira da pobreza. Ocorre de posteriormente, estas atitudes difundirem-se cada vez mais por todo o país e serem adotadas pelo Governo Federal. **Baseando-se no raciocínio de que o fator de maior representação no agravamento do círculo vicioso da pobreza é a falta de escolaridade, surge dentre as muitas propostas, a idéia de que se conceda uma renda às famílias pobres com crianças em idade escolar, haja visto que a pobreza guarda uma forte relação com o nível de escolaridade da população (Brasil, 2004).**

---

<sup>2</sup> CASTRO, Josué (1951).

Neste ponto é que passamos a discutir as influências da cultura de consumo nas práticas sociais. E esta reflexão torna-se, neste sentido, imprescindível para a boa execução de políticas públicas que visem a satisfação de necessidades básicas, sabendo-se que estas, mais do que em outros períodos, são hoje criadas a partir de um universo simbólico específico. Vários elementos contribuem para isto, em que

*por meio da publicidade, da mídia e das técnicas de exposição das mercadorias, transforma as noções originais de uso e dos significados dos bens, e afixa neles imagens e signos novos... assim, no âmbito da cultura de consumo, a tendência é deslocá-la para o centro da vida social, embora se trate de uma cultura fragmentada continuamente reprocessada (Featherstone 1995, p. 160).*

A modernidade, sustenta Bauman (2000) redesenha no imaginário político novas sensações e necessidades (pois são forças motivacionais) que transformam-se em reivindicações, polarizando o mundo social e as nossas representações. Quando pessoas fazem as suas demandas elas estão levando a público suas insatisfações em relação à justiça e a equidade. Portanto, todas as necessidades formuladas e reivindicadas são racionais, sendo por isso reais para os beneficiários dos programas de renda mínima, pois mesmo não sendo essencialmente de subsistência, a sua satisfação pode ser para o indivíduo extremamente importante.

Desta forma, na investigação que aqui me proponho a realizar, abordarei as políticas de renda mínima e a relação desta com universo de consumo, com as necessidades e a questão da cidadania. Assim, a utilização de populações que são reconhecidamente carentes e por isso assistidas pelos programas do Governo Federal, integrantes de situações de precariedade econômica e social, permitiu-me delimitar o campo de estudo. O intuito foi:

*privilegiar a interpretação compreensiva das atitudes coletivas e individuais, bem como das representações, admitindo que os atores sociais possuem uma margem de autonomia que lhes permite interiorizar, recusar ou negociar a definição social de seu status (Paugam, 2002, p. 60).*

A idéia de realizar esta pesquisa surgiu de trabalho anterior, em que estudava o consumo na sociedade brasileira, no qual constatei que este influenciava significativamente todas as esferas do social (Cunha, 2002). Esse estudo vem a contribuir para a melhor compreensão de nossa sociedade, que não pode ser analisada isoladamente da constituição efetiva do cotidiano e das práticas sociais. Isto porque essa sociedade é permeada por crenças, valores simbólicos e necessidades construídas dentro de uma lógica do consumo, o que nos possibilita mapear as reais características de um programa de renda em suas várias singularidades, sejam elas culturais, políticas e econômicas. Aceito assim o desafio de reconhecer que

*o sociólogo é contido por seu objeto e às vezes está intimamente ligado a ele. Sua intuição depende, de um lado, de sua capacidade em relacionar as experiências de sua própria condição social aos fenômenos sociais que ele deseja analisar cientificamente (Paugam, 2002, p. 67).*

No percurso da análise busco não trabalhar isoladamente a equação envolvida neste estudo, a saber, cultura de consumo, pobreza e políticas públicas de renda mínima, mesmo que didaticamente em alguns momentos seja necessária a análise isolada dos termos, para posteriormente observá-los como o são na realidade, envolvidos pelas práticas subjetivas e cotidianas da vida social.

Assim, no primeiro capítulo, trato da discussão acerca dos programas de renda mínima, especificamente o Bolsa Escola, dentro da sociedade de consumo, relacionando necessidades e satisfações pautadas na distinção social em uma base de desigualdade (Sen, 2000). Implica observar a relação que a população pobre desenvolverá com estes elementos de consumo e com a visão de cidadania presente nesses programas que buscam, a partir de uma consideração da pobreza como carência de recursos financeiros, implantar uma renda

mínima. Isto porque a origem e a evolução das idéias envolvidas nestes programas não podem ser compreendidas fora do contexto de crise da sociedade salarial.

Nisto envolve-se a relação que os adolescentes vão desenvolver com o consumo, principalmente sendo estes beneficiários de programas de renda mínima. Como privilegiei o Bolsa Escola na delimitação da análise empírica, por ser um programa que envolve o atendimento a adolescentes e por ser esta a faixa etária mais suscetível à questão do consumo (Cunha, 2002), o debate acerca desses programas envolverá no segundo capítulo, temas como a questão dos adolescentes e a relação destes com o universo de consumo. Daí a importância da construção metodológica da pesquisa voltada para perceber as necessidades de famílias beneficiárias de um programa Federal.

No terceiro capítulo, focalizo a área de estudo. O município escolhido, Areia Branca, mesmo sendo uma área periférica no sentido de distante das capitais e dos grandes aglomerados urbanos, não está, no entanto, fora da sociedade de consumo. Assim, este consumo precário nos termos desenvolvidos por Bauman (1998) é o trajeto, quase sempre não tão óbvio, percorrido por esta população em uma inserção relativa e excludente. Por isso, trabalho no terceiro capítulo a análise da realidade do município de Areia Branca-RN com suas particularidades e peculiaridades, bem como os aspectos do programa no município e suas influências nas práticas subjetivas dos adolescentes, a fim de observar as sociabilidades e relações entre esses indivíduos.

No quarto capítulo trato do consumo precário e das rotas de entrada e saída nesta sociedade como uma trajetória não linear e com dilemas centrais, que são a relação dos indivíduos com as reconfigurações do mundo do trabalho e a busca por igualdade e inserção social, na busca de uma sociedade menos excludente. Mesmo não sendo uma

relação óbvia (já que quando pensamos em consumo costumamos lembrar apenas das classes mais abastadas, que realizam-no efetivamente), a sociedade de consumo também envolve a parcela pobre da população, se não na efetivação do consumo e satisfação de necessidades, mas no acesso às informações distintivas transmitidas pelo consumo. Daí a importância da sociedade de consumo na esfera econômica e política, por estar diretamente ligado à vida prática e cotidiana dos indivíduos.

Assim, busquei como Durkheim (1995), construir durante a pesquisa um objeto de estudo à medida que reconheço os seus limites e desconstruo os conceitos pré-existentes, principalmente os do senso comum (e isto serve tanto para o termo consumo quanto para as definições de pobreza), no sentido de trazer contribuições ao debate.

## **CAPÍTULO I - REDISTRIBUIÇÃO DE RENDA NA SOCIEDADE DE CONSUMO: OS TERMOS DO PROBLEMA**

Os debates tratados no âmbito sociológico acerca da chamada “sociedade de consumo” apontam para a constituição de uma sociedade marcada por mecanismos simbólicos atribuidores de significados sociais às práticas e costumes na atualidade. Por isso, uma análise minuciosa deste fenômeno torna-se imprescindível para a compreensão de questões que envolvem as relações entre as necessidades de sujeitos humanos e sociais com os meios de satisfação, sejam bens ou serviços, materiais ou simbólicos. Portanto esta temática encontra-se entrelaçada com as temáticas centrais do pensamento social moderno. Por isso Slater afirma que

*o consumo é fundamental para a modernidade e para a reflexão sobre a modernidade, levantando questões de necessidade e identidade, escolha e representação, poder e desigualdade, da relação entre o público e o privado, o Estado e a sociedade, o individual e o coletivo (Slater, 2002, pág. 5).*

O termo “consumo” contém como categoria sociológica, dois aspectos principais, sendo o primeiro com relação ao que é ou não consumo (pois na própria etimologia do termo encontra-se implícito uma noção de supérfluo, não possuindo o mesmo caráter dignificante da produção) e o segundo é o significado moral e político deste no pensamento social Ocidental. Por isso, estudar sociologicamente o consumo é uma tarefa difícil, pois é necessário fugir da simples crítica ao consumismo para buscar na natureza do social, no contexto das relações, estruturas e instituições, a relação entre o individual e o coletivo, o necessário, o supérfluo e os desejos. Nestes termos, pensar em redistribuição de renda na sociedade contemporânea significa analisar o problema econômico e social de uma sociedade pautada no consumir, fato este não praticado na mesma intensidade por todos.

Assim, ao relacionar o consumo à questão da redistribuição de renda na atualidade, está implícita a necessidade de compreensão de como determinados problemas se dão nesta sociedade em que os indivíduos devem desempenhar muito mais o papel de consumidores do que de produtores, e sobretudo, que envolve uma profunda discussão acerca da pobreza e da inclusão dos seus indivíduos no acesso à cidadania. Neste contexto, busco compreender como se constroem as dinâmicas desses fenômenos e como eles se relacionam para resolver o problema da exclusão e da satisfação das necessidades.

Na sociedade de consumo a redistribuição de renda aponta para a urgência do próprio sistema que precisa que seus cidadãos sejam incluídos na condição de consumidores. Mas não apenas isto, haja visto que a própria satisfação das necessidades é relativa pois são construídas socialmente. E nisto encontramos o ponto central da questão da redistribuição de renda em uma sociedade de consumo, na qual as necessidades são ilimitadas e simbólicas (não limitando-se apenas a mais elementar satisfação das necessidades básicas) e em que por meio da mídia e da propaganda, os elementos de consumo são informados e inseridos na vida dos indivíduos, sem no entanto, estarem dadas às condições necessárias de satisfação às mesmas.

Falar de inclusão em uma sociedade de consumo excludente é apontar para a necessidade da redistribuição de renda, tanto para que os indivíduos possam exercer sua função contemporânea de consumidores (Canclini, 1999) quanto na busca de maior inclusão e possibilidade de exercer a cidadania, não somente pautada pelo fato de consumir ou não, mas no sentido da igualdade e inclusão.

Diante das condições de pobreza e exclusão social, não apenas nos países em desenvolvimento, mas também nos países desenvolvidos, a sociedade contemporânea tem

buscado alternativas a exemplo dos chamados programas de renda mínima, que visam através da distribuição de um subsídio financeiro, possibilitar meios para a satisfação de necessidades básicas. No entanto, percebemos que a satisfação das necessidades não se dá necessariamente como se espera, pois existe uma distância entre os desejos e aspirações de consumo e da real satisfação destas na prática. Portanto, falar em programas de renda mínima como forma de inclusão e de redistribuição de renda na sociedade contemporânea implica pensar a relação destes com a sociedade de consumo.

A propensão às compras encontrada na atualidade, e especificamente no Brasil, nos mostra o paradoxo da grande distância existente entre um consumidor das classes mais populares e aqueles denominados de médio e rico. No consumo desenfreado das classes ricas ocorre uma dissipação de renda. Para o economista Celso Furtado isso se deve a importação dos padrões de consumo americanos, com a diferença de que lá as classes ricas possuem uma renda dez vezes maior (*Furtado citado por Suplicy, 2002, p. 296*). Isto porque

*a concentração de renda no Brasil não é para aumentar a taxa de poupança, é para aumentar o consumo dos de alta renda... Comparando-se com a Índia, o homem rico de lá, quer dizer, os 20% mais ricos, têm quatro vezes a renda de um pobre; no Brasil tem mais de 30 vezes. Isso é para consumir. As habitações da classe alta do Brasil são escandalosas e chamam a atenção do mundo inteiro. (Furtado citado por Suplicy, 2002, p. 295)<sup>3</sup>.*

Na mesma direção, Sposati (1997) argumenta que nessa sociedade fundada no convívio entre altos padrões de acumulação e concentração de renda com a miséria e pobreza, alcançar a cidadania passa diretamente pela capacidade de renda de seus cidadãos. Percebe-se então a cúmplice relação entre a exclusão/ inclusão social a partir da aquisição de bens e serviços necessários. Assim, a questão que fica é se esta alocação de recursos por

---

<sup>3</sup> Depoimento de Celso Furtado à comissão mista do Congresso Nacional de combate à pobreza, Dezembro de 2000.

meio de programas de renda mínima é verdadeiramente redistributiva ou se é uma forma de compensação.

Além disto, torna-se evidente que mesmo necessárias, as políticas de renda mínima por si só são insuficientes para resolver problemas estruturais da crise do desemprego, da pobreza e da exclusão, fazendo-se necessário o uso das políticas de emprego e de distribuição de renda. Assim, “ao se refletir sobre o direito a uma renda, poder-se-ia introduzir uma outra questão: o direito ao trabalho” (Scherer, 1997, p.105).

### **1.1 Necessidade e satisfação em uma sociedade desigual**

É através do termo “necessidade” que a cultura de consumo relaciona-se com o social, posto que é nisto que se concentra a relação entre a vida privada, as instituições públicas e os programas de renda mínima. Ao tratar de necessidades é imprescindível uma análise sociológica, já que estas referem-se tanto a demandas sociais (pois quando se precisa de algo estamos lidando com a forma como as pessoas podem, devem ou não viver) quanto políticas (pois delas partem reivindicações de direitos).

Além disto, ao fazer-se uma declaração sobre precisar de certa coisa é o mesmo que fazer uma declaração sobre os recursos sociais e reivindicar direitos. Assim, um tema central na cultura de consumo é saber se as necessidades dos grupos sociais e dos indivíduos são satisfeitas eqüitativamente ou ao contrário, são limitadas de maneira injusta.

Uma maneira de entender essas limitações é através das reivindicações. Estas revelam o contexto em que as necessidades básicas exercem pressão. Desenvolve-se uma “articulação entre as condições de existência desta população e a incorporação circunscrita

de estilos de vida associados às classes médias e altas urbanas” (Rocha, 2002, p.146). As diferenças entre as gerações também aparecem na relação entre as marcas. Para os adultos a exaltação das marcas soam destoante com a realidade. Mas para os jovens

*expressam também uma insatisfação que transborda as necessidades ligadas à sobrevivência. Enquanto adultos celebram o presente como um tempo de relativa fartura, contraposto à um passado de penúria, os jovens referem-se às atuais circunstâncias como um contexto de frustração de certos desejos de consumo (Rocha, 2002, p.146).*

Tento, portanto, analisar e questionar se as necessidades podem ou não ser racionais, dentro desta sociedade de consumo e assim entrar na discussão das políticas públicas de renda mínima. Será que existem bons motivos para estar insatisfeito com a mera satisfação das necessidades básicas, ao passo que outros não possuem a mesma razão? Ou mesmo que um grupo tenha todos os motivos para estar insatisfeito e, no entanto não está?

Começo então, com base em Doyal e Gough (1991), a definir necessidade como um sentimento consciente de que falta alguma coisa, sendo a junção de sentimentos combinados. Mas como podemos então analisar um programa de renda mínima para as necessidades básicas quando estas são reconstruídas de acordo com o universo simbólico de cada grupo? Como dialogar consumo e satisfação em uma sociedade que tem por característica a insatisfação e a concentração de renda nas mãos de poucos, com uma maioria pobre ou miserável, que mesmo assim não deixa de estar inserida neste universo de consumo, no papel de excluídos ou no simulacro de suas satisfações?

A necessidade, como define Heller e Feher (1998), só passa a ser insatisfação quando o sentimento se intensifica e se perpetua. Três casos podem determinar essa intensificação:

1. Quando os meios para satisfação não se encontram ao alcance. Neste caso, tende-se a encarar as necessidades e a insatisfação como racionais, sendo esse o tipo de pessoa que aparenta ter todos os motivos para estar insatisfeita. Logicamente esta atribuição de racionalidade está ligada a valores sociais e podem mudar com o tempo, variando de sociedade para sociedade, de cultura para cultura. Em algumas ocasiões pode até ser consensual.
2. Ocorre quando os meios de satisfação estão, em princípio, ao alcance da pessoa, mas não são socialmente atribuídos a ela, informando-a e criando nela a necessidade, mas não sendo adquirido pelo indivíduo. Este é o aglomerado de necessidades que mantém a existência da sociedade insatisfeita. Isto porque em princípio, todos nós temos a possibilidade de conseguirmos alcançar todas as perspectivas que criamos, embora poucos consigam isso. Acontece que, assim como nos informa Heller e Feher, “as necessidades são, ou podem ser, informadas pelos possíveis meios de satisfazê-las, mas a satisfação dessas necessidades só estará de fato ao alcance de poucos” (Heller e Feher, 1998). E é aí que se constitui o abismo entre esperanças e experiências no campo político local representado notadamente pelo programa Bolsa Escola implantado nas cidades brasileiras.
3. Por fim, o caso da falta que não pode ser preenchida por nada ou se a pessoa sente falta, mas não sabe de quê. A necessidade é encarada aí como irracional. Então, a consciência da contingência inicial é muitas vezes acompanhada por um descontentamento imenso, além da ansiedade e neurose, bem como todos os outros sentimentos que não explicamos e que não conseguimos saber o que está faltando, encarando tais sensações, às vezes, como uma coisa irracional.

Segundo Simmel (citado por Slater, 2002), o indivíduo recebe cotidianamente um grande número de estímulos sensoriais, ao qual responde com nervosismo, inquietação e alienação. Para defender-se disto, ocorre o distanciamento psicológico e a indiferença para com estes elementos, os quais passam a parecer sempre os mesmos, fazendo com que se busque estímulos maiores para vencer a indiferença da atitude blasé. Assim,

*a contradição entre abundância e insatisfação que a cultura do consumo pode produzir de forma tão dramática surge do conflito entre refinamento e alienação, diferenciação e distancia, à medida que a sociedade produz um mundo cada vez mais complexo que não consegue interiorizar como criação sua (Simmel citado por Slater, 2002, p. 106).*

O debate sobre a questão das necessidades tem sido tratado basicamente no âmbito da economia clássica, na discussão acerca do salário base para operários como meio de alcançar-se o mínimo para a sobrevivência. Percebe-se claramente a cisão entre a racionalidade formal e a racionalidade substantiva a partir da divisão entre os estudos econômicos e as demais áreas que estudam o conteúdo cultural.

As necessidades fundamentais ou básicas estão ligadas à reflexão dos países subdesenvolvidos e é composta pelo mínimo necessário para o consumo individual e biológico (tais como comida, casa, vestuário, móveis, etc.) e os serviços básicos oferecidos à coletividade (água potável, tratamento de lixo e esgoto, meios de transporte público, serviços de saúde e educação).

Na visão humanista e universalista concebe-se que, ao tratar do termo necessidades básicas insatisfeitas, ultrapassa-se à economia para chegar-se a uma moral do desenvolvimento humano, tendendo a concentrar-se na noção de mínimo vital (comida, saúde, educação). São básicas e por natureza universais, pois independente da cultura ou civilização, essas necessidades fundamentais são quantificáveis e mensuráveis, por isso

servem à quantificação da pobreza e para avaliação das medidas. Sua satisfação está ligada à produtividade possibilitando a interpretação das causas e a própria intervenção contra a pobreza.

Sen (2000), desenvolve uma noção de justiça social com base em igualdades e desigualdades, em que a pobreza deve ser vista a partir de suas implicações legais, políticas e pertinência social, sem negar os fatores econômicos. Esse autor questiona a quantidade de bens mesmo qualificados como “essenciais ou básicos” na compreensão do bem estar das pessoas. Também contesta as abordagens agregadas, tratando não apenas da forma endêmica, mas considerando as desigualdades e a pobreza. Assim, para Sen, pobreza não é apenas a carência diante das necessidades fundamentais e dos bens, mas também a falta de realização, aquisição e funcionamento de certas capacidades, e da noção de bem-estar da qual parte a mensuração da qualidade da existência dos indivíduos. Da alimentação à questão da felicidade e da participação na vida em comunidade, tudo compõe capacidades. Estas ligam-se à diversas formas de funcionamento. Portanto, nas palavras de Sen

*a capacidade é assim, um conjunto de vetores de funcionamentos que reflete a liberdade de uma pessoa de levar um ou outro tipo de vida. Da mesma maneira que uma suposta combinação orçamentária representa no campo de mercadorias, a liberdade de uma pessoa comprar cestas de produtos, a combinação de capacidades reflete, no campo dos funcionamentos, a liberdade de uma pessoa escolher entre existências diversas (Sen, 2000).*

Dentro da cultura de consumo a liberdade está ligada à vida privada e às escolhas feitas nesta. Essa liberdade é elemento constituinte dos preceitos liberais da modernidade. Nesta sociedade, as necessidades são em princípio, ilimitadas e insaciáveis, pois a constante renovação dos desejos dos consumidores e a criação de novas necessidades, além de serem vistas como normais, é condição para o progresso sócio-econômico.

A separação feita pela economia liberal é premissa fundamental da sociedade moderna e influencia na idéia de utilidade, já que mais que a necessidade, importa o prazer e a satisfação, e, portanto, deixa-se de lado as distinções que vemos no senso comum entre o que é essencial e o que é básico ou não.

Para Galbraith, as necessidades urgentes são aquelas que nascem com os indivíduos, e as não urgentes são criadas para os indivíduos pelo mesmo processo de produção que levará à sua satisfação, não se podendo em suas palavras, “definir a produção como algo que satisfaz necessidades quando essa produção cria necessidades...” (Galbraith, 1963).

Assim, as necessidades não são explicadas pela teoria econômica dominante, sendo exógena. Na economia, de acordo com Slater (2002), três formas de analisar as necessidades podem ser identificadas:

- Consideradas como evidentes por si mesmas, como fatos inexplicáveis, que se contam por meio de pesquisa de mercado ao invés da utilização da teoria social;
- Vistas como naturais e intrínsecas à natureza humana;
- Como elaboração social e de contexto determinado e influenciado socialmente.

A maior parte das críticas realizadas à cultura de consumo referem-se ao paradoxo de vivermos grande abundância material, dada a produção histórica mundial, mas não vivermos a felicidade, nem a satisfação. Se para o senso comum um número maior de riquezas proporciona maior satisfação das necessidades, para a cultura de consumo, a satisfação representa estagnação sócio-econômica, pois neste processo as necessidades são infinitas. Neste sentido, a alienação reflete o domínio dos bens sobre os homens modernos (Baudrillard, 1989). No mesmo sentido afirma Slater, quando diz que

*este é o âmago do paradoxo crítico da cultura do consumo: que um sistema, dotado de poder material para liberar os seres humanos da necessidade e oferecer-lhes uma base para seu desenvolvimento, subjuga-os à lógica determinada pela produção e troca dos bens materiais (Slater, 2002, p.101).*

Todo consumo é cultural porque envolve significados (pois para termos uma necessidade e buscar satisfazê-la lidamos com uma série de recursos para interpretarmos e darmos sentido aos objetos). É também porque os significados envolvidos são partilhados pela sociedade e porque todas as formas de consumo são culturalmente específicas (já que são articuladas de acordo com os modos de vida). O argumento de que o consumo é cultural está presente nas necessidades básicas, que vão variar de sociedade para sociedade.

Um argumento político e moralmente persuasivo acerca da necessidade é de que as necessidades básicas são aquelas que devem ser satisfeitas em qualquer tipo de cultura, que sejam necessárias para os indivíduos serem membros desta. Isto porque podemos identificar necessidades básicas independentemente dos seus aspectos culturais. Mesmo assim, as necessidades sempre assumem formas culturais particulares na realidade empírica. Por isso, Gough e Doyal (1991) afirmam que o atendimento às necessidades básicas são condição necessária à participação cultural. Essas visões, no entanto, apresentam problemas intelectuais e políticos na abordagem das necessidades básicas por sua dificuldade em identificá-las independentemente das formas culturais que assumem, como se fosse possível observá-las fora do universo cultural na realidade empírica. Como argumenta Slater (2002)

*conceitos críticos de necessidades parecem tanto necessários quanto perigosos... talvez os teóricos devessem preocupar-se menos com definir – ou com a recusa em definir – nossas necessidades básicas e mais com as condições sociais em que o processo de definir necessidades acontece nas diferentes sociedades (Slater, 2002, p.134).*

Mais do que perguntar se as necessidades na cultura de consumo são básicas ou triviais deveríamos prestar atenção em “como” as sociedade modernas definem as necessidades e a importância dada a estas. Mesmo com a dificuldade em definir-se teoricamente as “necessidades básicas”, é com base na distinção entre necessidades básicas e artigos de luxo que muitos critérios de direito e participação são definidos na sociedade ocidental, dentre estes a própria participação em programas de renda mínima. Daí a importância de considerá-los no contexto da sociedade de consumo.

### **1.2 Consumo, pobreza e cidadania**

Para além dos estudos e das pesquisas que se esforçam para dar respostas ao problema da pobreza, a sociedade de mercado na qual vivemos insiste em difundir a idéia de que os pobres ao invés de vítimas de um modelo político e econômico são na verdade culpados por suas tragédias, tratando a pobreza como um problema pessoal e individual, e não um problema da sociedade em geral.

A promessa de consumo ilimitado e afluência transmitida pela cultura de consumo, traz ao mesmo tempo a marginalização dos pobres e o não acesso às oportunidades, marginalizando-lhes.

Outro exemplo pode ser a ocorrência da obesidade nas faixas mais pobres da população, conforme pesquisa apontada por Salama e Destremeau (1999, p. 17) dada como uma resposta ao apelo ao *fast food* da publicidade na televisão e a regimes alimentares nocivos.

Ao se trabalhar com beneficiários de programas de renda mínima alcança-se uma população pobre. No entanto, este alcance possui múltiplas significações e pode não ser muito preciso. Nem sempre há nessa classificação uma lógica direta. Por exemplo, os beneficiários de Areia Branca encontram-se nesta área de benefício, mas não significa, necessariamente, que vivem em extrema pobreza como noutras localidades.

Um indicador baseado apenas em rendimentos monetários pode subestimar a pobreza porque não leva em consideração elementos como o auto-consumo (provenientes da agricultura, da pesca), a solidariedade (do grupo ou da família) e efeitos externos produzidos pelo Estado. Adotar um índice baseado apenas na renda, segundo Rocha “negligencia o conjunto de bens que não passam pelo mercado e que afetam o bem estar ou o mal estar dos indivíduos, quer provenham de doações, de solidariedade, de auto-consumo...” (Rocha, 2002, p. 49).

A mensuração da pobreza através dos fluxos monetários é complicada também porque a pobreza é em si multidimensional (Sen, 1992), devendo-se analisar seus aspectos não monetários, como por exemplo, a satisfação das necessidades.

A pobreza relativa é uma comparação com relação à riqueza de um país ou sociedade. Já a pobreza absoluta refere-se ao estado em que os indivíduos não são capazes de manter o mínimo de consumo, o que significa que,

*envolve a medição de nível de renda, ou seja, a parte da renda exigida para cobrir as necessidades humanas básicas. A abordagem absoluta é a mais utilizada no recente debate sobre pobreza no Brasil (Schwarzer e Quirino, 2002, P. 28).*

Dentre as principais causas da pobreza no Brasil conforme Barros et alli (2000), podemos citar a desigualdade na distribuição de renda além do desemprego, o subemprego e o baixo valor do salário mínimo.

No entanto, a pobreza não se refere apenas ao estado de precisar de alguns bens, mas sim a um “*status* social específico, inferior e desvalorizado, que marca profundamente a identidade de todos os que vivem essa experiência” (PAUGAM, 2002, p. 45). Por isso mesmo nas sociedades modernas, além de estarem privados dos recursos econômicos, os pobres exercem também pouca influência sobre o poder político, dada a sua posição social inferior.

Se durante muito tempo perdurou a noção de pobreza como fruto de inadaptação, ligada principalmente a aptidões individuais e à inferioridade social, hoje podemos dizer que a pobreza faz parte das pautas das instituições políticas, sendo um fenômeno complexo. Hoje, algumas correntes na Ciência Econômica já reconhece que não se deve observar a pobreza unicamente através do estudo das rendas e riquezas, mas principalmente responder à questão de como melhor utilizar os recursos no intuito de resolver o problema. Como afirma Sen, assim, “os critérios mais convencionais de medição do sucesso econômico podem ser melhorados com a inclusão de uma avaliação da capacidade que tem um país de estender e melhorar a qualidade de vida” (Sen, 1992).

### **1.3 - Pobreza Humana: uma abordagem social e política**

A contribuição de Sen (2000) veio merecer uma atenção especial da ONU, pois em sua obra, assim como para as diretrizes do PNUD, buscam conseguir avaliar o não acesso de populações a um conjunto de capacidades, incluindo-se aí os serviços públicos. Isto porque as capacidades se dão em meio às relações políticas e sociais específicas. Daí a importância do papel do Estado como mediador, mesmo atentando para o fato de que, os

pobres devem ser atores da mudança e autores dos seus destinos, não dependendo ou esperando apenas dos poderes públicos, ONGs e entidades.

As diferentes definições de pobreza têm em comum a relação desta com a falta de acesso a um padrão de vida mínimo ou essencial. Assim, as diferentes conceituações vão divergir justamente neste mínimo adequado em cada situação. Para além dos limites dos indivíduos e das metodologias, que deixam de lado muitas vezes a experiência humana e da subjetividade social, podemos dizer que

*medir a pobreza significa, antes de tudo, perceber e contar os pobres, e tentar avaliar a natureza e a gravidade do problema que eles colocam, no que se refere a critérios julgados pertinentes... longe de serem neutros, os indicadores de pobreza refletem, na escolha dos critérios e dos patamares a definição dada à pobreza, o julgamento de valor projetado sobre ela e sobre os pobres, o quadro filosófico, ético e dialógico no qual a operação se inscreve, e forçosamente também, a organização, a instituição, o interventor ou outros prescritores que executam o projeto (Salama e Destremeau, 1999, p.106-107).*

A partir da pobreza absoluta, pode-se estabelecer três linhas de pensamento de como se divide o padrão de vida:

- **Linha de pobreza:** é a abordagem que se baseia no valor de renda total ou dos gastos necessários à sobrevivência de um indivíduo ou grupo. Trabalha-se com a idéia de um mínimo de bem-estar obtido através do consumo de bens. Também pode representar o consumo relativo.
- **Necessidades básicas:** nesta a pobreza é a condição daqueles que não consomem as metas especificadas para abolir-se a pobreza absoluta. Não há necessariamente um nível mínimo de renda ou gasto.

- **Abordagem da participação:** não se baseia nem em bens ou necessidades, mas sim na falta de recursos necessários ao indivíduo para a participação. Busca um nível mínimo de renda necessário à participação social.

Para o Banco Mundial, a pobreza é problemática na medida em que interfere na estabilidade sócio-política e na atividade econômica. Assim, o Estado deve valorizar o capital humano dos pobres para que possam integrar-se na economia como trabalhador através de uma renda. Já para as igrejas e associações caritativas, a pobreza representa um problema moral. Por isso não se faz necessário utilizar avaliações ou indicadores de pobreza. Para os países democráticos e industrializados a pobreza refere-se ao não acesso a bens e recursos, com base no nível médio de bem-estar da sociedade, referindo-se à política, à cidadania e aos direitos.

A grande dificuldade do problema da pobreza é devido à sua condição conceitual, pois

*se a miséria ou a “carência” (estado daquele que não tem) podem ser vistas como um estado em si, feito de realidades concretas e mensuráveis, a pobreza (estado social) não existe senão numa relação com o outro e pela interpretação de representações baseadas numa visão hierarquizada, classificada, dos grupos sociais, e com avaliações relativas de si e do outro, do que é preciso ter e do que falta ter (Salama e Destremeau, 1999, p.110).*

Para além do rigor, da objetividade e do cientificismo, a forma de se calcular indicadores de pobreza leva em consideração questões subjetivas e relativas que vão interferir no resultado final de quantas pessoas vivem ou não na pobreza.

Devido ao número de crianças concentradas em famílias pobres, podemos estimar que existem mais crianças pobres que grupos familiares pobres. Alvim (1995, p. 157) destaca que quase metade da população brasileira constitui-se de jovens, integrando em grande parte, famílias de baixa renda e não desfrutando de garantias elementares, como por

exemplo, seus direitos sociais. Essa pobreza se expressa na educação insuficiente, no trabalho para complementar a renda etc. Assim, as crianças e adolescentes carentes possuem poucas chances de mudar seu estado de miséria. Por isso,

*nascer pobre significa amiúde ser pobre por toda a vida e colocar no mundo crianças pobres. Os mecanismos desse quase determinismo social são conhecidos. A criança pobre sofre pressões que são mais fortes ainda na medida que a sociedade é dual, isto é, particularmente desigual. Quando o tamanho da pobreza e sua profundidade e desigualdade são particularmente elevadas, o determinismo social é quase absoluto (Salama e Destremeau, 1999, p.118).*

Ao contrário do que pensam os liberais (que a pobreza é um fenômeno individual), o fenômeno social da pobreza tem suas origens no funcionamento das sociedades e da exclusão contida nestas. O termo exclusão diz respeito às esferas sociais, econômicas, políticas e simbólicas, remetendo-se aos três princípios da cidadania, que são a dimensão civil, política e social (Vieira, 2001). Onde há exclusão, há a negação dos direitos da cidadania. Além disto, o processo de exclusão envolve um encadeamento de problemas que vão desde a perda do emprego, dificuldades na família, problemas escolares, doenças etc, sempre aumentando o conjunto de fatores objetivos e subjetivos, no processo de acúmulo de dificuldades que não permitem às pessoas saírem desta situação.

Deve-se buscar a mensuração da pobreza para mostrar como esta viola os direitos humanos. Embora a medida da pobreza não seja tão eficaz ou possua procedimentos simples para isto na sua quantificação, a busca por esta mensuração aproxima-se de sua multi-dimensionalidade, já que

*a pobreza é, sobretudo, abordada e analisada como problema. Politicamente, ela constitui uma ameaça à estabilidade e à coesão social, colocando-se assim como um desafio à legitimidade do Estado. Economicamente, pode ser considerada um freio ao crescimento, um custo como perda de ganho fiscal e uma despesa nos programas sociais e nos sistemas de proteção social (Salama e Destremeau, 1999, p.135).*

Mas os pobres, de acordo com Rocha (2002), não estão fora da sociedade de consumo. Ainda em Rocha (2002), pode-se compreender como uma comunidade pauperizada de um país periférico insere-se na sociedade de consumo. Percebe-se que o processo da consolidação da cultura de consumo é moldado por relações entre segmentos sociais específicos, marcados por um tipo determinado de distribuição da riqueza social quanto à valorização de determinados modos de vida. A autora recompõe as trajetórias sociais e processos vivenciados pela população quanto às necessidades. Além de distingui-las, Rocha buscou determinar o papel da publicidade e da cultura de consumo em sua redefinição. O ponto de partida das mudanças destas necessidades foi a observação das dinâmicas culturais brasileiras e da indústria cultural, estabelecendo a relação entre consumo, publicidade e industrialização no capitalismo.

O vínculo entre necessidades e discurso publicitário pode ser percebido na consolidação da cultura de consumo no país, como uma questão denunciadora desta sociedade “altamente excludente em vias de reorganização. Esta face disforme é o consumo precário” (Rocha, 2002, p. 23).

A globalização tem contribuído para ampliar as formas e tipos de consumo. Ainda segundo Rocha (2002), percebe-se por volta da década de 80 uma mudança e uma maior disseminação dos hábitos de consumo entre a população do interior nordestino, com a inserção destes no consumo de bens industrializados. Dois foram os processos históricos que contribuíram para isto, sendo a formação de um setor de subsistência nas áreas agrárias-exportadoras que vinham desde os tempos da colonização com grandes limitações de recursos, mas que começaram a mudar com o ciclo de expansão capitalista no Brasil, e a formação da indústria cultural. A partir disto, a autora busca mostrar “a re-elaboração das

formas de vida de um segmento social pobre e periférico, a partir do momento em que ele se viu em contato com a cultura de consumo, no quadro de uma transformação mais abrangente da sociedade brasileira” (Rocha, 2002, p.23).

Compreendo que as formas de vida de determinado grupo social é fruto da relação entre as necessidades cultivadas e os recursos disponíveis. Rocha busca saber como se processa a consolidação da cultura de consumo “nos recônditos da sociedade brasileira”. Os termos do problema são pobreza versus cultura de consumo versus consumo precário. Para a autora, a pobreza pode ser compreendida “como uma condição de vida marcada pela instabilidade e precariedade” (Rocha, p.29). Portanto, a visão vai além de classificações em faixas de renda ou mostrar as privações que obviamente podem ser encontrados em classes de baixa renda, mas sim perceber que ao longo da segunda metade do século XX ocorreram mudanças para a população tradicionalmente pobre e o universo de consumo.

A inserção desta população na sociedade de consumo se dá através de uma relação estetizada e estilizada com os bens, dada a ampliação e expansão da oferta e do consumo de bens industriais. Com a cultura de massa os próprios bens culturais passam a representar uma relação de consumo. Assim “a produção cultural de massa promove o consumo como âmbito de experiências significativas de distinção social e de exercício da expressão individual” (Rocha, 2002, p.30). Compreende-se uma proximidade entre cultura de massa e cultura de consumo, já que a primeira representa um nivelamento cultural, com a integração das camadas inferiores à sociedade moderna, através da inserção destes ao mercado de bens materiais e simbólicos. É nisto que se dá a proximidade na medida em que determinada população pobre é integrada ao mercado de bens e formas simbólicas produzidas industrialmente, trazendo mudanças significativas nas formas de vida da população.

A aparente obviedade em ver a pobreza como ausência e privação material, deixa de lado muitas vezes a sua dimensão política, pois a pobreza como um elemento passível de ser transformada pela modernidade esconde o fato de que não se eliminou a precariedade com o desenvolvimento econômico da segunda metade do século XX. Mesmo nestes momentos de desenvolvimento econômico, a pobreza continuou crescendo, tendo como integrantes parcelas da população que nunca foram inseridas nas atividades econômicas de maior estabilidade, bem como outras parcelas que passaram a engrossar a massa de desempregados ou por terem seus rendimentos diminuídos.

Rocha faz uso da idéia de identidade social por remeter à relação entre segmentos sociais diferentes, com raízes nas trajetórias destes. Para Canclini (1997), o consumo torna-se espaço de representações com dimensões políticas. O consumo é um espaço por meio do qual pode-se vencer o estigma da pobreza e favorecer a integração da população pobre à sociedade brasileira, através de uma representação mais positiva. É a idéia do “ter” e do “ser” (Fromm, 1982).

Para Rocha (2002), se a cultura de consumo redefiniu as necessidades das populações pobres então ela está no cerne das discussões sobre a pobreza. Sua consolidação é vista nas transformações dos padrões de consumo e, sobretudo, entre segmentos cada vez maiores da população.

O consumo é o espaço em que visualizamos a relação entre diversos grupos sociais no qual as populações passam a adotar gostos das classes médias e altas urbanas. Rocha percebe dois tipos de consumo presentes nos trabalhos dedicados ao tema na contemporaneidade. O primeiro põe-se à resumir a estilização do consumo com a definição de estilo de vida em Bourdieu (1989). Caracteriza-se por uma manipulação do que os

produtos possuem de simbólico e na expressividade e composição dos estilos de vida. Então, valorizam-se os aspectos simbólicos em detrimento do âmbito funcional destes. Desta forma: “o consumo foi assim convertido no espaço de articulação das distinções sociais hierarquizadas em termos de uma distribuição diferencial de prestígio” (Rocha, 2002, p. 38). O outro modo de consumo é através da estetização, na qual a imagem da relação com os bens é ressaltada, circulando em torno dos produtos questões mágicas criadas por meio de fantasias produzidas pela indústria da propaganda. Tanto a estetização quanto a estilização possuem a característica de fazer do ato de consumir muito mais que a aquisição funcional dos produtos.

Se o termo “consumo conspícuo” servia para referir-se a uma sociedade pautada na distinção pela aparência, não o é, no entanto, totalmente adequado para referir-se à atualidade, já que este termo representava para Veblen “a classe ociosa” (1995). Por isso, Rocha utiliza o termo “consumo não-essencial” ao referir-se à possibilidade de se gastar com necessidades não-fundamentais para a sobrevivência física, sendo este fato fruto dos processos e transformações sociais que formam, criando outras necessidades e consolidando-as a partir da cultura de consumo. Assim, o consumo emancipado das necessidades vitais a partir da estilização do consumo, distancia-se da mera satisfação de necessidades físicas e biológicas como elemento de identidades sociais. No entanto, não se detém somente nisto, pois muitas vezes o consumir pode estar ligado à satisfação de direitos ou mesmo de questões pessoais por uma necessidade básica de afirmação.

Com a publicidade, tem-se uma relação estetizada com os produtos, a partir da qual ela passa a orientar o consumo no século XX. No entanto, ela une também a estilização da vida, direcionada para segmentos sociais específicos. Ela representa um papel significativo

na dinâmica de distinções sociais, pois em sua estetização de experiências ligadas a estilos de vida, estão os hábitos de consumo das camadas médias e altas urbanas, já que “o modo de vida das classes dominantes é a face mais visível da cultura dominante” (Rocha, 2002, p.47). Portanto, o estatuto da publicidade busca o significado desta para as práticas de consumo mais valorizadas pela população e conexão destas com o discurso publicitário, alterando a equação entre as necessidades e os recursos de populações pobres, consolidando a cultura de consumo. Rocha faz um contraponto à perspectiva produtivista em Featherstone (1995) segundo o qual, a cultura de consumo é consequência das transformações tecnológicas e no trabalho (produtividade). Esta autora recusa essa visão como elemento macro para abordar a cultura de consumo, muito embora concorde com a importância deste processo.

O acréscimo de acesso aos bens no consumo, ao mesmo tempo em que se estimulam sonhos de riquezas, por serem estes inalcançáveis, levam a uma frustração, já que se permite o uso ou o acesso a imagens de riquezas por parte dos que não são ricos. Essas imagens renovam-se para manter o elemento de distinção social. Além disto, deve-se observar as grandes desigualdades e não difusão do bem para todos.

Quanto ao termo consumo precário, deve-se observar que, o acesso das populações pobres à bens e formas simbólicas advindas da industrialização não significa que estas tenham obtido acesso ao mercado de trabalho com boa remuneração ou possuam uma representação política autônoma.

Assim, a consolidação da cultura de consumo esconde tanto as desigualdades de renda bem maiores que nas sociedades desenvolvidas bem como o acesso aos bens que se baseiam não na integração da população às atividades econômicas, mas sim na busca de

reposição de mecanismos informais de obtenção de recursos, sempre postos em uma posição marginal tanto na sua participação da riqueza nacional e dos preceitos da cidadania. Aqui é que surge a questão da discussão sobre a idéia das vantagens da sociedade de consumo.

Segundo Rocha (2002), foi a partir dos anos 60 e 70 que começou a haver a formação de uma indústria cultural aliada à cultura de consumo. Parte da definição da cultura de consumo nos países centrais, passa pelo Brasil até chegar aos municípios. Em resumo, a cultura de consumo refere-se à um modo de consumo baseado na estetização e estilização na relação com os produtos e, especificamente, adquiriu no Brasil o caráter de divulgadora dos hábitos de consumo das classes médias e altas urbanas.

Já no Brasil, a indústria cultural<sup>4</sup>, bem como a formação do mercado simbólico deu-se na forma de uma sociedade dependente com peculiaridades que não propiciaram a formação de um segmento social responsável pelo papel que a burguesia desempenhou, por exemplo, na França.

A publicidade, dentro da indústria cultural, torna-se cúmplice da cultura de consumo na medida em que é a fonte de renda dos meios de comunicação comerciais. Assim, divulgam-se as mensagens por meio da publicidade que vincula produtos específicos à símbolos que estão para além do seu uso funcional.

Uma das influências mais importante da publicidade nas sociedades modernas é a promoção que faz do consumismo como definidor de práticas, representações e vivências.

---

<sup>4</sup>Indústria cultural: termo desenvolvido por Adorno e Horkheimer que refere-se à produção da cultura como mercadoria e a inserção na esfera cultural de uma lógica mercadológica, tendo como alvo a produção em e para as massas (Rocha, 2002).

Paugam (2002) estuda a desqualificação social<sup>5</sup> sofrida pelas pessoas que precisam de serviços assistenciais públicos na França, trabalhando uma nova exclusão social. Dentro destas definições e dos seus estudos comparativos na França, pode-se perceber que quando a pobreza é banalizada, não há, no entanto, a estigmatização, pois os vínculos sociais e familiares facilitam a integração dos pobres e fragilizados.

Ao acompanharmos o processo de reconstrução histórica dos sistemas de proteção social, chegamos à questão da crise da sociedade salarial e o processo de exclusão pelo qual passam os trabalhadores. É o processo classificado por Robert Castel (1998), de **desfiliação social**, termo para ele preferível ao de exclusão.

#### 1.4 – Inclusão através das políticas públicas

O risco que se corre na atualidade é que as políticas sociais sejam políticas de inclusão parcial que podem gerar uma inclusão precária e marginal. Por isso existem tantas críticas a programas que, como o Bolsa Escola, não conseguem incluir as pessoas novamente de maneira sustentável, tornando-se as ações das políticas muitas vezes meramente emergenciais. Isto porque o trabalho em nossa sociedade possui ainda um valor e importância tanto de gerar melhores condições financeiras como também melhor *status* e qualidade de vida.

---

<sup>5</sup> Classificadas em **assistidos** (aqueles que apresentam situação de dependência dos serviços), **fragilizados** (os que ainda não são assistidos) e **marginalizados** (aqueles que estão excluídos dos vínculos sociais), trabalhando os conceitos de **trajetória** (pois não se deve estudar uma condição de exclusão em curto prazo), **identidade** (seja de crise ou de construção da mesma) e a **territorialidade** (local no qual se dão processos excludentes).

Por outro lado, se analisarmos as políticas sociais hoje em dia dentro de um contexto de crise da sociedade salarial, veremos que o nível de emprego não é mais o mesmo, não cabendo aqui uma lamentação do passado, mas sim apontar saídas que possam realmente agregar inclusão e cidadania. E isto pode ser feito pelos governos não apenas por meio de políticas de renda mínima, mas principalmente por uma política que priorize a solução do desemprego e que não caia, no entanto, na precariedade.

Paugam deixa claro através de sua pesquisa a crítica às políticas sociais, tanto no sentido de sua ação involuntária sob o controle social, como também gerados pelas políticas do *Welfare State* que criam identidades negativas na medida em que classificam somente os pobres como beneficiários prioritários. Neste sentido, seriam então as políticas de renda básica universal uma melhor opção na tentativa de não gerar estigmas.

Quanto ao Brasil, fico a me perguntar então como fica a população pobre se aqui não tivemos a consolidação de uma política de *Welfare State*? Portanto, ser pobre aqui significa nunca ter sido bem assistido e mesmo assim ser estigmatizado juntamente com outras fontes de preconceito. O que talvez ameniza a sensação de preconceito não tão estigmatizante para quem participa de programas sociais são, como já foi mencionado, as relações sociais da comunidade e da família.

Os informantes na cidade de Areia Branca são pessoas que não escondem ou sentem-se envergonhadas por receberem aquele benefício. Essas pessoas se interessam muito mais pelo aumento do número de programas ou mesmo pela remuneração recebida (como foi mencionado em várias entrevistas), pois elas entendem que merecem aquele benefício por serem pobres e precisarem dele, pouco importando se as pessoas vão estigmatizá-las ou não.

Porém, a situação de pobreza, como concebem, é extremamente humilhante, pois os que precisam de um bem ou outro benefício em caráter emergencial tem como alternativa ou mesmo por costume local procurar políticos, mesmo não sendo muitas vezes atendidos, e, criando-se um vínculo de dependência e uma dívida. Do contrário, as medidas adotadas nos programa Bolsa Escola na tentativa de dar maior emancipação e divulgação nos mais diversos setores da sociedade sobre a questão da cidadania, tem surtido bons efeitos na questão da **não humilhação**, já que a política passa a ser vista como um direito. No entanto, essas pessoas ainda sofrem com o preconceito ou sentem-se diminuídas por sua condição social, como demonstram dados da pesquisa. Pela própria questão do consumo como elemento de distinção social, como informam, são todos os dias colocadas em um sistema classificatório, em que os bens são atribuidores de status. Isto pode ser constatado nas entrevistas, no desejo por determinados bens que os amigos possuem ou que estão em moda, e o desejo de possuí-los. Por isso tudo é que concordo com Paugam quando afirma que

*a nova desigualdade, portanto, necessita ser analisada através de uma 'fenomenologia dos processos sociais excludentes', porque cria-se também um universo ideológico no imaginário da sociedade de consumo (Paugam, 2002, p. 22).*

Áreas exclusivas demarcam a segregação social, em que a lógica própria do consumo revela as fragilidades deste sistema, quer sejam nos *shoppings centers* ou mesmo nos condomínios fechados de luxo.

Tanto na França quanto no Brasil, ocorre o fenômeno de alguns segmentos que antes não faziam parte dos sistemas de atendimento social, agora vêm-se no segmento a ser assistido, dada a desestabilização do mercado de trabalho e a redução real do valor de seus salários. Para estes que vivenciam a deslocalização social, fazer parte destes

programas pode ser, no princípio, humilhante. A pergunta feita por Paugam é, como estes, que logo de início sentem-se em situação contrária a desejada, com o passar do tempo habituam-se a participar destes programas e a fazerem reivindicações para que a sociedade resolva melhor os seus problemas?

Sua resposta aponta o fato de que, somente após uma fase de desmotivação é que estes vão procurar o atendimento, justamente por não encontrarem outras alternativas a não ser recorrer à esses programas. Mesmo fazendo as devidas ressalvas entre os casos francês e brasileiro, podemos notar que em certa medida isto ocorre por aqui também, muito embora seja bem maior o número de famílias que historicamente sempre foram pobres. Mesmo os beneficiários destes programas, acham-no uma humilhação no sentido de que o benefício pago é na verdade, uma espécie de esmola, colocado em suas falas pelo valor absoluto que é normalmente muito baixo. Além desta situação de deslocalização social, existem aqueles que estão em um estado marginal, no qual normalmente encontram-se os viciados em drogas e álcool e que passam por situações de ruptura social muito grave, com abatimento moral e físico. Esta é, portanto, na classificação de Paugam (2002), a última fase do processo de desqualificação social.

Mas a desqualificação social não é necessariamente um processo sem volta, e é neste sentido que as políticas públicas podem ser elemento de re-inserção social e de ajuda para saída da situação de humilhação da pobreza. Um bom exemplo, que muitas vezes pode ser citado com desvio ou má utilização da renda desses programas, é a utilização dessas verbas para melhora da aparência e da apresentação física dos beneficiados. Obviamente não nos referimos aqui à compra de bens supérfluos, mas sim de elementos essenciais para a inserção na vida social. O importante é saber distinguir, dentro da sociedade de consumo

e de seus reflexos, quando a política pública está sendo um meio de resgatar a dignidade dos seus beneficiários.

Um exemplo prático citado por Suplicy, mostra que na fiscalização do programa de renda mínima da cidade de Campinas - São Paulo, uma beneficiária chamou atenção por haver utilizado o dinheiro recebido pelo programa para comprar uma dentadura, afirmando que agora sim poderia voltar a sorrir novamente (2002). Tal fato pode muito bem ser explicado pela seguinte afirmação de Paugam, quando diz que

*o fato de receberem mensalmente uma renda, mesmo bastante modesta, representa para eles uma solução inesperada. Isto lhes permite 'reerguer-se'. Em primeiro lugar podem adquirir produtos que até então se privavam... Puderam cuidar melhor de sua apresentação. Essas pequenas coisas da vida cotidiana revelam-se essenciais em um processo de ressocialização (Paugam, 2002, p.42).*

A idéia desenvolvida por Amartya Sen vai na mesma direção, de que o desenvolvimento não pode ser visto somente sob a perspectiva de que este significa apenas crescimento do Produto Nacional Bruto, mas podendo ser observado também como um elemento de expansão das liberdades reais dos indivíduos. A liberdade depende de diversos elementos, tais como as questões econômicas, sociais e direitos civis.

Para chegar-se ao desenvolvimento pleno nesta perspectiva, é necessário eliminar determinadas barreiras que privam os indivíduos de desfrutarem suas liberdades, como por exemplo, a pobreza, a falta de oportunidades econômicas e sociais e o bom atendimento dos serviços públicos, bem como a ação repressiva do Estado.

A liberdade seria essencial para o processo de desenvolvimento devido a uma razão avaliatória (verificando se houve aumento das liberdades) e pelo requisito da eficácia (levando-se em consideração a condição de agentes das pessoas). Deve-se associar o

desenvolvimento à liberdade, pois a liberdade política caminha junto com a qualidade de vida.

Pelo exposto, é um equívoco ver o mercado apenas como um derivativo na capacidade de proporcionar liberdades às pessoas, pois a própria liberdade de troca faz parte das liberdades básicas. Portanto, não se pode ser genericamente contra os mercados, mas sim reconhecer que a importância dos mecanismos de mercado é tão importante quanto a liberdade de troca. Sen (2000) vai distinguir cinco tipos diferentes de liberdades (políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora) que ajudam a promover a capacidade das pessoas com base em direitos distintos e oportunidades. Portanto, as liberdades além de serem os fins aos quais devem se direcionar o desenvolvimento, são ao mesmo tempo os meios deste. Assim, esta concepção centra-se no agente, haja visto que os indivíduos podem construir o seu destino.

Ainda para o mesmo autor, uma concepção de liberdade deve ir muito além da mera acumulação da riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto, pois é preciso enxergar muito além do desenvolvimento econômico. As formas de privação de liberdade são inúmeras, desde fomes coletivas até mesmo à própria falta de liberdade política e os direitos civis. Estas últimas são importantes em si mesmas, pois seus efeitos são diretos. Sem elas, restringe-se a vida social e política e são repressivas mesmo sem acarretar males para economia. Na busca pelo desenvolvimento, os direitos humanos possuem uma importância tanto constitutiva quanto instrumental dos direitos civis e liberdades políticas.

Quanto à liberdade individual, esta é importante para o desenvolvimento por dois motivos. Primeiro pela sua própria essencialidade, por permitir aos membros de uma sociedade de desfrutar a liberdade e isto influenciar diretamente uma sociedade. Segundo

porque ela é determinante para a iniciativa individual e a eficácia social. Estas idéias de liberdade estão presentes nos ideais de cidadania e nos programas que delegam renda. Nas palavras de Sen,

*ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento. A preocupação aqui relaciona-se ao que podemos chamar ...o 'aspecto da condição de agente'(agency aspect) do indivíduo (Sen,2000, p. 33).*

Quanto à Expressão “condição de agente” - refere-se à condição de agente do indivíduo como membro e participante de ações econômicas, sociais e políticas, não tal qual é utilizado na linguagem econômica e na teoria dos jogos, como uma pessoa que está agindo em nome de outra pessoa e com as ações avaliadas à luz das ações de outras pessoas.

A privação de capacidades individuais pode estar relacionada a um baixo nível de renda, tanto porque este pode ser uma razão fundamental de analfabetismo e más condições de saúde, ou inversamente, com melhores condições pode-se chegar a níveis melhores de renda.

Assim pode-se ver a pobreza como uma privação de capacidades elementares, bem como a falta de emprego que age não só sobre a falta de renda, mas também debilita a liberdade, a capacidade, as iniciativas e habilidades dos indivíduos, contribuindo para a exclusão social, perda de autonomia, de autoconfiança, de saúde física e psicológica.

Quanto ao mercado, a negação das oportunidades de transação pode ser uma privação de liberdades. Isto porque as pessoas podem ser negadas de fazer o que elas acham ser do seu direito, por exemplo, o direito do consumidor de poder escolher e exercer sua liberdade no consumo. Baseia-se, portanto, na liberdade de troca e transação. Isto se opõe a

idéia de que o mercado é o único meio de levar à expansão da renda e da riqueza. Negar as pessoas vantagens e oportunidades oferecidas pelo mercado pode levar a privações.

O autor tenta ver o desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais desfrutadas pelos indivíduos. Assim, “a expansão da liberdade pode ser vista como o fim primordial e o principal meio do desenvolvimento” (Sen, 2000, p. 52). Nisto há o papel constitutivo relacionado à capacidades elementares que enriquecem a vida humana e o instrumental que está ligado ao modo como os diferentes tipos de direitos e oportunidades contribuem para a liberdade em geral e o desenvolvimento. As liberdades instrumentais (Sen, 2000) são:

#### Quadro 1 – Liberdades instrumentais em Amartya Sen

- **Políticas:** referem-se às oportunidades que as pessoas têm na determinação de seus governantes e na possibilidade de poder fiscalizar, criticar e ter expressão política;
- **Facilidades econômicas:** são as oportunidades que dizem respeito à utilização por parte dos indivíduos dos recursos econômicos com o fim de consumo, produção ou troca.
- **Oportunidades sociais:** são os fatores ligados à saúde, educação, etc, e que levam à melhor qualidade de vida;
- **As garantias de transparência:** referem-se às necessidades de sinceridade que as pessoas esperaram, de poder lidar uns com os outros sob a clareza, a partir da qual pode-se inibir a corrupção, as transações ilícitas e a irresponsabilidade financeira;
- **Segurança protetora:** pode proporcionar uma rede de segurança social, incluindo disposições institucionais fixas ou medidas *ad hoc*.

Nos processos de custeio público, não se deve esperar pela elevação *per capita* da renda real, mas sim dar-se prioridade à provisão de serviços sociais. Para Sen

*a qualidade de vida pode ser em muito melhorada, a despeito dos baixos níveis de renda, mediante um programa adequado de serviços sociais...O processo conduzido pelo custeio público é uma receita rápida para a realização de uma qualidade de vida melhor, e isso tem*

*grande importância para as políticas, mas permanece um excelente argumento para passar-se daí a realizações mais amplas que incluem o crescimento econômico e a elevação das características clássicas da qualidade de vida (Sen, 2000, p. 66).*

Sen, no entanto, questiona-se quanto à possibilidade da eficiência do mercado ser mensurada em função de liberdades pessoais, e não em utilidades. Por isso, as liberdades substantivas devem ser observadas não em função do número de opções que se tem, mas percebendo a atratividade das opções disponíveis. Nesta análise das liberdades substantivas, pode-se desconsiderar o comportamento auto-interessado, posto que não há nenhuma restrição sobre o que motiva a escolha do indivíduo, já que a questão não é a satisfação do interesse, mas a disponibilidade das liberdades.

Quanto ao problema da desigualdade, esta aumenta quando se deixa de tratar da distribuição de liberdades substantivas e capacidades para trabalhar-se meramente a desigualdade de renda. É preciso observar tanto os mecanismos de mercado na relação com a liberdade quanto a gravidade dos problemas de desigualdade de liberdade. “O papel desempenhado pelos mercados tem de depender não só do que eles podem fazer, mas também do que lhes é permitido fazer” (Sen, 2000, p. 145).

Também discute a questão da necessidade da prudência fiscal e a importância dos incentivos. “A elaboração e a execução de políticas públicas são, tal como a política, a arte do possível, sendo importante ter isso em mente ao combinarem-se *insights* teóricos com interpretações realistas sobre a exeqüibilidade prática” (Sen, 2000, p. 157).

Das formas de distorções que podem ocorrer no direcionamento ambíguo das políticas públicas estão a distorção de informação e de incentivo, a desutilidade e estigma, os custos administrativos, corrupção e a própria qualidade e sustentabilidade política.

As instituições e seus papéis contribuem para as nossas liberdades. Os mecanismos de mercado são importantíssimos nesse processo, principalmente quando estes podem ser complementados com a criação de oportunidades sociais básicas para a equidade e a justiça social. A criação de oportunidades sociais contribui diretamente para a expansão das capacidades humanas e da qualidade de vida. E as recompensas disto vão além destes resultados, influenciando as habilidades produtivas das pessoas e o crescimento econômico.

Por fim, Sen vai criticar o comedimento dos gastos públicos em setores que se tornam imprescindíveis, principalmente porque aliados a liberdades podem facilitar o desenvolvimento. Assim, em suas palavras requer-se não apenas “a crítica ao comedimento financeiro, e sim um exame mais pragmático e receptivo de reivindicações concorrentes dos fundos sociais” (Sen, 2000, p. 172).

Neste sentido é que os investimentos públicos feitos em programas de renda mínima não podem ser vistos como desperdício de dinheiro baseado em máximas econômicas quando percebe-se que estes são imprescindíveis para amenizar a situação de pobreza. Os programas de renda mínima têm surgido não apenas no Brasil, mas em diversos países do mundo, como alternativa para alcançar-se este objetivo. Tem-se discutido amplamente algumas questões que influenciam diretamente a eficiência, a eficácia e a efetividade destes programas, não observando-se embora, a relação intrínseca que estes vão apresentar com a sociedade de consumo. Esta análise é essencial para que se possa amenizar distorções entre o que é pensado e discutido e como os programas se desenvolvem na prática cotidiana dos indivíduos.

## **CAPÍTULO II - PROGRAMAS DE RENDA MÍNIMA EM UMA SOCIEDADE DE CONSUMO: O CASO DO BOLSA ESCOLA**

No mundo, o surgimento dos programas de renda mínima é resultado da relação entre o estado de bem-estar social e as mudanças econômicas dos anos 70 que levaram à reformulação das políticas sociais. Esse modelo no qual o Estado deveria garantir uma renda mínima para as famílias e indivíduos, seja dando condições em casos específicos (como doenças, velhice, invalidez, desemprego, etc.) ou oferecendo serviços sociais aos cidadãos indistintamente, derivou três categorias, classificadas de residual, remunerativa e institucional ou redistributiva (Ferrera citado por Bittar, 1996, p. 2).

Com a mudança estrutural do quadro que garantia a efetividade e estabilidade deste sistema, qual seja, altas taxas de crescimento, emprego e aumento dos salários, bem como a regulação do Estado sobre a conjuntura econômica que gerava equilíbrio entre a receita e o gastos públicos, fez surgir então o debate sobre os sistemas de proteção social e a busca por novas políticas<sup>6</sup>.

Na sociedade de consumo, ocorre um enfraquecimento do elo social dado a partir da identificação de direitos e deveres, já que há uma confusão entre as escolhas privadas dos

---

<sup>6</sup> Parijs (1994) aponta três modelos de bem estar social, ligados à questão do seguro, solidariedade e equidade. São:

- Bismarckiano: Só tem direito à proteção quem contribuiu e quem prove que não tem renda oriunda do trabalho não por vontade própria, mas por algo alheio a sua vontade. A transferência monetária é *ex-post*.
- Beveridgeano: transferências *ex-ante*, mesmo que o indivíduo só receba se houver vontade de trabalhar. Acrescenta-se a esta visão a idéia de solidariedade.
- Paineano: desenvolvido por Parijs, tendo a equidade como uma alternativa para os dois modelos, já que neste todos tem direito de participar, conforme argumento de T. Paine.

consumidores e escolhas cívicas dos indivíduos. Isto porque as grandes opções de marcas para o consumo não podem ser comparadas com a liberdade e o acesso aos bens públicos que se tem direito.

A idéia de mínimos sociais não é nova. Foi Thomas More em seu livro “Utopia” (citado por Suplicy, 2002) que fundou dentro do pensamento humanista moderno a idéia de dar às pessoas a garantia de viver com o mínimo para uma sobrevivência digna. Posteriormente vários autores o sucederam no desejo de alcançar uma sociedade pautada na justiça. E foi com suas idéias que em 1526, de acordo com Suplicy, criou-se a primeira proposta de renda mínima (Suplicy, 2002).

Continuando sua retrospectiva, Suplicy analisa o surgimento das primeiras leis de assistência, embasadas em princípios cristãos e na moral comunitária. Esses embriões das políticas sociais (como Speenhanland e a lei dos pobres na Inglaterra do século XVI) sempre causaram polêmicas. Posteriormente presenciou-se a institucionalização da ajuda social por parte dos poderes públicos.

Dentro dessa lógica, cabe questionar então a responsabilidade de prover os bens públicos, o bem comum, já que para o mercado, o indivíduo é visto como consumidor, e não como cidadão. A assistência social e os cuidados com os mais pobres sempre foram vistos como caridade cristã. E mesmo no século XXI, ela continua sendo vista como uma atividade a ser desempenhada pela primeira dama e não como política de Estado. No Brasil, durante a década de 30, no governo de Getúlio Vargas, época também do processo de industrialização e da criação das classes trabalhadoras urbanas que pressionaram o governo no intuito de conquistar a cobertura de programas de seguridade social, desenvolveu-se um sistema baseado no princípio contributivo individual e co-financiado pelo empregador e o

Estado, inspirado no modelo Bismarckiano. Isto resultou em um Estado de bem-estar somente para os que estavam ligados ao trabalho.

Com a elaboração da constituição de 1988, buscou-se adotar medidas de caráter mais universal na tentativa de solucionar a exclusão executada pelas políticas sociais brasileiras. Foi assim que a seguridade social passou a ser vista a partir da conjunção e coordenação das políticas de previdência social, assistência social e saúde. Daí a introdução consciente dos modelos universalistas Beveridgianos<sup>7</sup>.

Contemporaneamente, tem-se início experiências, sendo Campinas a cidade pioneira (Março de 1995), seguida pelo Distrito Federal (Maio) e Ribeirão Preto (Dezembro), até que em 1997 a lei nº 9533 permitiu ao poder executivo dar apoio financeiro para os municípios instalarem programas de garantia de renda mínima que relacionassem ações sócio-educativas, sendo regulamentada pelo decreto nº 2609 de 02 de Junho de 1998 (Brasil, 2004).

De acordo com Fonseca (2001), em 1975, Antonio Maria da Silveira argumentava sobre a necessidade de uma distribuição de renda, já que a forma de distribuição da economia capitalista é incapaz de somente pela espera do crescimento chegar-se à extinção da pobreza. Por isso, esse precursor do debate sobre a renda mínima no Brasil afirma que o maior problema desta redistribuição é a ineficácia dos métodos utilizados, pois na busca de minorar a situação de pobreza, deve-se tratar o indivíduo por si, e não pela sua situação

---

<sup>7</sup> Estes possuíam além do eixo contributivo previdenciário, benefícios básicos mínimos, providos pelo Estado e obtidos por meio de tributos, buscando-se evitar a pobreza nos grupos sociais que não possuíam participação contributiva individual como exigido pelo modelo anterior.

ocupacional, salarial, sindical. Assim, o programa deve direcionar-se aos seus objetivos e operar fora do mercado.

No Brasil, em 1978, o projeto de democratização que conferia maior importância à redistribuição da renda, teve nos trabalhos de Edmar Lisboa e Mangabeira Unger os seus incentivadores. O quadro abaixo aponta um resumo da retrospectiva desse debate no Brasil desde então até os dias atuais:

#### Quadro 2 – Retrospectiva do debate sobre programas de renda no Brasil

Anos 90: Projeto de lei 80/91 apresentado por Eduardo Suplicy ao Senado propondo a complementação da renda dos indivíduos maiores de 25 anos com rendimentos mensais inferiores a um patamar criado e com uma complementação de 30% da diferença da renda recebida e do mínimo fixado. Este planejava uma implementação gradual começando pelos maiores de 60 anos, sendo ampliado anualmente até que no ano de 2002 se chegasse a uma cobertura universal. Com isto argumentava que poderia ser feita a eliminação de outros programas assistenciais que por ventura fossem ineficientes. Este projeto incluía a definição de um nível de renda a partir do qual passaria a ter o complemento da renda. Estabelecia um nível mínimo garantido para os indivíduos com renda zero, como doentes e incapacitados, levando ao estímulo ao trabalho já que a renda total seria sempre maior se o indivíduo estiver trabalhando.

Com um grande número de debates, adesões e divergências, a partir da intervenção do economista José Márcio Camargo (1991), o diálogo levou a concepção de que como a renda familiar brasileira é muito baixa, ocorreria a inserção de crianças e jovens no mercado de trabalho como forma de aumentar a renda familiar, concorrendo com a permanência das crianças nas escolas. Assim, o ingressar cedo no mercado de trabalho afetaria a escolaridade, trazendo maiores para esses indivíduos saírem da situação de pobreza. O raciocínio desse autor refere-se ao fato de que ao aumentar a renda, surge a possibilidade de quebrar o círculo da pobreza, já que reduz o custo da oportunidade de ensinar.

Foi este modelo que prevaleceu como referência a partir de 1995, havendo uma grande mudança em relação ao debate da década de 70 e ao projeto original do Senador. Atualmente o projeto se restringe ao pertencimento a uma família e à restrição de uma faixa etária.

Portanto, se na proposta inicial o indivíduo era o foco, por ser pobre (sendo a renda um direito), posteriormente a renda deixa de ser um direito de todos os cidadãos pobres para ser do grupo que pudesse investir no futuro de suas crianças e adolescentes. É, portanto, o vínculo familiar juntamente com a renda que determinará o acesso ou não.

No entanto, outras emendas ao primeiro projeto de lei foram apresentadas. Aprovado pelo Senado em Dezembro de 1991, foi encaminhado à câmara dos deputados (projeto de lei nº 2661/1992), recebendo nove emendas na comissão de finanças e tributação em junho de 1996, passando a vincular renda mínima à educação, bem como garantindo o direito a cidadãos pobres que não possuam filhos ou dependentes. Assim, para Fonseca,

*o documento produzido pelo relator Germano Rigotto realiza uma certa combinação do critério renda individual com o de renda familiar que devia ser, nesse último caso, inferior à 720,00. assim, a emenda enfatiza a vinculação do indivíduo à família, levando em conta a renda familiar, mas abre o programa aos indivíduos que não pertençam às famílias com crianças e adolescentes (Fonseca, 2001, p.29).*

Entre o primeiro projeto de lei, a aprovação e a regulação, passaram-se sete anos, com uma legislação que autoriza o executivo a apoiar financeiramente os programas instituídos pelos municípios que não possuam condições de financiamento integral a programas de renda mínima que estejam ligados a ações sócio-educativas. Estes municípios devem possuir uma determinada receita tributária e obedecer às regras de seleção<sup>8</sup>, pois assim como em outros programas, adotam o conceito de família como a unidade nuclear ligada por laços de parentesco que residem sob o mesmo teto, com recursos em comum.

Portanto, o Programa Federal de renda mínima, limita-se a atender apenas determinada parcela da população pobre, ou seja, os que nos quesitos (adesão,

---

<sup>8</sup> Municípios com receita tributária por habitante *per capita* inferior à média estadual e renda familiar por habitante menor que a renda média por habitante do Estado. Seleção das famílias: a) renda familiar *per capita* inferior a meio salário mínimo, b) filhos ou dependentes com até 15 anos, c) comprovação da matrícula e frequência dos dependentes de 7 a 14 anos em escolas públicas. O cálculo é o seguinte:  $15,00 \times n^{\circ}$  de dependentes entre 0 e 14, menos a metade da renda *per capita*. Logo:  $15,00 \times n^{\circ} d (0,5 \times \text{renda per capita})$ . Este cálculo, segundo Fonseca (2001), apresenta incongruências técnicas nesta fórmula, acentuando-se em caso de pequenas famílias monoparentais. É importante perceber que ao se calcular a renda *per capita*, a fórmula considera o número total de componentes da família, já que para o cálculo do valor do benefício leva-se em conta apenas o número de menores de 14 anos.

contrapartida), possuírem filhos menores de 14 anos e que o município possa arcar com 50% dos custos. Fonseca ressalta que mesmo sendo esta tese a vencedora no embate político e intelectual, se comparada com as propostas e discussões da década de 70 e início dos anos 90 (com o senador Suplicy), é na sua opinião “um retrocesso e pode, no limite, acabar consagrando as desigualdades regionais” (Fonseca, 2001, p.119).

A família tem sido o ponto de referência dos programas sociais, sendo o ponto de apoio na garantia da sobrevivência material, fazendo sentido a idéia de garantia de uma renda mínima familiar e não individual. No caso do Bolsa Escola, essa situação de precariedade envolve crianças e adolescentes no mercado informal de trabalho para participar no orçamento doméstico. Estas políticas podem ser consideradas como uma via de reconhecimento da cidadania para todos e um elemento de rompimento da cultura de tutela. Somente a partir dos anos 90 é que se implantaram programas de transferência de benefícios monetários, sendo a família o elemento de articulação no combate à pobreza. No entanto, as primeiras propostas datam dos anos 70.

## **2.1 – Bolsa Escola e cidadania: renda mínima**

Todos os programas de renda mínima lidam diretamente com a discussão da **cidadania**. Uma análise da cidadania sob o ponto de vista das tradições teóricas é realizada por Reis, em que se discute o termo através do próprio papel que a cidadania tem desempenhado nas áreas política e social. Para a autora, existe uma base comum nas diferentes perspectivas que tratam do tema da cidadania, que são as raízes históricas de onde advém este conceito, a referência feita à questão da inclusão / exclusão que está

implícita ao termo, a dualidade existente entre o *status* e a identidade e a tensão entre “virtudes cívicas e prerrogativas” (Reis, 1998, p. 30). A origem do termo encontra-se substancialmente nas religiões antigas oriundas da civilização Grega e do Império Romano.

Foi justamente na antiguidade Grega que o termo ganhou importância somado à igualdade e a liberdade, até o surgimento da idéia de comunidade, para mais tarde, através do burgo, ter no burguês o protótipo de cidadão. Ainda segundo Reis, a concepção Ocidental moderna de cidadania teve sua expansão e construção nos eventos históricos que marcaram as revoluções inglesas, francesas e americanas, na busca da construção e fundamentação do Estado-Nação moderno nos direitos naturais do homem, de liberdade, igualdade e fraternidade (1998).

A cidadania seria então, para Vieira, “a relação entre Estado e cidadão, especialmente no tocante a direitos e obrigações” (Vieira, 2001, p. 37). Ainda segundo Vieira, ao utilizarmos o conceito de cidadania, deve-se evitar a tão comum confusão feita entre os direitos do *Welfare* (proteção aos indivíduos vulneráveis) e a cidadania social (referente ao pertencimento à determinada comunidade) (Vieira, 2001, p. 41).

A idéia de inclusão está constantemente ligada ao conceito de cidadania. O termo cidadania associado à questão do *status* e da identidade significa que, como este é possuidor de direitos e obrigações, gera-se aí uma referência a uma identidade, já que esta se dá dentro do Estado-Nação, gerando cidadãos dentro dos limites de cada nação.

Há uma tensão entre a utilização da perspectiva de cidadania baseada em um ideal republicano (sendo o cidadão possuidor de virtudes ligadas à esfera pública) e a outra diz respeito ao fato de que ser cidadão é ter o direito ao acesso de prerrogativas. A tensão está no fato de, como um consumidor de direitos, o cidadão pode privar-se das questões

públicas, já que possui direito à liberdade. Assim, a autora afirma que estas concepções podem tanto convergir, como divergir.

Durante o século XX, filósofos, economistas e pensadores das mais diversas áreas nas Ciências Sociais discutiram a idéia de uma renda mínima ou básica. Esta discussão chega por parte inclusive de alguns economistas que também se destacaram na defesa do capitalismo. Entre eles estão James Tobin, que defendia uma renda mínima, na busca de um imposto de renda negativo que trouxesse maior equidade. Em 1968, mais de 1200 economistas, dentre eles o próprio Tobin, John Kenneth Galbraith e Paul Samuelson, enviaram ao congresso Norte-americano um documento favorável a adoção de um sistema que pudesse complementar e garantir renda. A defesa e popularização da idéia de uma renda mínima devem muito também a contribuição de Milton Friedman em seu livro “Capitalismo e liberdade”, colocando a importância da garantia de uma renda mínima sob a forma de um imposto de renda negativo como elemento de combate à pobreza.

Na Europa contemporaneamente, a Rede Européia da Renda Básica (*Basic Income European Network* – BIEN) tem discutido, nas palavras de Suplicy, a percepção de que “a proposição de uma renda básica universal, paga incondicionalmente a cada cidadão, é justa, equitativa e eticamente aceitável...” (Suplicy, 2002, p. 72). Esta rede tem como um dos seus membros o filósofo e economista Belga Philippe Van Parijs que parte dos princípios e idéias desenvolvidas por John Rawls em sua obra “Uma teoria da justiça”, de 1971, na qual afirma-se que as liberdades fundamentais são compatíveis para todos os membros de uma sociedade, e que por outro lado, as desigualdades somente se justificam se for para melhorarem a vida dos menos favorecidos e a ligação disto com a equidade de oportunidades.

Seguindo a análise da renda básica, de acordo com as definições de Parijjs (1994), é preciso deixar claro que a renda básica é uma renda paga individualmente por uma comunidade, em períodos regulares, como um direito não condicionado à cor, raça, sexo, idade, renda ou trabalho. Também é um pré-requisito que ela seja paga em dinheiro, sem restrição ou indicação de como ou com quem deve ser gasto. Por isso mesmo é que esta renda não pode substituir os demais serviços e bens que devem ser providos pelo Estado, porque ele complementa suas políticas e não as eliminam.

Assim, mesmo havendo no programa Bolsa-Escola alguns dos preceitos que caracterizam uma renda básica, este é na verdade um programa de renda mínima vinculado à educação. Mas para Suplicy a renda básica é ainda melhor para os pobres do que os atuais programas de renda mínima que se baseiam na verificação da renda por vários motivos. Primeiramente porque a cobertura aumentará, aumentando também neste sistema universal a quantidade de pessoas que conhecerão os seus direitos. Segundo porque não haverá neste sistema nenhum estigma para os beneficiários, já que o benefício é um direito de todos os cidadãos, não ocorrendo o fenômeno da desqualificação social estudado por Paugam (2003). Terceiro porque se evita a armadilha do desemprego por não atrelar a inclusão a qualquer limite ou patamar de renda e não impedir que o indivíduo aceite um emprego.

Os argumentos para uma renda básica demonstram alguns benefícios em relação aos atuais programas de renda mínima. Além de ser uma renda dada aos cidadãos no seu direito à participar da riqueza da nação, é eticamente correta na medida em que resolveria um dos grandes problemas das políticas sociais que é não chegar ao público alvo. No entanto, cabe perguntar-se em que medida isto pode ser executado na prática, se o próprio Parijjs (1997, p. 81) reconhece que a renda básica só pode ser estabelecida em uma sociedade que tenha

ultrapassado a situação de pobreza extrema, e que por isso não tenham uma situação de exclusão e desigualdades tão acentuadas no seu dia-a-dia.

É preciso avaliar em que medida pode-se aplicar essa renda básica de forma a trazer mais benefícios que os apresentados pelos atuais programas de renda mínima, principalmente dentro do contexto da sociedade de consumo marcada pela crise no mundo do trabalho. Neste cenário de precariedade no acesso ao trabalho e o apelo ao consumo, o segmento populacional jovem é amplamente envolvido, quer seja pela dificuldade de inserir-se no mercado de trabalho ou mesmo pelo desejo de *status* a partir do consumo. Temos com isto demandas sobre o papel e a importância da educação e de um programa de renda mínima que venha efetivamente contribuir para solucionar a pobreza e a exclusão social.

## **2.2 – Bolsa Escola, adolescentes e consumo**

O programa Bolsa-Escola federal é destinado à todas as famílias brasileiras que recebem até meio salário mínimo *per capita*. A renda é, portanto, o único critério para a seleção dos cadastrados, com base na renda compartilhada de um núcleo familiar. Se as pessoas vivem com uma mesma renda, elas devem ser cadastradas como integrantes de um mesmo núcleo. Assim, todas as que tiverem renda *per capita* mensal inferior a R\$ 90,00, cujos membros de 6 a 15 anos estiverem freqüentando o Ensino Fundamental regular, podem ser beneficiados pelo Bolsa Escola Federal. Uma vez cadastrado como beneficiário, passa a receber R\$ 15,00 mensais por aluno, limitado a R\$ 45,00 ou três crianças por

família. O dinheiro é pago diretamente à família beneficiada por meio de cartões magnéticos.

Esse programa, dentre os programas de renda mínima do Governo Federal<sup>9</sup>, é o único que lida tanto com a questão da educação como com a faixa etária adolescente, sendo por isso mesmo escolhido já que no estudo da cultura de consumo, este segmento etário está suscetível a uma gama de influências simbólicas e relações pautadas no consumo. Isto implica trabalhar com um público adolescente, inserido em um contexto familiar de baixo poder econômico. Assim, observo a sociedade de consumo a partir dessa faixa etária em que o consumo torna-se um forte elemento na construção de identidades e na inserção social e no grupo.

A questão do adolescente como estudo acadêmico é bastante recente, sendo orientada através da mudança do comportamento destes com os padrões sociais encontrados à época. Este segmento populacional é numericamente significativo no Brasil, sendo 34 milhões de jovens, de acordo com o censo 2000 (IBGE, 2004). Por ser uma parcela considerável da população, os adolescentes são um segmento influente, principalmente em termos mercadológicos. Estudar a vida cotidiana dos adolescentes nos permite compreender os significados sociais construídos por estes (tais como o estilo de vida, consumo e formas de lazer). Isto significa trabalhar a partir das representações dos sujeitos no cotidiano juntamente com os processos e relações sociais, vendo a inter-relação com a realidade.

No comportamento juvenil, ao mesmo tempo em que se inventam modas, se assimilam outros elementos que geram ciclicamente um maior potencial de consumo.

---

<sup>9</sup> São também programas de renda mínima do Governo Federal o Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio gás, que juntamente com o Bolsa Escola foram unificados no atual Bolsa família.

Assim “as estratégias de mercado procuram ir ao encontro dessa inconstância dos jovens, diversificando a oferta de produtos e fazendo com que eles, com mais opções, saibam cada vez menos o que são” (Mira citado por Felix, 2003, p. 10).

A própria definição social da identidade hoje não está mais associada à família, à tradição, importando mais o poder contido no consumo das mercadorias (roupas, cultura e lazer). São objetos e produtos que se tornam cada vez mais funcionais no progresso social.

O percurso histórico da adolescência coincide com o estabelecimento da sociedade moderna, quando estes adquiriram novas características a partir da reunião em grupos independentes pautados em outras instituições que não a família. Segundo Áries (1986), os grupos jovens existem desde o período pré-industrial. O processo de desenvolvimento capitalista modificou a socialização destes principalmente com relação às formas de associação e de consumo.

Por volta dos anos 50, iniciou-se a influência dos meios de comunicação. A partir disto, as manifestações jovens estão inseridas no contexto da indústria cultural, sendo um segmento consumidor em potencial. Entre as correntes teóricas sobre os jovens na Sociologia, de acordo com a análise de Angarten (2003), destacam-se:

### Quadro 3 – Correntes teóricas sobre o jovem na Sociologia

- **Geracional:** análise feita da idéia de fase da vida, com destaque para as “descontinuidades intergeracionais” que seriam a base da formação do jovem, como uma geração com seu tempo, seu mundo e problemas próprios.
- **Classista:** a reprodução social dos jovens é para estes uma questão de reprodução das classes sociais, e vão além dos conceitos de juventude já que primam pela questão da reprodução das categorias e relações de classe.
- **Grupo da juventude dos anos 70:** diferenças ideológicas, conflitos e a relação com a cultura hegemônica. Assim, o jovem recebe influência de toda a sociedade na formação de estilo, da personalidade e da identidade.

A partir dos anos 80, a questão do visual nas tendências de consumo leva à organização das “tribos urbanas”, que para Magnani são “pequenos grupos bem delimitados com as regras e costumes particulares em contraste com o caráter homogêneo e massificado que comumente se atribui ao estilo de vida das grandes cidades” (Magnani, 1992).

Piaget (1961) afirma que a juventude é um período em ocorre uma reorganização da personalidade levando a novas configurações formadas pela relação entre os fatores bio-sociais, infância e idade adulta. As estruturas psíquicas originadas na infância mudam levando a ajustamentos interiores em um processo de maturação. Por isso surge a necessidade de novas identificações da personalidade em um processo de auto-definição, correlacionando-se as moldagens interiores e a aparência exterior definindo o comportamento social. Como afirma Morin (1990),

*na adolescência a ‘personalidade’ social ainda não está cristalizada: os papéis ainda não se tornaram máscaras endurecidas sobre os rostos, o adolescente está à procura de si mesmo e à procura da condição adulta, donde uma primeira e fundamental contradição entre a busca da autenticidade e a busca de integração na sociedade (Morin, 1990, p. 154).*

O consumo na sociedade globalizada e a busca da criação de desejos e necessidades, trouxeram em contraposição à contracultura experimentada dos anos 70, diferentes formas de culturas adaptáveis e maleáveis manipuladas pelo consumo.

A indústria cultural transforma em produto cultural e industrial, tanto o que se apresenta no campo visual (como a roupa, o cabelo e acessórios) quanto gostos e comportamentos. Sendo então a juventude o grande foco de interesse da sociedade de consumo, tende-se a adiantar esse período (basta observarmos a moda infantil) bem como prolongá-lo (considerando-se o desejo dos adultos em manter características jovens e os meios disponíveis para isto). A juventude torna-se na sociedade de consumo, uma etapa da

vida que é prolongada. Para Mira, “a juventude encurta a infância e adia a velhice, tornando-a a idade em que se pode viver plenamente os ideais da cultura de massa: o amor, a aventura, a diversão, o prazer, a busca de felicidade” (Mira citado por Felix, p.153).

É na coletividade do grupo que os jovens desenvolvem o sentido de pertencimento, através de estilos (estéticos e de comportamentos), identificando-se e mandando sinais de identificação ao mundo à sua volta, vivem entre o desejo e o prazer do consumo, e o medo de não ser aceito pelo grupo, que também pode mudar rapidamente para outros grupos de estilo.

É na transposição das necessidades de mercado para as individuais que se faz crescer a busca pelo entretenimento e a diversão. É aí que a juventude se insere como segmento importante, pois o lazer é um importante momento de inserção, aceitação e afirmação no grupo e de constituição deste. A cultura de consumo, estruturada a partir do mundo das mercadorias, é o ponto de partida para a compreensão da sociedade contemporânea, proporcionando coesão entre os indivíduos. Assim, “aquilo que o indivíduo adquire retrata seu poder de compra e designa seu status social” (Felix, 2002, p.53).

Segundo Canclini, as “identidades se definiam por essências a-históricas: atualmente configuram-se no consumo, dependem daquilo que se pode chegar a possuir” (1995, p. 15). O consumir se torna uma atitude de aquisição de prestígio social em que as mercadorias criam distinções sociais à medida que simbolizam os estilos de vida dos grupos. E isto não apenas para as pessoas que possuem condições financeiras para consumir bens atribuidores de *status*, mas também para as pessoas das classes populares. Estas também vivem na sociedade de consumo e reconhecem as formas de distinção, mudando porém a forma de realização e satisfação dessa necessidade. Daí que os beneficiários de

programas de renda mínima, e especificamente no caso do Bolsa Escola que incluem famílias com adolescentes, podem ser observados nesta relação entre desejo-necessidade na realidade prática dos indivíduos.

### 2.3 – Programas de renda mínima e consumo

Não podemos isolar a pobreza do seu cenário social, principalmente no contexto da sociedade de consumo. Isto porque o universo das famílias beneficiadas pelos programas de renda mínima está inserido no ciclo da propaganda e modas, assim como as classes que possuem condições de satisfazer estes desejos de consumo. O que muda, no entanto, é a forma de satisfação dessas necessidades simbólicas e da relação cotidiana dos indivíduos com a realidade.

Diversas posturas vão fomentar o debate acerca desses programas. Estas dividem-se entre corrente liberal, distributivista (ou progressista) e a que liga renda mínima à questão do mundo do trabalho. Assim temos:

- **Corrente liberal:** a renda mínima está ligada a um princípio de justiça dentro na proteção social, bem como a busca por uma racionalidade econômica. Somente através das lógicas da concorrência e de programas assistenciais para os mais pobres é que se poderia solucionar a pobreza e o desemprego. Esta corrente preocupa-se em não desestimular o trabalho baseando-se em um teto mínimo;
- **Distributivista (ou progressista):** a renda mínima seria uma forma de distribuição de renda que dissocia a remuneração da produtividade do indivíduo, com a integração destes num processo de produção automatizado. Quebra-se a relação

entre renda e quantidade de trabalho. A renda mínima deve ser de ampliação (já que a integração se dá somente para uma pequena parcela da população) e não apenas substituir outros programas sociais. Assim, vinculam direitos sociais a obrigações morais buscando a inserção social e profissional dos beneficiados.

Mesmo sendo considerados como um avanço em relação ao Estado de bem estar social por ampliar os sistemas de proteção social e dar mais liberdade de escolha aos indivíduos, existem inúmeras críticas<sup>10</sup> de autores como Aldaíza Sposati (1997), Ramos (1997) e Suplicy (2002) aos programas de renda mínima.

No Brasil, segundo Sposati (1997), o que temos é uma combinação do Estado/caridade e mercado/caridade em categorias de proteção como os seguros (para os que já estão no mercado), o estabelecimento de mínimos e a garantia de benefícios (para os incapacitados).

Todas estas formas de renda mínima agregam a transferência de uma quantia em dinheiro para que os indivíduos a utilizem para a satisfação de uma necessidade por meio do mercado. Busca-se ampliar a capacidade de consumo e acesso por meio de aquisição ou

---

<sup>10</sup> Estas críticas referem-se à:

- A exclusão social não seria eliminada, podendo ser instrumento de assistencialismo;
- Prejudicam as lutas sociais, desmobilizando-as;
- Não levam à inserção no mercado de trabalho nem criam empregos;
- Incentivo ao não trabalho e à dependência que poderia ser gerada pela renda recebida;
- A liberdade de escolha dos beneficiários pode levar a não satisfação das necessidades mais elementares (como alimentação, educação, saúde, etc.);
- São programas caros, pois exigem além da renda distribuída, custos com a burocracia necessária;
- Os meios disponíveis para a aferição da renda são incertos;
- Falta de divulgação limitando o acesso de beneficiários.

compra, a cobertura de uma necessidade (já que o termo satisfação é complexo). Daí a importância de relacionar esses programas com o consumo, e problematizar: acesso, cidadania, satisfação, redistribuição e impactos da sociedade de consumo. Como não rompem com os princípios de mercado, estes programas são utilizados tanto por governos liberais quanto social-democratas.

A isto aliam-se os movimentos de minoria, que têm evidenciado políticas por equidade, buscando dar “aos desiguais políticas desiguais que procurem maior igualdade e equidade” (Sposati, 1997, p. 116). Ainda segundo Sposati (1997, p.111), são tipos de renda mínima:

#### Quadro 4 – Tipos de renda mínima

- **Regulação salarial:** o Estado, através da relação capital/trabalho, tenta estabelecer uma renda mínima na forma de um salário mínimo. Mas a ausência de consenso sobre as necessidades que deveriam ser cobertas por este salário terminou por afastá-lo desta finalidade.
- **Política de equidade ou política de subsídios:** pessoas com necessidades diferenciadas e que por possuírem mais despesas precisam da expansão de capacidades de cobertura;
- **Salário mínimo substituto:** direcionado àqueles que se encontram impossibilitados de voltar à trabalhar. São: salário desemprego, auxílio doença, para o portador de deficiência e para o idoso;
- **Política de subsídios e incentivos para o acesso a uma política social:** baseia-se na suplementação da renda na busca de redução do estado de pobreza por meio da complementação da renda;
- **Renda mínima de inserção:** compõem programas de enfrentamento da pobreza através de intervenções e vinculações do beneficiado pelo subsídio econômico a práticas que melhorem a sobrevivência, quer sejam no trabalho ou na educação.

Também é grande o número de políticas municipais de renda mínima sendo a municipalização da seguridade social uma alternativa para a situação de pobreza encontrada. Assim, dos 76 projetos brasileiros de renda mínima, de acordo com Sposati,

1% é nacional, 17% são estaduais e 82% são municipais (1997, p. 116)<sup>11</sup>. Dos programas brasileiros, 30% utilizam como critério a relação entre a composição da renda familiar, o número de membros e um valor limite em reais. Com relação ao tipo de subsídio, 72% referem-se à educação, 10% à educação e outras políticas, 4% ao subsídio de inserção e 14% à equidade (1997, p. 116).

Assim, os programas de renda mínima brasileiros possuem vários pontos em comum. Nestes programas, o caráter clientelístico é reduzido à medida que se elimina o aspecto de favor na distribuição do benefício, através do conhecimento dos direitos e dos critérios públicos de inclusão.

Nesse intuito é que em 1993, foi aprovada a lei nº 8.742, a LOAS, Lei Orgânica de Assistência Social, sendo implementada plenamente apenas no ano de 1995. Esta lei alterou o sistema e a estrutura da assistência social no Brasil, extinguindo alguns órgãos e criando a pasta de assistência social, dentro do ministério da previdência. Buscava-se descentralizar a assistência social e dividir o financiamento, a elaboração e a execução das políticas nos níveis locais e regionais. Antes desta lei, a assistência social não se configurava como uma política pública sistemática que levasse em conta os direitos civis nem se poderia usufruir de benefício monetário assistencial sem que houvessem contribuições anteriores.

As dificuldades na execução e implantação dos programas sociais, no entanto, não foram totalmente excluídas e são as mesmas encontradas por todos os programas. O trabalho de campo acerca do Bolsa Escola no município de Areia Branca-RN apontou diversos aspectos deste fenômeno, mostrando que existem diferenças entre os objetivos do

---

<sup>11</sup> Além disto, em sua pesquisa “Sobre os Programas Brasileiros de Renda Mínima” Sposati (1997) verifica que 28% dos programas de renda mínima estão nas capitais, 22% estão nos municípios de grande, 22% de médio e 28% de pequeno porte.

programa por parte de quem os executa e a forma como estes são apropriados por parte de seus beneficiários no cotidiano.

## **2.4 – Construção da pesquisa: aspectos metodológicos**

Fazer pesquisa de campo nunca é fácil. Sobretudo porque, por mais que se estude ou que se façam planos e cronogramas, a impressão que se tem é que nada sai como se espera. Essas peculiaridades e contratempos do trabalho também fazem parte do aprendizado.

O que planejar então para uma pesquisa em que os entrevistados estão dispersos, em casas não numeradas ou mesmo com uma fonte de referência que já tem cerca de três anos? O acesso ao pessoal pré-selecionado foi sem dúvida uma das dificuldades.

É importante perceber que mesmo sendo possível a utilização no plano sociológico de dados administrativos, é necessário tomar cuidado na sua avaliação, lembrando sempre que estes dados não foram colhidos por pessoas treinadas para uso e coleta de material por meios sociológicos, principalmente para o uso de entrevistas e questionários, trazendo a dificuldade não tanto no preencher de dados objetivos, mas principalmente no que se refere às condições subjetivas em que se encontram as famílias beneficiadas.

Além disto, a utilização de dados administrativos nem sempre nos permite acesso à questões elementares nas pesquisas sociológicas. Um exemplo foi a questão da trajetória profissional das famílias envolvidas na pesquisa. Por isso é que o trabalho de campo se fez tão importante e complementar no sentido de adotar critérios qualitativos visando responder às questões e os objetivos da pesquisa.

Como é bastante comum nos pequenos municípios, durante a pesquisa, além de perguntar se eu era natural do município (pois isto poderia expressar algum medo ou desconfiança), perguntava-se também quem eram os meus pais.

As entrevistas foram gravadas e isso não foi um empecilho, uma vez que eu explicava muito bem os procedimentos da pesquisa, além do que busquei quebrar a possível solenidade existente na relação entrevistador-entrevistado, escutando-os com atenção mesmo quando não se referiam a assuntos relacionados à pesquisa.

Assim, tratei de recolher as percepções dos atores sociais sem idéias pré-concebidas, sendo as categorias e conceitos utilizados construídos a partir dos discursos, favorecendo a palavra dos atores já que eles sabem e são *experts* de sua história. Utilizei a técnica de saturação de conteúdo, em que os resultados são alcançados quando os conteúdos das entrevistas passam a ser repetitivos sem apresentarem novos elementos (Rocha, 2002). Busquei uma técnica que nos apresentasse o benefício de não trabalhar com os atores de maneira atomizada, mas possibilitando a argumentação, o confronto de posturas, a replica ou o reforço de uma idéia, de grande importância para a interpretação das realidades (Haguette, 1987).

As temáticas às quais as entrevistas referem-se, conforme norteado pelos objetivos da pesquisa, são: características sócio-econômicas da família, escola e trabalho, percepção sobre o Bolsa Escola, universo simbólico de consumo, cidadania e visão de futuro. Quanto as formas de abordagens, utilizei a extensiva - compreensiva, já que

*trabalha a representatividade e a capacidade gerencial dos dados, utilizando estratégias indutivas que possibilitam a partir de subconjuntos populacionais, estimar o comportamento[...]o sentido, o conteúdo das manifestações da vida social, própria à atividade dos sujeitos que interagem exatamente em função de significações*

*[...]atribuídas tanto à própria ação quanto à relação com os outros (Waiselfisz et alli, 1998, p. 51).*

Para ter acesso ao pessoal beneficiado pelo programa, optei por buscar os dados na Secretaria de Educação do município. De início, procuramos falar com a então secretária de educação, buscando informações sobre a localização destes cadastros, não sendo recebida por ela, mas sim por sua atendente. Foi a mesma que me informou que a secretária havia dito que não sabia onde se encontrava a pasta do programa. Areia Branca passou por uma reviravolta política durante o mês de Maio de 2004, tendo sido o então prefeito José Bruno Filho, já no seu segundo mandato, afastado por acusação de compra de voto durante a reeleição do ano de 2000. Com o seu afastamento, o prefeito do município passou a ser Expedito Gomes Leones, que havia perdido o pleito de 2000.

Em consequência, todos os cargos e secretariados mudaram, sendo talvez este o motivo do desconhecimento (muito embora já transcorresse o mês de Julho, mais precisamente no dia 9) da localização dos cadastros do Bolsa Escola por parte da secretária. Esta respondeu que era provável que a pasta estivesse na sala da responsável pelo ensino rural do município ou mesmo que esta a tenha repassado para outra pessoa. Inclusive indicou que buscasse a secretaria de ação comunitária, como se o programa não estivesse ligado ao setor educacional.

Resolvi então ligar para o Fala Brasil, que é o telefone dos programas do Governo Federal, no qual fui informada que estes dados deveriam estar a cargo de uma assistente social na prefeitura. Cabe aqui a indagação mais oportuna, discutida nos próximos capítulos, acerca da autonomização da gerência destes programas, atentando-se ao fato de

que descentralizar um programa não significa necessariamente submetê-lo ao descaso por parte dos governos locais.

No dia 14 de julho retornei à secretaria de educação municipal e consegui descobrir quem era a responsável pela pasta do programa, que por sinal não era a mesma pessoa que haviam me indicado. Ela foi solícita e me mostrou os documentos, mas disse que eu precisaria marcar um dia para vê-los, sendo combinado o dia 21 do mesmo mês. Mesmo assim, não consegui ter acesso no dia marcado, pois a responsável pela pasta estava fazendo um curso, remarcando novamente para o dia 23 de Julho. O material estava bem organizado, inclusive com alguns dados sobre a frequência escolar. As informações estão nos formulários da Caixa Econômica Federal utilizados para o cadastro no programa conforme o modelo no anexo nº 6.

Com o acesso finalmente iniciei a seleção. O primeiro critério adotado na busca foi selecionar fichas que tivessem beneficiários entre 13 e 15 anos de idade, limite este escolhido por motivos detalhados em outro momento. Ao todo foram 66 fichas pré-selecionadas, com um total de 175 estudantes beneficiados. A dificuldade nessa pré-seleção foi que, como as fichas estão no nome dos responsáveis, os adolescentes que não possuem mais idade para participar do programa continuam na pasta, caso a mãe possua mais um filho que ainda receba o benefício. Na secretaria não há informações sobre o desligamento desses, ficando isso tudo a cargo da Caixa Econômica Federal.

Além disso, a falta de dados ou informações extras, principalmente na zona rural, foi um agravante já detectado desde a fase de levantamento dos dados. Apenas seis dentre 25 cadastros possuíam informações adicionais de endereço ou telefone, sendo estes números comunitários ou mesmo da escola em que os beneficiários estudavam. Na segunda

fase de seleção, selecionei 24 pessoas da zona urbana e da zona rural. Se inicialmente pensei em selecionar o número de 20, dada a dificuldade de encontrar os informantes, resolvi aumentar para 24, número que posteriormente mostrou-se insuficiente. O critério utilizado foi a renda, buscando-se incluir igualmente famílias de maiores e menores rendas declaradas.

Esses cadastros são bastante simples (conforme formulário em anexo nº 6) e o critério utilizado é a auto-declaração, pois não consta nenhum documento comprobatório, havendo apenas a assinatura da responsável pelo cadastro. Cabe aqui tratar da discussão acerca da desburocratização dos programas de renda defendida por Eduardo Suplicy, que mesmo sendo um programa de renda mínima, poderia ser também considerado de renda básica, posto que os critérios são poucos e verdadeiramente torna-se descomplicado o acesso e a inscrição neste programa. Por outro lado esta se torna fonte de críticas tais quais foram apresentadas pela mídia em várias matérias<sup>12</sup> (Fantástico, 17/10/2004 e 24/10/2004).

Torna-se difícil uma avaliação criteriosa com base nestes documentos, dada a ausência de informações, bem como não se sabe em que medida o programa contribui para a melhoria educacional ou para sua eficácia, já que não há controle algum. Foi o que ouvi durante as entrevistas, de que a única medida utilizada para controle é quando se obrigam as pessoas a irem até a Caixa Econômica, ou sobre a suspensão do benefício, ou mesmo para ativar o cartão de um outro programa.

Cada campo tem suas particularidades e suas dificuldades, mas todos moldam o nosso olhar neste constante treinamento que é a pesquisa social. Para mim, as dificuldades

---

<sup>12</sup> Essas reportagens apontam que inúmeras cidades no país possuem pessoas ligadas aos prefeitos que não deveriam receber o benefício ao invés de tantos outros que verdadeiramente precisam.

foram a dispersão dos entrevistados e a dificuldade de encontrá-los, seja por motivo de mudança de endereço ou por não haver numeração nas casas, problema este que me fez retornar à Secretaria de Educação no dia 18 de Agosto para completar os cadastros, saltando dos 20 e 24 para o todo selecionada inicialmente, que foram as 66 fichas, sendo 34 zona urbana e 32 zona rural (mesmo não sendo todos nesta procurados, ao contrário da zona urbana). Com relação à estes últimos, nenhuma das pessoas cadastradas continham em suas fichas referências à nomes de ruas, muito menos numeração das casas, o que praticamente inviabilizou a pesquisa na zona rural, haja visto que os povoados rurais em Areia Branca não são tão pequenos e as casas estão distribuídas de maneira mais dispersa que na zona urbana. Por fim, terminamos realizando 22 entrevistas.

Ao final das entrevistas, a impressão que se tem é que as pessoas que precisam deste benefício me recebiam sempre pensando que, constatado a situação de pobreza, pudesse então vir mais ajuda ou um aumento no benefício, como foi mencionado em duas entrevistas. Por outro lado, as pessoas que não estavam precisando tanto, buscavam explicar os motivos de estar no programa ou mesmo esconder a questão (como as entrevistas nº 9 e 10, feitas fora de casa e sem gravar porque a mãe sabia que sua situação financeira, conforme constatado, não permitia que ela estivesse no programa). Mas obviamente a linha divisória entre um e outro caso, quer dizer, entre os que precisam e os que não precisam tanto, não é tão simples assim.

Daí que o cenário em que se constroem as relações práticas nos apresentam peculiaridades dada a relação que os beneficiários desse programa vão desenvolver no município estudado e de suas relações com as questões em debate nesta sociedade de consumo.

### **CAPÍTULO III - BOLSA-ESCOLA E SOCIEDADE DE CONSUMO: TRAJETÓRIAS E PERSPECTIVAS EM UM MUNICÍPIO POTIGUAR**

O programa nacional de renda mínima vinculado à educação coordenado pela Secretaria do Programa Nacional de Bolsa Escola<sup>13</sup>, o chamado “Bolsa Escola”, passou no governo do Presidente Luís Inácio da Silva (2002) a vincular-se ao novo programa Bolsa Família, que reúne os demais programas de benefícios sociais do Governo Federal, que eram o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás<sup>14</sup>. Segundo as informações colhidas no *site* do programa e na propaganda do governo, consta que este é o maior e o mais ambicioso programa de transferência de renda da História do Brasil, buscando trazer emancipação para as famílias mais pobres, combatendo a fome e a miséria.

O motivo desta pesquisa ainda referir-se ao programa Bolsa Escola, além dos já explicitados (querer alcançar famílias com beneficiários adolescentes) deve-se ao fato da migração de um programa para o outro não ter sido ainda concluída, pela localização e seleção dos entrevistados que ainda refere-se ao antigo programa e por fim, dada a própria percepção dos entrevistados que ainda se declaram como beneficiários do Bolsa Escola. Assim, todas as famílias selecionadas eram beneficiárias do Bolsa Escola, e muito embora hoje sejam oficialmente beneficiárias do Bolsa família, a mudança de um programa para o outro não trouxe alterações quanto à normas e valores dos benefícios recebidos.

Diante da necessidade de um programa de renda mínima no cenário brasileiro, fruto das discussões dos parlamentares e de alguns teóricos de que a educação apresenta grande

---

<sup>13</sup> O programa foi criado pela medida provisória nº 2140 de 13 de Fevereiro de 2001 e sancionada no dia 11 de Abril do mesmo ano, pela lei nº 10.219 e decreto nº 3823 do dia 28 de Maio de 2001.

<sup>14</sup> Não há clareza na migração de um programa para o outro, percebida nos relatos dos entrevistados e nas informações da Caixa Econômica. Daí a idéia dos beneficiários de que ainda recebem o programa antigo.

importância para o fim da pobreza, e tomando como exemplo os programas que já existiam no Distrito Federal, Campinas e Ribeirão Preto, chegou-se a conclusão da necessidade de um programa concebido para vincular renda mínima à Educação.

Segundo o relatório de evolução do Bolsa Escola (Brasil, 2002) com relação à implantação e planejamento estratégico no biênio de 2002 a 2003, os objetivos estratégicos do programa foram definidos e agrupados quanto ao desempenho institucional, aos efeitos do programa na sociedade e às competências internas da secretaria do programa nacional do Bolsa-Escola. Dentro dos elementos referentes aos objetivos institucionais estão a **garantia de atendimento** às famílias (realizando estimativa de quem e quantos devem ser alcançados)<sup>15</sup>, o **monitoramento da frequência escolar** (trabalhando com agentes federais, locais, e com a sociedade civil) e **as relações de parcerias** (com as prefeituras e os órgãos). Dentre os objetivos relativos aos efeitos do programa na sociedade, ressaltam-se:

- Aumento no acesso e permanência das crianças beneficiárias<sup>16</sup> na escola;
- Integrar as famílias ao processo educacional;
- Reduzir despesas decorrentes dos custos de evasão e repetência;
- Auxiliar no combate ao trabalho infantil;
- Incrementar a atividade econômica do município.

---

<sup>15</sup> Firmando-se convênio com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para saber quantos e com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA para delimitar quem pode receber o benefício, na busca de desenvolver a melhor metodologia para aferição da renda.

<sup>16</sup> Muito embora as entrevistas apontem para a não mudança do quadro no município de Areia Branca, já que não há uma fiscalização rígida e nenhum diretor quer diminuir o número de benefícios que seu município venha receber. Por outro lado também, conforme Simon Schwartzman (2005), isto não possui tamanha força representativa, já que nesta faixa etária a maioria das crianças já estão incluídas nas escolas;

O maior desafio do programa, segundo o relatório (2002), é desenvolver um sistema de gestão e monitoramento informatizado para uma eficiente e ágil operacionalização do mesmo. Este elemento possibilitaria melhor gestão dos recursos quanto aos dados de quem ainda está ou já saiu da condição de pobreza, pois desde que foi criado não houve ainda uma revisão ou avaliação do mesmo.

O ponto forte do programa está na articulação entre educação e combate à pobreza, sendo essa idéia amadurecida ao longo dos últimos anos. Uma pesquisa realizada no período de Novembro de 1997 a Fevereiro de 1998 acerca do programa desenvolvido no Distrito Federal<sup>17</sup> demonstrou que o programa obtém êxito como ação afirmativa para a solução da distorção idade-série, reduzindo a exclusão social, a evasão escolar e previne o trabalho infantil, trazendo dignidade para os beneficiários (Waiselfisz et alli, 1998).

No município de Areia Branca-RN, o programa Bolsa Escola do Governo Federal atende atualmente cerca de 1495 famílias, perfazendo um total de R\$ 100.352,00 em benefícios (Brasil, 2005). No Estado do Rio Grande do Norte ele alcança 100% dos municípios (Brasil, 2002). Este programa possui, se comparado ao do Distrito Federal, diferenças quanto ao valor dos benefícios, à supervisão e a fiscalização. Alguns aspectos foram preservados, principalmente no âmbito dos requisitos (com exceção apenas da faixa etária limite, que muda dos 14 para os 15 anos e a exclusão por meio da frequência escolar). Mesmo assim com relação ao alcance dos objetivos seu alcance na prática tem sido bastante resumido.

---

<sup>17</sup> Os critérios para o acesso à esse programa eram que os filhos entre 7 e 14 anos estivessem matriculados, que a família possuísse renda familiar *per capita* igual ou menor à meio salário mínimo, que os membros adultos desempregados demonstrassem que estavam procurando emprego através do SINE, possuíssem pelo menos cinco anos de residência e tivessem mais de 90% de frequência escolar.

Os benefícios econômicos gerados são significativos, haja visto que mesmo sendo pequeno o valor individual pago por beneficiário, para o município corresponde a R\$ 100.352,00 (Brasil, 2005). Mas não há dados locais para afirmar se este reduziu a repetência e conseqüentemente, o montante gasto com o aluno adicional, ou a taxa de evasão.

Portanto, se o programa do Distrito Federal conseguiu atender às camadas da população que normalmente são excluídas, ajudando a quebrar o círculo vicioso da reprodução, da repetição e expulsão do aluno e assim amenizando a relação menor educação e maior agravamento da pobreza (Waiselfisz e Abramovay, 1998), no município de Areia Branca, a relação entre exclusão e pobreza para os beneficiários não é tão simples assim. Como a renda declarada dos beneficiários não é a mesma da ficha cadastral, dada a sazonalidade das fontes de renda no município, constato que a população atendida mesmo não podendo ser considerada rica, não vivem porém em situação de pobreza extrema (inclusive, se tomarmos como base o limite de renda, três famílias estariam fora do programa).

O Bolsa Escola, miscelânea de política de renda mínima com política educacional, possui influência relativa em trazer o beneficiário à escola no município de Areia Branca, já que a maioria dos seus beneficiários já estão nas escolas com ou sem bolsa. A isto alia-se a questão da não fiscalização, como mencionado durante as nossas entrevistas, já que os problemas da evasão escolar não se dão exclusivamente pelo fato dos estudantes terem que trabalhar<sup>18</sup>, mas sim “a incapacidade das escolas em proporcionar educação de qualidade significativa para os jovens e, sobretudo, aos adolescentes de baixa renda”. Se os recursos

---

<sup>18</sup>O que se vê claramente em Areia Branca, pois dos selecionados para as entrevistas, nenhum trabalha, o que se explica também pela questão da falta de emprego, problema que se agrava ainda mais entre os jovens.

do Bolsa Escola fossem canalizados por meio das escolas com programas adequados de melhoria e incorporação de adolescentes, seus resultados poderiam ser muito mais significativos. Como afirma Schwartzman (2005), “É mais difícil melhorar a escola do que lançar grandes campanhas, mas não faltam idéias que poderiam ser utilizadas, se houver interesse”. E é no município de Areia Branca que esta discussão ganha força e se amplia, dada as particularidades que compõem a realidade local.

### **3.1 - Areia Branca: uma cidade e distintas realidades**

A realidade do município de Areia Branca é pouco diferente de tantos outros pequenos municípios no interior do Brasil e distantes geograficamente dos grandes centros. Possui, no entanto, diferenças econômicas tanto com relação ao potencial turístico de suas belezas naturais e de suas festas tradicionais bem como aos valores recebidos pela produção do petróleo (além de outras atividades econômicas, dentre elas o sal).

Dentre as festas estão o carnaval, um dos maiores da região, e a festa em homenagem à Padroeira dos Navegantes durante 10 dias do mês de Agosto. Ambas atraem turistas graças aos investimentos feitos pela administração municipal em bandas e espetáculos de repercussão nacional. Além disso, uma multiplicidade de fatores ajudam a compor um cenário no qual une-se a tradição com o novo, trazido pela mídia e pela propaganda.

Mesmo admitindo a sociedade de consumo como um fenômeno presente nas diversas esferas sociais, a maior parte dos estudos referentes ao tema, tanto no Brasil quanto no mundo, concentram-se em observações feitas a partir dos grandes mercados

consumidores, esquecendo das demais parcelas da população, principalmente a aqui observada.

O município de Areia Branca, ao contrário do que se pode pensar, não é um município pobre, possuindo um Índice de Desenvolvimento Humano médio, de 0,710 (13º lugar no Estado), aproximando-se do IDH brasileiro que é de 0,766<sup>19</sup>, possuindo além disto inúmeras potencialidades naturais e econômicas, muito embora não possua tantos postos de trabalho formal. Podemos comparar na tabela abaixo esse índice com os dois principais municípios do Estado:

Tabela 1 - Indicadores de Desenvolvimento Humano

MUNICÍPIO	UF	ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER	TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS	TAXA BRUTA DE FREQ. ESCOLAR	RENDA PER CAPITA	ÍNDICE DE ESPERANÇA DE VIDA (IDHML)	ÍNDICE DE EDUCAÇÃO (IDHME)	ÍNDICE DE PIB (IDHMR)	ÍNDICE DE DES. HUMANO MUNICIPAL (IDHM)	RANKING POR UF	RANKING NACIONAL
Areia Branca	RN	67,906	0,788	0,854	146,308	0,715	0,810	0,605	0,710	13	2819
Natal	RN	68,780	0,878	0,903	339,923	0,730	0,887	0,746	0,787	1	874
Mossoró	RN	69,318	0,809	0,864	179,590	0,739	0,827	0,639	0,735	6	2300

Fonte: ONU. Disponível no *site* [www.frigoletto.com.br](http://www.frigoletto.com.br).

Além disso, o orçamento municipal é relativamente alto, tendo um fundo de participação municipal no ano de 2002, segundo dados do IBGE (2004), de R\$ 3.827.993,52, composto por transferências estaduais e federais (recebeu do Fundo de manutenção e desenvolvimento do magistério – FUNDEF, cerca de 1.511.666,06, possuindo uma receita orçamentária realizada em 2002 de 21.610.172,22). O valor alto do Fundo de Participação do Município deve-se principalmente às divisas oriundas dos

<sup>19</sup>O IDH varia de 0 a 1. Um município possui baixo IDH quando possuem índice inferior à 0,5, médio entre 5,0 e 8,0 e alto acima deste.

*Royalties* gerados pelo Petróleo, pois o município se localiza na maior área brasileira de produção terrestre deste produto. O Rio Grande do Norte é o 2º maior produtor nacional de petróleo, e o primeiro em termos de produção terrestre, com a extração de 4,8 milhões de metros cúbicos por ano e 2,1 bilhões de gás natural (IDEMA, 2005).

O município não possui algumas mazelas sociais tais como falta d'água, carência de recursos, fomes, etc, bem como de serviços públicos como saúde, educação e segurança. Com tantas potencialidades, o risco que este município enfrenta é mesmo o problema de gestões públicas desastrosas, assim como ocorreu nos últimos sete meses do ano de 2004.

Portanto, pode parecer estranho estudar ou mesmo entrevistar pessoas beneficiadas por um programa de renda mínima como o Bolsa Escola, já que o seu benefício é de somente R\$ 15,00 por aluno, alcançando até R\$ 45,00 por família, mas que somados com outros programas podem chegar até R\$ 90,00 por família. Primeiramente pelo fato de que este valor seria pouco significativo para os índices do município, e segundo porque se esta família faz parte de um programa de renda mínima é porque ela precisa gastar esse dinheiro com bens básicos ou essenciais.

No entanto, a equação entre programas de renda mínima e sociedade de consumo não é tão simples assim, pois se pensarmos que R\$ 15,00 por mês é pouco, para a economia do município o volume dos recursos transferidos é de R\$ 100.352,00 (Brasil, 2004). Além do mais, dada a realidade do município, muitas pessoas que trabalham na informalidade possuem renda, razoavelmente fixa, e mesmo assim acabam entrando nesse programa.

Por outro lado, em uma sociedade na qual as necessidades são construídas socialmente, nem mesmo as pessoas que vivem num grau elevado de pobreza desejam ou precisam apenas de bens básicos. Muito do que pode ser considerado supérfluo ao primeiro olhar pode ser algo imprescindível para o indivíduo, já que os desejos são subjetividades

interiorizadas, como discutido. Este é o paradigma de uma sociedade de consumo, assentada sob uma realidade econômica excludente.

Algumas outras particularidades de Areia Branca são as suas festas e o consumo gerado em torno destas. No período de Carnaval (que no último ano movimentou cerca de 150 mil turistas) ocorrem por dia apresentações de cinco bandas, algumas do cenário nacional e todas patrocinadas pela administração municipal, possuindo ainda três escolas de samba. No comércio, existe uma grande quantidade de lojas no setor de vestuário e acessórios, sendo que os donos das duas mais populares chegam a viajar à Fortaleza duas vezes por semana para buscar mercadoria, fato intensificado nos períodos festivos e dias de shows. Além destas, há inúmeras *boutiques* que vendem marcas nacionais a preços nem sempre tão acessíveis, e comprar nas mesmas é um elemento de distinção.

No entanto, fora destas datas festivas e das eventuais apresentações de bandas, o município não possui muitas opções de lazer além das praias. Possui como única opção noturna a praça da cidade, sobretudo nos finais de semana, em que os jovens se produzem e se vestem com suas melhores roupas para irem à praça, como em um desfile da moda da estação e que estão no auge na tv, principalmente nas novelas. É possível perceber, a partir da observação deste espaço, ciclos de acordo com as principais datas festivas do município, época na qual as roupas e acessórios são consumidos em maiores números por estes jovens. Assim, próximo às festas de fim de ano e durante o mês seguinte, há a exibição de roupas mais finas, em um estilo mais social, adequadas às festas de fim de ano. Até que chega o veraneio e o período carnavalesco, com roupas mais despojadas e coloridas tipicamente com cores da estação, e assim por diante até o mês de Agosto, quando este ritual é transferido para o local onde fica concentrado o evento da Festa da padroeira.

Por tudo isso é que essa distinta realidade influencia diretamente a relação dos habitantes com os elementos simbólicos de consumo. A análise das informações dos beneficiários do Bolsa Escola pode muito nos dizer acerca da construção cotidiana do consumo.

A pesquisa em Areia Branca justifica-se tanto no nível teórico, pela possibilidade de lançar luz sobre o consumo e estilos de vida dos pequenos municípios, como pelas suas particularidades, dentre as quais uma relativa qualidade de vida e estabilidade econômica e ao mesmo tempo, acesso à meios de comunicação, notadamente a televisão.

Os pequenos municípios, mesmo distantes dos centros urbanos e possuindo uma dinâmica própria, estão obviamente inseridos nesta sociedade de consumo. O que pode impedir tal constatação, em primeiro plano, é o fato de se acreditar que desta sociedade só fazem parte o seletos grupo dos que muito consomem. Ocorre que mesmo os excluídos economicamente fazem parte da sociedade de consumo, mesmo que seja através de seu consumo precário (Rocha, 2002) ou como telespectadores, dado o acesso à informação da disponibilidade dos bens muito embora não se dê aí a efetivação do consumo.

Essa distinta realidade apresenta-se também na questão do desemprego ou do sub-emprego, perceptível não apenas no nível local, pois também é um problema nacional; somente 24% das pessoas que trabalham no Brasil possuem emprego formal e 54% não contribuem para a previdência social (Schwartzman, 2004, p. 180). Segundo dados do IBGE (2000), em municípios com até 20.000 habitantes, o número de pessoas que trabalham sem carteira assinada é maior que o número de pessoas com carteira, contribuindo para a não existência de índices de desemprego e a precarização dos postos de trabalho.

A questão do desemprego no município se dá tanto pelo fato de 73,2% das empresas existentes se concentrarem no setor de comércio e serviços<sup>20</sup> (IBGE, 2004), como por constituírem-se em sua maioria como médias e pequenas empresas que empregam um número menor de trabalhadores.

A renda declarada dos participantes deste programa não é a mesma da renda real total mensal, que não é declarada justamente por serem provenientes de atividades informais, não havendo pois, registro que as comprove. Com relação à renda no município, ainda de acordo com o IBGE, 53,6% da população acima de 10 anos de idade possuem rendimentos sendo esse um rendimento médio mensal de R\$ 339,97 (2004).

No formulário (anexo 6), pergunta-se apenas pela renda familiar total, não havendo especificação de outra renda ou da participação em algum outro programa de renda mínima do Governo Federal. Da mesma forma, não há como saber se a profissão é a das mães ou dos demais provedores de renda. Mesmo com a criação do cadastro único e da unificação dos programas, ainda é difícil, inclusive para os próprios beneficiários saber de quais programas fazem parte. Da mesma forma, a própria disposição das informações e números de atendimentos na página do programa e da Caixa Econômica Federal não estão acessíveis.

Quanto à renda declarada nas 66 fichas analisadas, adotei uma subdivisão em três categorias, agrupando as famílias pelo valor da renda *per capita*, mesmo não havendo no cadastro nenhuma menção à essa, fazendo-se necessário a divisão da renda geral pelo número de dependentes. Assim, 28 famílias possuem renda *per capita* de até R\$ 30,00. Dentro do limite de renda *per capita* de R\$ 31,00 até R\$ 60,00, encontram-se 26 famílias. E

---

<sup>20</sup> Este setor concentra 35,2% da força de trabalho do Estado (FECOMÉRCIO, 2005).

no último grupo, 12 famílias possuem renda *per capita* dentre R\$ 61,00 e R\$ 90,00. Percebe-se logo de início o grande número de pessoas que declaram possuir renda familiar de R\$ 180,00 (21 pessoas das 66 pré-selecionadas), correspondendo a 31,8% do total da amostra. Isto pode indicar uma possível sugestão de renda por parte das pessoas que realizavam o cadastro, haja visto que se torna fácil a inclusão destes dentro da renda permitida. Com relação à profissão/ ocupação declarada no ato do cadastramento, encontramos a seguinte distribuição:

Tabela 2 - Distribuição por profissões/ocupações e renda *per capita* das famílias beneficiadas

PROFISSÕES/ OCUPAÇÕES	RENDA PER CAPITA ATÉ R\$ 30,00	RENDA PER CAPITA ATÉ R\$ 60,00	RENDA PER CAPITA ATÉ R\$ 90,00	TOTAL	
ASSALARIADOS	2	5	6	13	19,7%
AUTÔNOMOS	2	1	–	3	4,6%
NÃO TRABALHAM	16	15	4	35	53%
APOSENTADOS	2	2	2	6	9,1%
TRABALHADORES INFORMAIS	6	3	–	9	13,6%

Fonte: dados da pesquisa, 2004.

Analisando os dados pesquisados, observamos que mesmo sendo uma proporção bem menor (apenas 18,2% da amostra) a categoria com renda *per capita* de até R\$ 90,00 reúne o maior número de assalariados. Mostra-se a clara e óbvia relação entre emprego e

renda, sendo que o trabalho informal além de não absorver toda a mão-de-obra, também não contribui para a melhoria do nível de renda, e muito menos no acesso a certas garantias do segurado no sistema formal, que agregadas podem ajudar a melhorar a qualidade de vida no sentido de prover auxílio desemprego, benefício em caso de acidentes, etc.

Ao analisar o número de aposentados como provedores de renda, que nas famílias entrevistadas eram três, percebi a importância destes como fonte de renda em pequenos municípios e sua contribuição na composição da renda familiar (Schwarzer e Querino, 2002), sendo estas muitas vezes, a única fonte de renda fixa das famílias. No Brasil, cerca de 35% dos idosos em municípios com até 20.000 habitantes contribuem entre 30% e 50% do rendimento mensal familiar (IBGE, 2004), possuindo também grande influência nestes municípios devido à expansão da seguridade social rural, conforme podemos observar na citação de Delgado que diz,

*o programa de seguridade social rural [...] representa hoje o principal instrumento de combate à fome e à miséria no meio rural. É ainda forte auxílio indireto à unidade familiar e possibilita a sua sustentação social, algo que em outros países se realiza no âmbito da política agrícola (Delgado citado por Graziano da Silva, 1999, p. 113).*

De uma forma geral, dentre o material pré-selecionado (66 fichas), fica clara a predominância do papel da mãe como responsável pela educação dos filhos bem como a qualquer assunto relacionado aos filhos, como argumentado pela propaganda oficial (conforme anexo 5). Dos 66 cadastros, apenas três foram efetuados por pais (podendo dentre estes ser selecionado uma pessoa, já que ele cabia na amostra por ter o filho com idade acima de 13 anos, não sendo o mesmo, no entanto, encontrado), mostrando que 95,5% dos cadastros foram realizados pelas mães.

É importante notar que, mesmo a maioria dos cadastros correspondendo à mulheres (95,5%), a participação feminina na composição da renda familiar total é pequena. Pode-se observar que mesmo sendo a renda nominal municipal para pessoas com 10 anos ou mais de idade no valor de R\$ 339,97, quando observada esta mesma renda com relação ao número de mulheres com 10 anos ou mais de idade, este valor decai para R\$ 244, 74 (IBGE, 2004).

Além disto, registra-se que o trabalho ao qual se referem as fichas do cadastro são em sua maioria referentes ao trabalho masculino. Isto demonstra a dificuldade de inserção e a má remuneração das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que, das mães entrevistadas, apenas 3 trabalham fora de casa, dedicando-se as demais às atividades domésticas. Isto aponta para o quadro do desemprego que na cidade é alto, e a baixa qualificação para o mercado de trabalho local, além da baixa escolaridade entre as entrevistadas<sup>21</sup>, inclusive entre as que trabalham. Se tomarmos como base as análises econométricas em Schwartzman (2004, p. 178), na qual o rendimento mensal médio de quem tinha educação superior era cerca de R\$ 2.200 enquanto de quem não era alfabetizado é 100 vezes menor, fica clara a relação e a importância da educação para a renda.

As mães sabem bem que o estudo é uma premissa para a melhoria de renda e de vida dos filhos no futuro, presentes em afirmações como a de Joana, ao dizer: *por mim eles só viviam estudando, nem pra festa iam. Eu digo muito, se fosse por mim viviam estudando. Viviam com o livro na mão estudando* (avó, auxiliar de serviços gerais, entrevista nº 11).

---

<sup>21</sup> Das mães entrevistadas, seis estudaram até o ensino fundamental (sendo que destas apenas uma chegou à concluí-lo), três estudaram até o segundo ciclo do ensino fundamental, e uma cursa o nível superior. Das três que trabalham, duas estão entre as que não terminaram o primeiro grau e uma cursa o nível superior.

Por isso mesmo que, durante o transcorrer das entrevistas, mesmo deixando clara a não ligação ou vínculo com o Governo Federal, não era difícil perceber a preocupação de algumas mães em afirmar que a bolsa era gasta apenas com os estudos (três mães entrevistadas). Assim, a cada pergunta voltavam a repetir que gastavam o dinheiro do programa com os estudos. Alguns outros entrevistados deixaram claro também a sua concepção, de antemão, de que o dinheiro deveria obrigatoriamente ser gasto com os estudos.

Interessantemente, mesmo com algumas mães afirmando que um dos principais destinos do benefício é a compra de material escolar, durante o transcorrer da entrevista quase sempre é feita referência a gastos com outros produtos. No manual do programa não há uma referência objetiva quanto aos gastos do benefício, exigindo-se apenas o vínculo com a escola e a frequência escolar (Brasil, 2005), muito embora a propaganda do Governo veiculada, tanto na tv quanto em revistas *folders* e cartazes, façam referência a isto (conforme anexos 3 e 4).

Nesse intuito de deixar claro com que o dinheiro é gasto, fica evidente a idéia de que há uma norma quanto ao que deve ser comprado com o dinheiro, o que não existe nos princípios do programa. Existe nestes casos uma ênfase, como podemos observar pelas palavras utilizadas e pela repetição das referências à questão escolar, na fala destas mães, como por exemplo, Antônia, ao dizer que a filha *já tinha aquele fanatismo e agora foi que ela pegou assim, aquela ganância pelos estudos* (dona de casa, entrevista nº 15).

O que é importante enfatizar é que esses discursos revelam o clima de tensão provocado pelo medo de uma cobrança no dia-a-dia, partindo de uma idéia muitas vezes difundida até mesmo pela própria propaganda oficial em que se comprava material escolar

com a renda recebida, e por outro lado o medo de não estar cumprindo esta norma e correr o risco de perder. Isto porque a renda possui grande importância para estas mães, dada a dificuldade das mesmas no acesso à renda. Por isso quando perguntei sobre o que poderia melhorar a vida destas famílias, quatro apontaram a possibilidade de melhoria através do aumento da renda recebida por meio do programa, enquanto duas mencionaram o emprego e cinco não souberam bem especificar.

Como as fichas comportam até três beneficiários, que é o limite permitido pelo programa, a disposição por responsável dos 175 beneficiários foi a seguinte:

Tabela 3 - Número de famílias e de beneficiários

<b>FAMÍLIAS COM 1 BENEFICIÁRIO</b>	<b>FAMÍLIAS COM 2 BENEFICIÁRIOS</b>	<b>FAMÍLIAS COM 3 BENEFICIÁRIOS</b>
5 FAMÍLIAS = 7,6%	13 FAMÍLIAS = 19,7%	48 FAMÍLIAS = 72,7%
5 BENEFICIADOS	26 BENEFICIADOS	144 BENEFICIADOS

Fonte: dados da pesquisa, 2004.

Deste total de beneficiários, 67,4% (118 crianças) cursavam entre a primeira e a quarta série do ensino básico na época do cadastro. Já 32,6% (57 beneficiados) cursavam entre a 5ª e a 8ª série do ensino fundamental. Dentre as 66 fichas pré-selecionadas, foram encontrados sete cadastros com crianças que estudavam em escolas particulares da cidade. Isso pode parecer estranho já que o estudo em escolas particulares pressupõe gastos com material exigido, quer sejam livros, papelaria ou mesmo material de limpeza, que agregam custos altos para as famílias, principalmente no orçamento total de uma família que tenha como limite uma renda *per capita* inferior à R\$ 90,00.

Com relação às mães receberem o benefício e decidirem com que gastar, situação encontrada em cinco das entrevistas, aponta para a questão dos adolescentes receberem o dinheiro e escolherem com que gastar (seis dos casos observados), deixando transparecer a idéia de que, como o benefício é adquirido pelo vínculo destes na escola, então os mesmos é que devem ficar com a bolsa. Por outro lado, reforça-se a evidência da responsabilidade das mães para com a família, em detrimento da participação dos pais nisto.

Percebemos que o município estudado apresenta particularidades sócio-econômicas que justificam a idéia de que, ao contrário de muitos municípios em que algumas atividades econômicas usavam mão de obra infanto-juvenil ou mesmo apresentavam outras situações de risco e pobreza, é perfeitamente possível relacionar consumo aos beneficiários de um programa de renda mínima. Para isso é preciso conhecer sua história e a forma como estas particularidades vão influenciar diretamente a vida dessas famílias conhecendo suas histórias.

### **3.2 Caracterização do município, integração e recursos**

O município de Areia Branca, localizado no Oeste Potiguar, na Microrregião de Mossoró, possui uma área territorial de 374,2 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a 1,03% da superfície estadual. Possui uma densidade demográfica de 53,39 habitantes (IDEMA, 2005). Está a 330 Km da capital do Estado, a 302 km da cidade de Fortaleza-CE e a 48 km do município de Mossoró, município de porte médio que é classificado como o 2º maior do Estado (ver localização no anexo nº 7).

De acordo com os dados do censo 2000, a população do município é hoje de 22.530 habitantes, sendo 17.861 residentes na zona urbana e 4.669 residentes na zona rural. Segundo a Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, há em torno de 7.100 domicílios cadastrados, sendo 5.800 na área urbana, 200 na periferia e 1.100 na área rural. Possui uma população caracterizada como jovem, sendo de 38,4% (8.640 habitantes) o número de habitantes com idade entre 10 e 19 anos, porcentagem idêntica à brasileira nesta mesma faixa etária (IBGE, 2004). Ainda segundo o IBGE, o município possui 2.305 pessoas de 10 anos acima que não possui instrução. Sua taxa de alfabetização é de 89,8%.

Mesmo sendo considerada pela União como uma ilha, e, portanto, fazendo parte do seu patrimônio, geograficamente o município caracteriza-se como uma península às margens do rio Ivipanim (como é chamado a extensão do Rio Mossoró quando chega ao município), mas que foi classificada como ilha por ser cercada por águas rasas, provenientes da indústria salineira (conforme anexo 8).

Até o ano de 1865, data do início da fixação de residências, o território de Areia Branca segundo Fausto (1978), constituía-se de uma área deserta, com matas e grandes morros de areias brancas movediças, de onde resultou o atual nome da cidade. Devido aos seus depósitos naturais de sal marinho encontrados à margem do Rio Ivipanim, a região tornou-se visitada por colonizadores portugueses a partir de 1630, como também por navegadores holandeses em 1641.

No ano de 1877 deu-se uma explosão demográfica devido ao grande número de flagelados que fugiam da seca que vinham do sertão do Oeste Potiguar e que foram refugiar-se aí. A partir do ano de 1892, o vilarejo tornou-se município.

O ano de 1898, marca a construção da primeira salina no município. O parque salineiro tem sido uma das grandes atividades econômicas deste, possuindo inclusive uma das primeiras salinas mecanizadas e a segunda maior da região. Durante a década de 70, de acordo com Fausto (1978), com o processo de mecanização da indústria salineira, a cidade viveu um colapso, haja visto, que a colheita do sal era uma atividade que necessitava de cerca de 200 homens por cristalizador (já que toda a atividade era feita com base na pá e no carro de mão), passando a ser feito após a mecanização por um pequeno número de trabalhadores que operam tratores e esteiras por onde o produto é escoado até a refinaria.

O Rio Grande do Norte produz 95,31% do sal marinho do país (IDEMA, 2004). Destes, ainda segundo o IDEMA, 527.350 toneladas por ano são provenientes do município (de acordo com a produção de 2002), estando na terceira posição como produtor no Estado. Possui por isso um terminal salineiro em mar aberto, o Porto Ilha, construído em 1968 a 14 km de distância de Areia Branca, por onde o sal é escoado para consumo interno no país bem como para exportação. Este porto possui grande fluxo de carga, tendo movimentado em 2000 cerca de 4.928.895 toneladas de sal (IDEMA, 2004). O sal marinho em Areia Branca, através da extração em uma rede de 18 salinas (possuindo a maior salina mecanizada do Estado), alcança uma produção anual de 350.000 toneladas a granel (Cirilo et alli, 1995).

O território do município é formado pela zona urbana e sete distritos (Ponta do Mel, São Cristóvão, Redonda, Morro Pintado, Baixa Grande, Pedrinhas e Upanema) e oito vilarejos (Benfica, Serra Vermelha, Arraial, Morro Branco, Freire, São José, Reforma I e Reforma II). Dada a sua disposição geográfica e o seu desenvolvimento, a zona urbana localizou-se na foz do rio, já desembocando no oceano. Esta bem como a zona rural,

apresenta algumas peculiaridades características dos pequenos municípios do interior do Nordeste brasileiro, como por exemplo, uma predominância da área rural em proporção à área considerada urbana (Wanderlei, 2002).

A zona urbana, área chamada de ilha, é hoje cercada pelo rio Mossoró, pelo mar e por salinas (IDEMA, 2004) que precisam de grandes áreas encharcadas com águas salgadas que são evaporadas até poder se colher o sal, como pode ser visto no anexo nº 7. Isto fez com que a área urbana ficasse totalmente cercada, sem área para expandir-se, já havendo o total esgotamento de terrenos na mesma, bem como originando já o fenômeno de verticalização das residências como forma de suprir a carência de espaços. Além disto, toda a faixa litorânea, mesmo sendo alguns distritos bastante povoados, ficam localizados na zona rural do município, não havendo nenhuma praia dentro da área urbana, devido à localização das salinas.

Dividida em nove praias cheias de belezas naturais e ainda pouco povoadas, distribuídas nos seus 42 km de litoral com vegetação de caatinga e tipicamente costeira (da qual costuma-se dizer que é onde “o sertão vira mar, e o mar vira sertão”), além do seu clima em torno dos 27,3° C, com uma precipitação anual pluviométrica de 610,5 milímetros e uma umidade relativa do ar de 69%. Com a combinação entre suas praias e 2700 horas de insolação durante o ano (IDEMA, 2004), a cidade é apontada como umas das áreas de maior potencial turístico na região Oeste do Estado. Somente agora começam a se desenvolver atividades governamentais buscando potencializar essa atividade, mas já apontando como uma boa fonte de renda para o município, que tem na administração municipal o principal investidor, tendo incrementado um calendário de festas a fim de atrair turistas.

As demais fontes de renda do município encontram-se principalmente na grande quantidade de petróleo produzido em seus limites, retornando ao município através dos *Royalties* recolhidos e dos impostos de empresas de prestação de serviços no setor petrolífero que se instalam temporariamente, não havendo por isso números precisos dessas. A produção é a segunda maior do Estado, com 346 poços perfurados e 279 produzindo 4.170.152 barris de óleo, representando 16,43% da produção Estadual, e uma produção de gás natural de 99.943 mil metros cúbicos, representando 27,68% da produção estadual (IDEMA, 2004).

A pesca também apresenta a sua importância, tanto como atividade de subsistência quanto pelo comércio realizado por donos de barcos que vivem da venda da lagosta e do pescado. Não há dados oficiais quanto a esta produção na atualidade, mas segundo dados de 1995 (CIRILO et alli, 1995, p. 12) a colônia de pescadores possuía uma produção que chegava a 3.000 toneladas, e a da lagosta atingindo o patamar de 3.000 toneladas por semestre, além do camarão e outros frutos do mar que também são exportados em grande escala. Existem no município oito empresas de pesca.

Nos últimos anos, uma atividade que vem ganhando destaque tanto a nível municipal quanto estadual é a carcinicultura, com o Estado representando já a 2ª posição no país, movimentando cerca de 28 milhões no ano de 2001, com estimativas de alcançar neste ano de 2005 cerca de 10.000 ha, e a perspectiva de gerar nesse setor a relação de 1 emprego por hectare de viveiro em operação. Embora não se tenha a área total de viveiros e seus valores no município, sabemos que existem seis viveiros em operação.

Há déficit de empregos formais no município, e o poder público termina sendo o principal empregador. No entanto, a convivência da população local com este problema e

mesmo assim com a sua cultura, refletem-se na questão de como satisfazer suas necessidades simbólicas, já que se percebe na cidade um quadro de valorização de bens duráveis ou outros como vestimentas que agregam valor e *status* aos seus habitantes, mas que dentro dessa sociedade de consumo não encontram os meios diretos para a sua satisfação.

Por isso, conhecer e pesquisar a realidade local, especificamente dos beneficiários de um programa de renda mínima nos possibilita analisar o segmento da sociedade que mais lida com esse emblema da sociedade de consumo. Não se pode observar o consumo apenas com base na classe alta ou média que, mesmo tendo o seu poder aquisitivo diminuído durante as crises econômicas dos últimos anos, ainda estão inseridos no acesso à satisfação pelo consumo. No entanto, olhar as histórias de vida de quem esbarra constantemente com a questão da existência do desejo e da possibilidade financeira de satisfazê-lo, principalmente entre os adolescentes, com suas sociabilidades, orientadas pelas mudanças geradas pela mídia e pela relação com os elementos de uma sociedade marcada pela distinção.

Mesmo sendo escolhidos aleatoriamente dentre as famílias beneficiadas que possuem adolescentes, as pessoas entrevistadas no município de Areia Branca expressam o conflito entre a pouca renda (mesmo que não sejam miseráveis, mais sim famílias que possuem renda *per capita* inferior à R\$ 90,00) e os anseios e desejos, que se para as mães é de um futuro melhor nos estudos, mais sempre dentro da possibilidade de fazer os gostos dos filhos, para os adolescentes são de poder possuir a roupa da moda, o celular, ou o veículo para passeio e diversão.

Em cada caso, uma teia de aspirações e de realidades mesclam-se formando o emaranhado que é a realidade social. Para além do julgamento de valor que não cabe ser feito pela ciência, as necessidades e desejos dessas pessoas são tidas como essenciais para as suas satisfações, sendo essas permitidas ou não por um programa de renda mínima.

### 3.3 - Renda mínima, jovens e consumo

O caso mais claro desse conflito entre necessidades e desejos de consumo foi a família de **Débora**<sup>22</sup>, **filha de Ana Cristina**, dona de casa, mãe de três filhos inscritos no programa, dentre estes dois adolescentes. Demonstrei à **Ana Cristina** o interesse de conversar com um dos dois, ao que ela respondeu que Débora não estava. Comecei por fazer as perguntas à mãe, e ela começou expondo sua situação, na qual deveria inclusive receber mais dinheiro do programa porque seus dois filhos eram desnutridos (no que ela ressaltava que era porque eles só gostavam de comer “baganas” - palavra que se refere a lanches sem grande valor alimentício) e por isso o valor do benefício deveria ser maior que os R\$ 64,00 recebidos. Inclusive ressaltou a situação de que seu marido trabalhava avulso e que às vezes não aparecia serviço, por isso mesmo é que até uma sandália para os meninos tinha que ser dada por uma vizinha.

Com a entrevista já transcorrendo, chegam três meninas em uma moto, sendo que uma delas era Débora e duas sobrinhas de **Ana Cristina**. **Débora** usa aparelho ortodôntico e vinha trazendo seu celular em mãos, além de possuir acessórios folheados a ouro e estar muito bem vestida. Sua mãe ficou obviamente constrangida, principalmente quando ela

---

<sup>22</sup> Todos os nomes dos entrevistados são fictícios.

mostrou o celular, no que ela justificou que tinha sido o presente de 15 anos da madrinha, e pediu para que a filha mostrasse um dente que tornava necessário usar aquele aparelho. Sem que eu pedisse ou perguntasse, **Ana Cristina** deixou bem claro ali as contradições entre satisfazer os sonhos de consumo dos filhos e as necessidades, presente em sua justificção. Mesmo diante de tantas outras necessidades, é muito importante satisfazer a vontade de sua filha, mesmo que sejam através de presentes de parentes.

Depois da entrevista, tornei a ver **Débora** no período de Carnaval, pois ela era candidata à rainha da cidade. Atualmente ela frequenta uma academia. E foi lá que lhe perguntei por sua mãe, no que ela me respondeu que não mora lá, indo lá apenas para dormir (ficando durante o dia na casa de uma tia). A casa da sua mãe fica em uma rua pequena, estreita, já em um bairro carente. Mesmo a casa sendo pequena, possui um boa estrutura (com calçada, toda revestida, bem pintada, 2 quartos), não sendo muito diferente da maioria das residências no município. Mesmo assim **Débora** tem vergonha de dizer que mora lá.

Assim como **Débora**, talvez em menor intensidade, é recorrente a importância da aparência e do vestir-se, quase sempre um tanto quanto contraditórios com a realidade social. **Joana**, por exemplo, possui dois netos inscritos no Bolsa Escola, que segundo ela vivem nas festas de aniversário dos amigos às quais tem sempre que levar um presente caro (dado a questão da importância da turma para eles, e como moram no centro da cidade os seus colegas possuem uma renda relativamente alta). Ela é aposentada e o marido também, morando em sua casa entre filhos e netos, 8 pessoas. Sua residência possui estrutura muito boa, relativamente grande, com cerâmica tanto no piso como na fachada e na área, bem como móveis novos. Seus netos, segundo ela, dão muita importância à roupa e às festas.

Para **Joana**, o dinheiro do Bolsa Escola deveria ser gasto com alimentos mas ela reconhece que eles fazem o que querem com o dinheiro.

Mas esta não foi a única aparente contradição encontrada na pesquisa. Como por exemplo, no caso de **Isabel**. Sua residência fica no centro da cidade em rua muito bem localizada, asfaltada e com uma estrutura muito boa, relativamente grande e revestimento de cerâmica tanto na fachada quanto no piso, a qual ela afirma ser de sua sogra. Logo de início, Isabel disse que preferia que a entrevista não fosse gravada, e me recebeu na calçada de casa. Seu marido até retrucou que fossemos lá para dentro, mas ela preferiu que não. Ela é professora da rede municipal de ensino e seu marido é marítimo, profissão esta que ganha não menos que dois salários mínimos mensais. Sua filha Rita estuda em uma escola particular, e possui mais dois filhos que não estão no programa.

Obviamente que foi por saber que não deveria estar incluída entre os beneficiários deste programa que **Isabel** não quis que eu gravasse entrevista ou que entrasse em sua casa. Segundo ela, o dinheiro do programa é utilizado para o estudo da filha, que paga um curso de informática que faz na mesma escola em que estuda, mas que não é incluído na mensalidade. Como Isabel entrou no programa? Ao buscar a renda declarada por ela na época do cadastro, esta era de R\$ 592,00 para 14 pessoas, sendo que seu marido respondeu que a renda deles era de apenas um salário mínimo para os cinco da família (o que não é verdade já que ambos trabalham), ou seja, mesmo que na época um dos cônjuges não trabalhasse, mas foi incluída como família todas as pessoas que possivelmente residem na casa de sua sogra. Ocorre que durante a entrevista, Isabel fez menção ao fato de ser ajudada por morar na casa da sogra, e não que sustenta a casa toda. Aí está implícita a necessidade

de uma revisão nos cadastros do programa, pois mesmo que esta fosse a situação na época do cadastro, já não é mais.

Da mesma forma ocorreu com **Francisca**, que reside a poucos metros da casa de **Isabel**. Seus filhos também estudam em escola particular, que segundo ela é paga por meio de uma bolsa da prefeitura e a menina tem a mensalidade paga por um tio. Sua casa também possui fachada e piso de cerâmica, podendo ser considerada grande para o padrão do município, à qual ela diz ter recebido ajuda da mãe que tinha uma pensão da chamada “lei de guerra”. Ela é funcionária pública e seu marido é cozinheiro, mas segundo ela, só entrou no programa porque o marido passa mais tempo desempregado do que empregado. Inclusive chega a mencionar que poderia até deixar de receber a bolsa se tivesse certeza de que esta iria para alguém mais necessitado que ela (conforme entrevista transcrita no próximo capítulo), mas que não confiava que isto fosse ocorrer. Portanto, preferia ficar recebendo.

Foi por meio destas confusões sobre quanto e quem merece receber ou não que cheguei à **Antonia**. Ela não estava previamente selecionada, mas ao procurar a casa de outra entrevistada, mencionei que era uma pesquisa que estava fazendo sobre o Bolsa Escola e ela se interessou, pediu-me para entrar para ouvir seu caso, acreditando que eu poderia lhe ajudar em alguma coisa. **Antonia** é dona de casa e seu marido trabalha com a pesca da lagosta. No entanto, ela afirma que ele ganha muito pouco, pois o pescador só fica com 5% da pesca, ficando o restante com o dono do barco. Além do mais ainda tem o período que não pode pescar, a época do defeso. Ela recebia o Bolsa Escola do filho adolescente além do auxílio – gás. Ocorre que ela ouviu um anúncio no rádio de que era para procurar a Caixa Econômica Federal para regularizar a situação, porque os programas

iam ser unificados, sem que, no entanto, houvesse perda de benefício. Então, **Antonia** teve seu cartão do auxílio – gás quebrado na agência da Caixa Econômica, sob o argumento de que o dinheiro passaria a vir para sua outra conta. Isto não aconteceu, e ela gostaria de saber o que fazer para voltar a receber o benefício, já que conhece pessoas que até á época ainda recebiam com dois cartões diferentes e outras pessoas que passaram a receber mais do que já recebiam antes da unificação.

A sua reclamação não foi um fato isolado, pois muitas pessoas comentam episódios como este. Apontam para a confusão que tem sido a unificação dos programas que ainda não tem gerado um esclarecimento ou regularização no atendimento e na transferência correta dos valores. Daí a necessidade de dispor claramente as informações sobre a unificação desses programas. Um fato ocorrido durante a pesquisa mostra como as trajetórias são múltiplas no processo de fazer-se juz ao ser incluído nestes programas. **Socorro**, por exemplo, estava cadastrada no programa como responsável por duas crianças. No entanto, **Socorro** não estava mais residindo em seu antigo endereço, mas morando a poucos metros de distância. Durante a entrevista constatei que ela tem apenas uma filha, e estranhei porque a idade da mesma estaria fora da minha amostra. Quando verifiquei posteriormente nos papéis, vi que ela era responsável por duas crianças que provavelmente moravam na casa de sua mãe, seu primeiro endereço, até porque no cadastro a renda declarada era de R\$ 50,00 para sete pessoas, ao passo que ela me respondeu que viviam ela, o marido e a filha com um salário mínimo.

Outro exemplo de dissonância entre a realidade encontrada e a informação contida nos cadastro é o exemplo de **Aparecida**, que possui quatro filhos, dentre os quais três estão no programa. A residência de **Aparecida** também está entre as de ótima estrutura, com

móveis novos, toda na cerâmica, mesmo não sendo em um bairro central. Ela é dona de casa, e somente quem trabalha é o seu marido. No entanto, a casa que é própria bem como os móveis e eletrodomésticos disponíveis no fazem juz à renda declarada por **Aparecida** no cadastro do programa, que era de R\$ 180,00 para 6 pessoas, sendo que segundo ela, o filho mais velho já é casado e não mora mais em casa. Além do mais, no decorrer da entrevista ficou bem claro a questão do consumo para as filhas e no fato de nem sempre elas poderem comprar tudo e que o dinheiro da bolsa serve para elas gastarem consigo mesmas. Nisto **Aparecida** ressaltou a diferença entre as gerações, no seu tempo e na atualidade, em que mais importante que ter um bem desejado importa também para os adolescentes o valor do produto.

No mesmo sentido, embora aparentemente com uma condição financeira diferente da família anterior, **Maria José** também destaca em suas falas a diferença entre as vontades de seus filhos hoje e o comportamento de seu tempo. Possui três filhos cadastrados no programa desde o início. Suas filhas têm como sonho de consumo possuir celular, já que todas as amigas já possuem e elas não, e uma Honda Biz<sup>23</sup>. **Maria José** também sonha com esses bens, não para ela, mas para dar às filhas já que elas gostariam muito de ter e merecem que suas vontades sejam satisfeitas.

Outros casos também mostram que junto ao fato de poder fazer as vontades dos filhos está a questão do desejo dos pais, de poder dar aos filhos aquilo que em seu tempo não possuíam, isto se pensarmos que historicamente a acessibilidade de certos bens que hoje são banais eram tidos como artigos de luxo há algumas décadas atrás. **Luzia** é um exemplo disto, pois mesmo morando em uma casinha pequena alugada e com uma estrutura

---

<sup>23</sup> Motocicleta.

precária, possui eletrodomésticos que na sua juventude poucas residências possuíam. A renda declarada no cadastro de **Luzia** é praticamente a mesma que ela me informou durante a entrevista. Ela é dona de casa e o marido é pedreiro, no que ela afirma ter como renda apenas R\$ 300,00 (que na época do cadastro era de R\$ 250,00) para custear as despesas dos cinco membros da família. Um dos filhos, segundo ela, é o exemplo de que o programa não funciona bem com relação a manter o adolescente na escola. Ao seu ver

*não tá servindo de nada não. Pelo menos aqui em Areia Branca não tá dando certo não porque as escolas não acompanham se quem recebe tá indo ou não pra escola. Aqui em casa mesmo eu tenho um, tá li ele, recebia mas não pisava nem na escola. Também minha filha, os alunos chegam lá e não tem aula. Ai eles voltam pra casa e não vão mais e a escola hoje em dia tá muito diferente de antes, porque o aluno faz o que quer. As supervisoras não ligam pra ver se quem recebe assiste mesmo a aula e no fim quem recebe assiste mesmo e quem não vai tem o mesmo direito de quem vai (entrevista nº 21).*

**Luzia** é a mãe que coloca mais claramente o problema da educação no município, problema este que se reflete em todo o país. O programa cobra a cada três meses uma frequência escolar que muitas vezes não se reflete na prática. Além do mais, a própria escola não se apresenta como atrativo, principalmente para adolescentes, pois já nesta idade fica mais difícil para os pais obrigarem os mesmos a irem para escola, ainda mais porque, em suas palavras *não adianta que ninguém é cobrado na escola por causa da bolsa* (entrevista nº 21).

Todos as mães entrevistadas destacaram em algum momento a importância dos estudos na vida dos filhos. Esta ênfase se deve ao reconhecimento da importância dos estudos porque vêm nele a possibilidade de um futuro melhor. A dona de casa **Paula**, por exemplo, é uma das mães que repete insistentemente essa questão, afirmando inclusive que todos os gastos do filho são para os estudos. Seu filho mais velho, **Pedro**, sonha em ser médico e colocou como objeto de desejo livros. Este discurso do filho enche de alegria os

olhos de **Paula**, pois é na profissão que ela visualiza a possibilidade de uma vida mais tranqüila financeiramente, que no momento a situação é mais instável; seu marido trabalha de taxista, sendo declarada uma renda no cadastro de R\$ 490,00 para os seis membros da família, mas que a mim ela não soube informar.

A análise dos dados explicita a dificuldade de mensurar-se renda em programas sociais e principalmente no cenário local. Primeiro porque as pessoas possuem uma grande dificuldade de declarar sua renda, seja pelo fato de ter que diminuí-la para fazerem-se merecedores de benefícios ou mesmo pela vergonha de possuírem um renda baixa e de assim assumirem os estigmas de uma classe econômica carente. No entanto, apesar de apenas uma pessoa ter mencionado a mesma renda declarada no cadastro, os casos em que a renda declarada era bem maior do que a inicial não significavam que as pessoas tinham vergonha de declarar uma renda baixa, pois no próprio cadastro o valor já não era tão baixo. Esses casos foram de uma família com renda de R\$ 470,00 para oito pessoas que a mim responderam que era de R\$ 760,00 para dez, e o segundo caso, a renda na inscrição era de R\$ 720,00 para 8 pessoas, sendo a atual de R\$ 1.600,00 para 8 pessoas.

Portanto, percebe-se três situações, a de quem não quer dizer a renda ou a declara menor ainda para justificar o fato de estar no programa, os que mesmo declarando diferente, não estão num patamar muito distante do que foi cadastrado, e os que demonstram uma e declararam a mim outra renda mais alta, em uma situação diferente da época do cadastro. Este último pode se justificar no fato de durante este tempo as finanças das famílias terem mudado ou mesmo de terem burlado a questão da renda *per capita* declarando um número maior de membros que não vivem da mesma renda da família.

Durante o mês de Outubro de 2004, surgiram diversas matérias jornalísticas sobre desvios e fraudes no programa Bolsa Família, fazendo com que o Governo Federal pedisse que fraudes fossem denunciadas. Nesse período, uma das funcionárias da Secretaria de Educação do município, por saber que estava fazendo esse trabalho me perguntou se eu não sabia de casos de desvio, à qual tentei explicar o que era um trabalho científico e o meu compromisso com as informações das pessoas. Isso deixou claro para mim que mesmo não realizando uma análise da efetividade, eficácia e eficiência das políticas públicas, é impossível não tecer críticas quando nos deparamos com determinadas situações, tais como no dia em que cheguei à casa de uma pessoa selecionada dentre as fichas cadastrais, mas que nunca tinha chegado a receber. No entanto seu nome estava lá, e a mesma nunca soube o porquê de não ter conseguido, pois mesmo que seu filho estudasse em uma escola particular, havia muitos outros em situação semelhante que recebiam.

Buscar compreender na prática como se desenvolve a relação dos beneficiários de um programa de renda mínima com o seu cotidiano dentro de uma sociedade de consumo é lidar constantemente com a questão da consonância ou não dos objetivos do programa e de sua efetivação na realidade, posto que uma coisa é como o programa é pensado e outra é a forma como ele se desenvolve em meio à busca da desburocratização e ao verdadeiro descaso ao qual são submetidos por parte dos atores envolvidos no processo. Além disso, pergunto então como pode ser inclusiva uma sociedade pautada pelo consumo e como se dá o embarque neste universo simbólico a partir da relação entre o desejo e a realidade.

#### **4 - CONSUMO PRECÁRIO: ROTAS DE ACESSO, ENTRADA E SAÍDA DA SOCIEDADE DE CONSUMO**

A cultura de consumo, mesmo sendo identificada com o consumo de massa dada a sua generalização para toda a população, contém na verdade uma característica fundamental desta que é a produção de mercadorias para indivíduos anônimos, não sendo feita para a necessidade de um indivíduo particular, mas de todos em vários lugares. Porém, este “todos” restringe-se aos que possuem condições de acesso aos bens. Perdura a idéia de que este consumo geralmente é positivo, pois condiz com os preceitos modernos de democracia a partir de um consumo universal e impessoal.

Na sociedade contemporânea, a cultura de consumo constitui-se num meio de construção da identidade social. Isto impulsiona os sonhos de consumo pela ascensão social, com a promessa de embarque através do acesso a bens simbólicos que possam contribuir para uma identidade pautada na distinção. Assim, não só o *status* é volátil, mas a própria ordem, sendo necessário a comunicação social através do consumo.

Isto não quer dizer que as mercadorias agora são mais importantes que em outros períodos da humanidade, mas sim que a partir da flexibilidade e instabilidade do *status*, o consumo se torna extremamente negociável, e a aparência e a estetização são meios através do qual o consumo exerce-se nesta construção.

Os estudos acerca da cultura de consumo dividem-se entre os que por via da “ação racional” realizam análises econômicas, ficando a cargo de outras disciplinas a realização de uma investigação cultural ou psicológica do estudo das necessidades. Isso porque a

racionalidade explica apenas como os indivíduos perseguem os desejos, não interessando a natureza destes nem de como surgem as necessidades.

Na visão liberal, os consumidores são soberanos de suas próprias necessidades e desejos, não cabendo às autoridades sociais externas o poder de interferir. No entanto essa liberdade de escolha só existe dentro dos parâmetros do mercado, havendo por isso a apreciação de certos valores capitalistas (empreendedorismo, racionalização, e oportunismo), já que cabe às instituições a competição pela satisfação dos desejos dos indivíduos.

Desta forma não podemos afirmar que a utilidade explique a necessidade ou o consumo, já que ela não se interessa por motivações ou necessidades. Como é um conceito formal e abstrato em que não importa a multiplicidade dos desejos humanos, a sociedade e a cultura são substituídas pela razão contida na busca de maximização da utilidade.

Durante as entrevistas, ficou clara a dificuldade dos adolescentes para explicar a importância e necessidade dos bens desejados. As outras respostas apontam esse sentimento quando respondem, assim como **Jéssica**, que a necessidade e a importância dos bens comprados é justamente **porque falta** (15 anos, entrevista nº 12). Nas perguntas seguintes é que se pode observar que esta falta não é tão natural ou inexplicável, mas sim fruto desse desejo de consumo banalizado, já que a subjetividade é interiorizada como uma necessidade. Outras respostas vão no mesmo sentido, correspondendo à 10 dos entrevistados que, assim como afirma **Débora** ao falar que a importância e necessidade do consumo tinha como motivo *o porque eu gosto, sempre gostei de comprar essas coisas* (15 anos, entrevista nº16). Resposta essa semelhante à de **Adriana** (entrevista nº 4), que me responde como se esta mesma pergunta tivesse uma resposta bastante óbvia quando diz ora,

*porque é bom ter! Porque é bom andar bem vestida, ou mesmo como afirma **Laura**: gasto com roupa, compro só pra comprar mesmo (15 anos, entrevista nº 22).*

É importante questionarmos que mesmo soando como se esses adolescentes estivessem a todo tempo consumindo, tem-se por outro lado a situação sócio-econômica da família, presente em afirmações sobre a pertinência dos filhos ao cobrar aos pais o que se deseja, mesmo não sendo financeiramente viável. Assim, se para eles o desejo e o gostar de comprar é algo bem resolvido, a efetivação deste não o é na prática algo tão concreto, surgindo conflitos entre uma realidade economicamente distante e outra tida como possível a partir do consumo. Neste conflito os pais revidam com as máximas educativas de que é preciso observar outros valores e não apenas o possuir. A mãe **Luzia** deixa bem claro este conflito quando diz que *os filhos de hoje são muito diferentes, exigentes, autoritários. Só querem coisas que a gente não pode dar* (dona de casa, entrevista nº 21).

Os depoimentos das mães expressam também um conflito no qual buscam lidar com os limites orçamentários e a exigência dos filhos, e por outro lado, o desejo de satisfazê-los, já que todos os pais gostam de ver os seus filhos satisfeitos. Uma mãe expressa isso ao dizer que

*eles (os filhos) gostam muito de luxo. Logo agora nesse período que vem chegando fim do ano, eles tão tudo doído atrás de dinheiro, atrás de roupa para o ano novo, Natal, e eu não tenho. Tô apelando pra Deus (Antonia, dona de casa, entrevista nº 15)*

Poder dar aos filhos o que eles desejam, torna-se uma forma de premiação e motivo de orgulho, principalmente dado o esforço que muitas vezes é feito para agradar os filhos. Por isso **Ana Cristina** diz que *quando tem dinheiro, eu pego e compro o que eles quer. O maior valor que tenho hoje é de dar pra eles comprar* (mãe, dona de casa, entrevista nº 17).

Essa busca de poder satisfazer os desejos dos filhos visa responder seus anseios em busca de aceitação por parte dos colegas, compartilhando os bens veiculados na mídia e que são comuns entre os amigos, como podemos constatar nas falas de oito das onze mães entrevistadas, que afirmam que os amigos influenciam diretamente na definição do que os filhos querem ter, principalmente no sentido da distinção que isto traz pelo fato de um amigo possuir e eles não. A televisão teria também grande influência no sentido de imitação das modas e no desejo de possuir, de acordo com a resposta de oito mães, como **Paula**, que afirma que esta influência se dá *assim, porque se elas vê uma sandália, uma roupa, aí elas querem uma igualzinha* (dona de casa, entrevista nº13). Essa importância da televisão no consumo se dá porque, na opinião de **Ana Cristina**,

*a juventude de hoje vão pela televisão. O que vê na televisão diz, 'ai eu vou comprar aquela sandália, vou comprar essa roupa, eu vou fazer isso porque não sei quem fez'. Isso é muito errado. A juventude de hoje é muito mudada do meu tempo, tudo que verem na televisão querem que eu compre, ficam me aperreando, mas eu não compro não. Se ela tem uma sandália nova, chega uma festa, elas já querem comprar outra que passou na televisão, porque as colegas já comprou (mãe, dona de casa, entrevista nº 19).*

Nas respostas das mães, é dada mais ênfase ao fato dos amigos terem determinados bens e os seus filhos não possuírem. Isto significa que a propaganda na tv influencia no desejo aos bens da moda, não gerando tanto um sentimento de diferenciação. Mas a partir do momento que esta comparação se dá entre os amigos é que fica visível a distinção de possuir ou não aquilo mostrado na tv. A mãe **Francisca** ressalta isso em sua fala ao dizer *eu acho que é os amigos, porque eles dizem 'fulano tem isso, você não pode me dar'. Eu digo muito a eles, eu só dou o que posso* (Auxiliar de serviços gerais, entrevista nº 7). Outra mãe também aponta a influência dos amigos quanto aos desejos de consumo quando afirma:

*Eu vou ser realista. Eu acho assim, esse negócio é assim, principalmente isso delas quererem um celular é porque elas vêem as amigas, principalmente as amigas que*

*andam com elas, tudo tem celular e elas não tem né, e ficam querendo ter. (Maria José, dona de casa, entrevista n° 5).*

Assim, ao mesmo tempo em que se busca a distinção a partir de estilos e modas, há também a necessidade de afirmação e pertencimento à turma e de não se diferenciar destes no possuir. A exclusão é experimentada principalmente por quem não possui renda para poder comprar as coisas que são desejadas e que um amigo possui. Em Areia Branca, esse ritual de visualização dos bens entre os jovens se dá de forma mais marcante, haja visto, que como o município é pequeno, as pessoas se conhecem e sabem justamente distinguir quem possui o quê. Além disso, independente da situação econômica, esses adolescentes partilham do mesmo espaço de lazer que é a pracinha da matriz, em torno da qual se concentram os bares e restaurantes e onde os jovens se encontram para conversar e passear. Assim, a visualização do consumo dos adolescentes mais abastados é partilhada com os outros, presente não na satisfação, mas no acesso à informação da existência desses símbolos de *status* e no desejo de possuí-los. A importância da Praça da Matriz como espaço de distinção é colocada por uma adolescente ao dizer que *a gente quer comprar roupa pra isso, pra ir pra praça, pra passear* (Fernanda, 13 anos, entrevista ° 4).

Os que não podem consumir determinados bens atribuidores de *status* (tais como roupas, acessórios, celulares, veículos) também partilham desses rituais de distinção. Isto aponta que, na sociedade de consumo, como não há posições sociais nem “eus” previamente estabelecidos, o indivíduo deve fazer uso dos recursos materiais e simbólicos no exercício de escolher, interpretar e construir sua identidade (Hall, 2000).

É por sua influência na construção de identidades que o consumo, conforme Slater é “uma receita para crise de identidade em grande escala” (Slater, 2002, p.87). Essa ligação

entre a crise de identidade em massa na modernidade com a cultura de consumo se dá através das escolhas individuais como parte das necessidades de se construir e manter nossa própria identidade, bem como pelos recursos materiais e simbólicos utilizados para isso.

O consumo é a fonte integradora das pessoas em torno de um mundo social inteligível. Assim, é a partir da afirmação que se faz através deste que se pode reconhecer a posição em que os indivíduos estão. Por isso o consumo, como argumenta Slater, também denota desigualdade, já que

*a pobreza não é tanto a falta de posses, e sim de exclusão da participação no fluxo das informações, ao consumir menos, somos excluídos de eventos e conhecimentos sociais fundamentais. Na verdade, os dois tipos de pobreza andam juntos, pois a exclusão do fluxo de informações de consumo tem conseqüências materiais diretas (Slater, 2002, p.149).*

Em sua teoria, Bourdieu (1989) relaciona representação e estrutura através do conceito de *habitus*, sendo este uma estrutura de disposições que influenciam nas escolhas dos indivíduos. Este mapeamento cognitivo do mundo social a partir das orientações das ações nos ajuda a analisar os fenômenos do consumo junto à classes menos favorecidas economicamente, a partir do seu *habitus*, e como no universo pesquisado, a partir das afirmações dos adolescentes acerca de sua relação com o consumo. Este conceito envolve:

1º- a idéia de que as ações são habituais e costumeiras, pois é inconsciente, sendo incorporada nas experiências corporais e sensoriais;

2º- é um termo que envolve subjetividade e objetividade, já que engloba experiências tanto individuais quanto coletivas das classes e de suas estruturas.

Bourdieu vê no consumo da classe operária apenas a escolha do necessário, dizendo que este é escolhido por um *habitus*, proveniente de uma estrutura de cognições e das experiências coletivas provenientes das limitações econômicas de sua classe. Nisto,

observamos que no confronto de gerações nas famílias entrevistadas, vemos que enquanto os mais velhos buscam o necessário não apenas por *habitus*, até mesmo por uma questão econômica, os jovens ou adolescentes desejam distinção a partir da estetização e estilização do consumo. Isso representa para os pais um conflito, já que essa busca não é algo claramente compreendido, mas visto muitas vezes como um elemento de rebeldia ou de independência com relação aos pais. Neste sentido é que **Francisca** diz que

*hoje em dia é muito difícil criar, hoje é muito complicado, demais! A geração de hoje é muito diferente de antigamente. De primeiro a gente ia pra uma loja e escolhia o que queria comprar, hoje eles é que querem escolher (mãe, auxiliar de serviços gerais, entrevista n° 7).*

Essa possibilidade de escolher a forma de apresentar-se demonstra que o *habitus* é então a partir do consumo, variável. Isto porque, como percebemos nas entrevistas com os beneficiários do Bolsa Escola, mesmo possuindo *habitus* de sua classe, os desejos de consumo apontam para a adoção de valores que não são de sua classe social. Buscam identificar-se com uma outra classe social adotando outro *habitus*, que chega a ser parcialmente incorporado, dada a configuração desta sociedade norteadada pelo consumo.

Diante desses argumentos pode-se observar que é a partir do consumo que podemos compreender o funcionamento e a lógica social como a vida dos sujeitos na sociedade contemporânea. As “mercadorias-signo”, assim chamadas por Baudrillard (1995), mostram que os signos da cultura se evidenciam como mercadoria levando os fenômenos culturais a serem reorganizados a partir do mercado, determinando as formas de lazer e estilos de vida. Tal processo encontra-se envolvido pelos desejos humanos e a lógica da produção, assim como constatamos na ênfase dada durante as entrevistas à influencia dos amigos bem como no papel da TV como principal instrumento de mídia para estes beneficiários.

Em um mundo desigual guiado pela lógica do consumo, torna-se necessário discutir tanto igualdade como questões políticas, principalmente quando se discute a relação dos beneficiários de programas de renda mínima com os fenômenos do consumo. Redistribuir renda e diminuir a pobreza e a exclusão através desses programas é lidar diretamente com a questão da justiça, partindo do princípio de que se todos são iguais perante a lei, deve-se buscar a medida a partir da qual se alcance a igualdade entre as pessoas.

Esse é o princípio da justiça distributiva, tornar iguais os desiguais, dando-se mais a estes para poder alcançar então a igualdade. Algo não tão fácil de alcançar através de políticas públicas, muito embora delas devam partir as iniciativas para amenizar o quadro da desigualdade e exclusão, em que poucos levam uma vida luxuosa em detrimento da condição na qual se encontra a maioria dos cidadãos-consumidores.

Por isso, Paugam (2002) menciona que a pobreza não pode ser entendida unicamente como baixa renda. Mesmo levando-se em consideração as condições extra materiais das pessoas de baixa renda (tais como educação, integração social, profissionalização) não é tão simples fugir da relatividade desses fatores em cada caso.

A pobreza deve ser vista não apenas como a privação material por falta de dinheiro, mas também como uma situação em que está em jogo direitos e até mesmo a liberdade, devido uma superposição de privações materiais, de serviços públicos ou mesmo do estigma. A pobreza não se limita ao material, pois ela organiza da forma ao modo como as populações pobres são representadas, não só política como simbolicamente. Nisto o pobre participa da lógica excludente das interações em nossa sociedade, em um contexto diretamente ligado a crise do mundo do trabalho. Se as políticas sociais se propõem à amenizar essa situação devem observar que as soluções não podem ser vistas isoladamente.

#### 4.1 A política social em um contexto de crise da sociedade salarial

O trabalho é e sempre foi um elemento central para pensarmos a organização da sociedade. Se observarmos o Ocidente, o trabalho está diretamente ligado às transformações nos âmbitos econômicos, políticos e culturais na sua História.

Para compreendermos o trabalho na atualidade é preciso delimitarmos o cenário no qual ocorreram grandes mudanças, sobretudo nas últimas três décadas. Com o redesenho do mundo do trabalho, surge um quadro estrutural inédito que vai exercer influências sobre a identidade dos indivíduos e porque não dizer, de suas necessidades simbólicas. O que antes traduzia uma integração profissional através do emprego assalariado, gerando identidade e *status*, assume hoje um papel diferente nos modos de engajamento no trabalho e para com o distanciamento dos indivíduos em relação à sua identidade profissional. Percebe-se a falta de padrões estáveis através dos quais possa-se reconhecer o que é produzido. Assim, o valor do trabalho já não mais se impõe à sociedade de maneira naturalmente econômica, dependendo mais fortemente neste momento de normas culturais e políticas.

O emprego não é mais a única atividade portadora de uma identidade social, surgindo outras formas de socialização alternativas, vistas em engajamentos associativos e solidariedades de diversas espécies, quer sejam familiares, religiosas, de vizinhanças ou de grupos de interesse. Isso porque foram quebrados os laços sociais antes assegurados por um *status* ocupacional. Assim, a identidade passa a ser mais ampla do que a sugerida no esquema que contrapunha capital e trabalho, na luta entre duas classes fundamentais.

Se a falta de emprego não mais garante a integração social pelo trabalho, então os requisitos anteriores por este preenchidos entram em crise. Quando ocorrem mudanças com

relação à organização do trabalho, as representações coletivas e as relações pessoais no mundo do trabalho são completamente modificadas, levando-se

*à crise da socialização no trabalho, deslocando assim no dizer de Offe à sua centralidade na vida dos indivíduos. Os novos empregos não são mais lugares de constituição de identidades profissionais e sociais valorizadas e possíveis de substituir as identidades herdadas (Potengy et alli, 1999).*

As mudanças geradas no campo estrutural do trabalho ocasionaram transformações no cotidiano das pessoas. Quando mudam os caminhos através dos quais os indivíduos integram-se à sociedade, formam-se novos sentimentos de pertencimento social. O fato é que vivemos em uma sociedade onde ainda há a diferenciação quanto à posse dos meios de produção e mais do que nunca, quanto ao consumo, mas as diferenciações só são bem delineadas em seus extremos, dando-nos muitas vezes a impressão de que as classes acabaram, quando na realidade banalizou-se as diferenças econômicas e a exclusão social.

Buscando responder através da seguridade social às alterações no mundo do trabalho, a principal questão que vai nortear o debate em torno dos programas de renda mínima é a questão do emprego. Com a utilização das novas tecnologias e o aumento da produtividade e a ocorrência de crises econômicas, o acesso à renda tornou-se um problema social dado os números de desempregados, subempregados, pobres e indigentes, e gerando uma crise no sistema previdenciário a medida que diminuiu o número de contribuintes e aumentou o número de dependentes. Contraditoriamente, à medida que aumenta a exclusão e o desemprego, cresce também a importância da renda social para garantir o consumo em nossa sociedade, já que são os próprios trabalhadores que movimentam a economia com seus rendimentos, como por exemplo, a movimentação financeira gerada pela previdência rural nos pequenos municípios (Schwarzer e Querino, 2002). Assim, a crise da sociedade salarial, expressa no excedente de trabalho, no trabalho precário e no baixo grau de

formalização contratual, aponta para a necessidade de novos mecanismos de proteção social, dada as crises e vulnerabilidades sociais deste sistema.

Nesse debate não se trata apenas de proteção episódica para períodos de crise, mas sim uma reavaliação do trabalho assalariado como elemento de acesso à renda. Assim, a reestruturação produtiva no mundo de trabalho influencia esse debate, já que afeta diretamente os fundamentos do Estado de bem estar social. Há, portanto, relação entre as alterações no mundo do trabalho, a pobreza e a concentração de renda. O desemprego e a pobreza encontram-se associados na mudança de atividades da população ativa (desemprego, ocupação e inatividade) e na ampliação da pobreza.

Com base nisto é que Gorz (1995) propõe um projeto alternativo de sociedade, pois pressupõe que não mais existirá emprego em tempo integral para todos, havendo a necessidade de que o ganho de tempo no trabalho propiciado pelas inovações tecnológicas transformem-se no sentido de gerar a redistribuição e partilha dos empregos juntamente com a adoção de atividades que estejam fora da esfera capitalista (já que o número de postos de trabalho são reduzidos independente da qualificação da força de trabalho).

Portanto, ainda na concepção de Gorz, para a reabsorção do desemprego e o aumento da renda dos indivíduos torna-se necessária a redistribuição do trabalho juntamente com a redução de sua duração. É por isso que a renda já não pode mais depender tão somente da quantidade de trabalho efetuado ou mesmo do direito desta ser atrelado a um posto de trabalho. Assim, a proposta de Gorz (1995) é diferente das formas de renda mínima e de subsídio universal, principalmente no que diz respeito à legitimidade da renda. Ele identifica duas visões para a renda mínima, chamando-as de esquerda (defendida por ele) e outra de direita. Nesta última, há a idéia de que existe um grupo que

trabalha e outro que não foi absorvido pelo mercado. O déficit entre um grupo e outro é amenizado ou corrigido por meio de transferência fiscal nem sempre considerada legítima (ou por favorecer o parasitismo ou por ligar os beneficiários a controles por vezes até humilhantes, mesmo que a renda seja um subsídio universal incondicional).

Seguindo o raciocínio de Gorz, Guy Aznar (1995) propõe uma remuneração pelo trabalho e uma outra (chamada de 2º cheque ou salário tecnológico) em que se redistribua a produtividade do sistema por todos, partilhando assim a riqueza coletiva. A fórmula, portanto, tanto para Gorz quanto para Aznar, é buscar equilibrar a oferta e a demanda de empregos através da redistribuição do trabalho pelo conjunto dos cidadãos. Baseiam-se no raciocínio de que as empresas, na busca por produtividade e novos mercados, buscarão tecnologias mais rápidas e que utilizem menos mão de obra. Neste quadro, teremos um pequeno grupo de pessoas que voluntariamente se adaptarão a novas tecnologias e outro (os desempregados de longa duração, os jovens desempregados e aposentados precoces) que contrariamente não estarão neste subgrupo por questão “voluntária”. Por isso, nesta sociedade dualista, como afirmam as palavras de Fonseca, “a postura de se administrar o desemprego revestindo de generosidade social é nada mais nada menos que uma escolha política de acomodação” (Fonseca, 2001, p.128).

Concordo com esses autores com relação ao papel do trabalho e na urgência de uma reconfiguração deste, mas discordo que não seja possível aliar renda básica e empregos na busca de maior equidade na sociedade. O que podemos observar no caso é que programas de renda são elementos para melhoria temporária da condição de vida. Estes, juntamente com a reorganização do trabalho, podem contribuir para o aumento da renda.

Em Areia Branca, a questão do trabalho (quer seja com relação à sazonalidade da renda ou mesmo do fato de apenas uma pessoa ter emprego na família) foi enfatizada por todos os entrevistados como elemento potencial para uma melhoria de vida. **Paula** (dona de casa, entrevista nº 1), quando perguntada acerca das suas aspirações, respondeu *que para melhorar a vida, falta um emprego bom, que ganhasse bem... Pronto, acho que era suficiente. E o resto vinha depois*. Ressalta-se aí a importância do trabalho na vida das pessoas, tanto como elemento agregador de *status* social como possibilitador de melhor qualidade de vida, o que muitos programas sociais não conseguem suprir porque são meramente emergenciais.

Se observarmos que os estudos econométricos sobre a educação no país, apontados por Schwartzman, mostram que em 2001, o rendimento mensal médio de quem tinha educação superior era de cerca de R\$ 2200,00, enquanto o rendimento médio de quem não tinha educação é 100 vezes menor (Schwartzman, 2004, p. 178), podemos afirmar que mesmo não havendo uma melhoria significativa da pobreza, o programa Bolsa Escola pode ser a chave para que o seu beneficiário permaneça na escola. Como o benefício do programa não apresenta muitas alterações no comportamento dos beneficiários na escola, conforme ressaltado na pesquisa em Areia Branca (nove dos adolescentes entrevistados e em oito das respostas das mães afirmam que não houve mudança no desempenho após ingresso no programa), tem, no entanto, apresentado uma ajuda muito importante nas horas de dificuldade, bem como para suprir os adolescentes de um dinheiro que eles possam gastar com o que quiser e precisar.

A maioria dos entrevistados (nove), usam o benefício recebido para suprir pequenas despesas, como uma renda direcionada aos filhos e que eles mesmo possam gastar, já que

seis dos adolescentes ficam com a renda para si e três das mães que ficam com o benefício, afirmam que o dinheiro é gasto com o que os filhos querem. É o que diz uma das entrevistadas:

*não dá pra tudo, mas quebra um galho. No dia que elas recebem esse dinheirinho aí, ficam tudo feliz. Às vezes elas me pedem uma coisa e eu digo, minha filha, posso não, e elas dizem, 'se não fosse o Bolsa Escola a gente não tinha isso (Aparecida., mãe, dona de casa, entrevista n° 19).*

Outra entrevistada resume este pensamento ao afirmar que *é uma ajuda muito boa, porque o pouco com Deus é muito e o pouco sem Deus não é nada (Paula, dona de casa, entrevista n° 1).*

No entanto, a visualização dos benefícios com relação à escola adquiridos por meio do programa não é algo claro, principalmente para os adolescentes. Quando perguntados sobre a importância do Bolsa Escola com relação aos estudos, sete dos adolescentes responderam sobre a participação na escola, no sentido de poder comprar o que o colégio pedia. No entanto, suas respostas referiam-se não à eles próprios, mas de uma forma geral, às demais pessoas, já que quando perguntados sobre o que mudou para eles após o ingresso no programa, 7 não souberam descrever nenhum benefício, e 4 apontaram a disponibilidade desta renda, que antes não havia.

Essa contradição também pode ser percebida nas falas das mães que constantemente referem-se ao que os outros fazem, sempre deixando claro que os seus gostam de estudar, ou ao menos não eram tão distantes do estudo a ponto de precisarem do programa para melhorar. É o que diz claramente **Ana Cristina**, ao falar do programa dizendo que este

*ajuda, ajuda demais. Tem gente que se interessa mais pra ir, tinha criança que nem se interessava, e agora as mães acham que tem por obrigação de ir senão perde o dinheiro. Não perde, não perde. Os meus sempre iam, só não iam quando tavam doente, eu botava todo dia pra eles ir (mãe, dona de casa, entrevista n°17).*

As mães se preocupam em deixar claro que seus filhos estão fazendo juz ao programa, porque são e sempre foram bons alunos.

Da mesma forma, ao perguntarmos às mães sobre a questão do programa ser vinculado à escola, oito responderam que isso era muito bom e útil, e da mesma forma os motivos apontados sempre faziam referência a exemplos gerais. É o que podemos constatar em afirmações também relacionadas à importância da renda, como a de **Antonia**, quando diz que *pra muitas pessoas ajuda viu! Esse Bolsa Escola ajuda sim e muito, tem tantas vezes que a pessoa não tem nem um centavo para comprar um feijão e ajuda sim, em tudo, depende da economia da pessoa* (mãe, dona de casa, entrevista nº 15).

De acordo com a renda declarada na época da inscrição no programa (com exceção de uma família que não estava previamente selecionada), seis famílias apresentam uma renda *per capita* de até R\$ 50,00 mensais. No entanto, pelas informações colhidas durante as entrevistas, este mesmo número cai para três, com três possuindo uma renda *per capita* acima de R\$ 50,00, e tendo os quatro restantes não declarado durante a entrevista a renda familiar (sendo que destes, três são claramente casos que não informaram a renda por estarem fora do público-alvo, já que mais de um membro trabalha ou mesmo pelo salário recebido nas profissões declaradas). Pela renda *per capita* declarada na época da inscrição, ninguém estaria fora do programa. Porém, percebe-se que a questão da renda declarada nunca é algo preciso, sobretudo devido à questão do emprego informal no município.

De todas as famílias entrevistadas, embora predomine o trabalho masculino como fonte de renda, já que em oito famílias somente os maridos trabalham, não encontramos durante a pesquisa nenhuma família com os pais desempregados, mas a afirmação recorrente que se faz é que o trabalho deles é informal. Então as mulheres ressaltam a

questão da renda familiar ser uma coisa incerta, tanto por ser sazonal quanto por não haver as garantias que o emprego formal dispõe.

O que se percebe é que mesmo determinadas profissões em que há uma variação no valor da renda, como por exemplo, a de taxista ou pedreiro, as esposas ficam a ressaltar a ausência de valores, como se ali não houvesse renda alguma. E é assim que a renda declarada é levada para as fichas do programa, como se atividades do setor informal não proovessem renda alguma por não ser fixa. Claro que a incerteza da disponibilidade de renda para uma família é também um fator que pode influenciar na qualidade de vida, mas não significa, no entanto, que não haja renda só porque esta não pode ser comprovada por um contracheque. A questão é como o programa poderá chegar a uma melhor administração deste fator sem que se prenda exclusivamente a valores monetários e que possa traçar mais claramente os segmentos que se quer alcançar.

O programa de renda mínima Bolsa Escola define uma linha a partir da qual as pessoas podem ou não ser beneficiadas. Nisto, a renda familiar *per capita* é o elemento definidor de quem terá direito ou não ao benefício. No entanto, sabemos que como parâmetro, essas definições de renda não podem ser observadas sem a necessária ligação com o contexto. Por isso a questão do desemprego influencia na inclusão nesses programas e não apenas pelo fato óbvio da falta de renda, mas também limitando-os já que muitos que não deveria receber estão classificados nesta linha porque não é comprovada a renda.

No cálculo da renda familiar, a questão do desemprego constante atrapalha, já que a instabilidade e precariedade das condições de trabalho são muito grandes. Esse é talvez um dos motivos pelo qual muitas famílias que não precisariam ser atendidas pelo programa são inseridas, justamente porque a renda não é fixa, ou mesmo não há como comprovar esta

renda. Uma das entrevistadas responde à esta situação ao falar da questão do desemprego do marido:

*porque ele vive mais desempregado do que trabalhando, por isso quando eu fiz meu cadastro, ele realmente tava desempregado. Eu fiz com a minha carteira, 1 salário... Justamente, quando eu fiz esse cadastro do Bolsa Escola, aí teve uma reunião e disseram assim na reunião: 'ah, mas a mãe de Artur tem'. Aí uma das professoras se levantou e disse: 'mas você procure saber que o pai dele vive mais desempregado do que trabalhando, e o pior que é. É difícil ele durar numa firma, trabalha 5, 6 meses e sai, é assim (...). Às vezes as pessoas chegam aqui e diz: 'ai, eu fiz o cadastro e nunca recebi, meu marido desempregado, e ganho um salário e tudo' e eu digo: 'É, se chegar alguém aqui e disser para mim, se chegasse para mim, 'você vai dar a vez pra alguém que tem mais necessidade que vem... Agora para tirar para ficar assim... (Francisca, auxiliar de serviços gerais do município, entrevista nº 7).*

O critério da auto-declaração é utilizado dada a dificuldade de se comprovar a renda que é informal, não se contribuindo assim suficientemente para a correta distribuição do benefício (basta ver os casos encontrados na pesquisa).

A renda é sempre utilizada nos principais métodos adotados para se estudar a pobreza no Brasil. Nestes estudos<sup>24</sup> adota-se uma linha de pobreza/ indigência nacional, estabelecida mais comumente a partir do salário mínimo, mesmo que este não represente o parâmetro ideal para se definir as necessidades básicas dos cidadãos além de deixar de fora as particularidades regionais e as diferenças entre as regiões, muito embora seja um método de fácil operacionalização. Há ainda outro método que também baseia-se em linhas de pobreza e indigência, só que traçadas no nível regional, fazendo uso das estruturas de consumo das famílias nestas regiões e do valor da cesta básica. Os pobres concentrariam-se no grupo daqueles que não possuem renda para adquirir a cesta básica e outros elementos básicos, tais como transporte, habitação e vestuário.

---

<sup>24</sup> Mesmo variando nos números apresentados, essa metodologia pode ser encontrada em trabalhos de diversos autores e institutos de pesquisa (Schwarzer e Quirino, 2002) (Shwartzman, 2004) (Barros et alii, 2000) (Salama e Destremeau, 1999).

O Brasil teria no ano de 2001 cerca de 27, 8% da população pobre, o que corresponde a cerca de 44 milhões. Para a Fundação Getúlio Vargas, encontram-se na indigência aqueles que recebem menos de R\$ 80,00 por mês, calculando-se um número de 29,3 %, correspondente à 50 milhões de habitantes. Segundo os dados governamentais oficiais, produzidos pelo IPEA para o Ministério da Previdência e Assistência Social, o país possui 14% (22 milhões) da sua população indigente e 34% de pobres (53 milhões). Esses dados são referentes à pesquisa do Instituto Cidadania na qual utilizou-se a metodologia do Banco Mundial, em que pobres são os que vivem com uma renda inferior a US\$ 1 por dia, correspondente à época a R\$ 86,82 por mês, de acordo com a informação de SCHWARZER e QUIRINO (2002, p. 29).

No entanto, em uma sociedade de consumo, os desejos e necessidades não se limitam apenas a isto. Daí a discussão acerca da definição e obrigatoriedade dos beneficiários de programas de renda mínima quanto aos gastos com a renda recebida. Discute-se a destinação do gasto ou deixá-lo a critério do beneficiário. Durante a pesquisa, nove mães e adolescentes responderam que o beneficiário é que deve escolher com que o dinheiro deve ser gasto. Como existe ainda, para os beneficiários, uma certa confusão ou mesmo insegurança acerca de alguns requisitos de determinados programas (como por exemplo, quatro famílias que recebiam o Fome Zero e que só podiam gastar com alimentos, tendo que apresentar a nota de compra na Secretaria de Ação Social), de que o dinheiro deve ser gasto com produtos alimentícios básicos ou da escola. Nisto é que uma das entrevistadas afirma,

*aí a gente tinha que comprar só o grosso, não podia botar nem um sabonete. Eu acho melhor a gente escolher porque uma criança não precisa só de comer, precisa de outras coisas, por exemplo, um remédio quando precisa (Ana Cristina, do lar, entrevista n°17).*

Da mesma forma, o adolescente **Pedro** diz: *acho que a bolsa deve ser específica para gastar com a escola. Outro dia vi no jornal que tem pessoas que pegam e gastam o dinheiro com outras coisas que é errado, né? Tem que ser com a escola* (entrevista, nº 2). Ainda com relação ao que deve ser feito com a renda recebida e a idéia presente de como este deve ser utilizado, **Joana** diz:

*eu comprava, fazia a feira com o dinheiro dele, mas o dela era pra comprar alguma besteirinha pra ela. Diz que é pra comprar feira, né? Eu acho que a gente deve comprar o que precisa, né, não deve deixar pela conta deles, porque aí deixando com eles, já gasta né (auxiliar de serviços gerais, entrevista nº 9).*

Para os adolescentes, a idéia de poder decidir como usar o dinheiro recebido não diz respeito a necessidades tão pontuais como as elencadas pelas mães, mas sim a questões mais amplas e gerais, ao sentido de utilizar para qualquer coisa que se precise ou deseje, assim como afirma **Fernanda**, ao achar uma certa obviedade nisto ao dizer: *claro, porque assim se precisar e quiser usar, usa!* (entrevista nº 4).

É por esta subjetividade interiorizada na relação entre o que se deseja e o que os programas de renda mínima venham a permitir ou não é que fica claro a questão de como o *habitus* de uma classe, estudado por Bourdieu (1989), é algo muitas vezes delimitado pelas demais classes e traçado a partir da distinção a que os indivíduos são submetidos. Assim, as afirmações por parte dos beneficiários acerca dos usos específicos da renda do programa apontam para a idéia de que se alguém é da classe popular e faz parte de um programa de renda mínima, ela não pode ou não possui outras necessidades além das básicas, já que o *habitus* de sua classe é marcado pela limitação financeira. Deve-se observar que ter a necessidade de alguns bens que não são unicamente de subsistência não significa necessariamente que aquele indivíduo não esteja dentro do *habitus* característico de sua

classe, mas sim que este visualiza através do consumo, o *habitus* de uma outra classe que possui o poder econômico.

Ocorre que a forma como esses beneficiários vão se apropriar dos elementos de distinção, disponíveis a partir do consumo, ou mesmo satisfazer necessidades que apontam para uma realidade de consumo que muitas vezes não é a sua, é o que vai demarcar a sua posição social. Ou seja, deseja-se o *habitus* de outra classe, que o é na sociedade de consumo largamente propagado como modelo a ser seguido. No entanto, a entrada neste universo se dá não pela efetivação desta imitação, mas sim em um consumo precário, em um acesso ao desejo e não a efetivação da satisfação.

Deve-se pensar então que em uma sociedade de consumo, combater a pobreza não deve significar tão somente crescer renda. O acesso ao emprego bem como aos serviços públicos de qualidade são essenciais para que a pobreza seja combatida. Por exemplo, a situação da educação no país é preocupante não apenas no sentido de que os jovens estejam fora da escola, mas sim de que atualmente ela não é de qualidade (Schwartzman, 2005), fato preocupante principalmente porque nos pequenos municípios, a única opção de inserção, ocupação e lazer dos jovens e adolescentes é a escola. Portanto, esta deve ser ferramenta na possibilidade de melhoria de vida desses jovens e contra a ociosidade.

Exemplo disso é que entre os adolescentes entrevistados, apenas dois desenvolvem algum tipo de atividade além da escola. Isto aponta a importância da escola como elemento integrador desses adolescentes e aponta também, por outro lado, para a insuficiência da disposição no município de outros elementos de diversão e lazer (tais como grupos artísticos, culturais, esportivos, etc). A ocupação deste tempo livre é mesmo na forma de lazer pautado na qualidade de espectadores da TV ou no passeio na praça da cidade.

Além de ser um fenômeno nacional, mas também em grande parte influenciado pelos fatos apontados acima, a TV é o principal meio de comunicação de massa e opção de lazer, dada a escassez de alternativas para a população do município. Partindo então da importância da TV como veículo midiático propagador dos elementos simbólicos de consumo, perguntamos aos próprios adolescentes se a tv influenciava seus desejos de consumo, suas compras e em seus gastos.

As respostas apontaram a influência deste meio na estimulação desses adolescentes, presente para todos os entrevistados, embora para as mães esta influência também se dê por meio dos amigos. É o que podemos concluir das respostas obtidas em depoimentos como o seguinte: *a televisão influencia muito, nas horas assim daquele negócio que passa mostrando entendeu? Nas horas de comprar influencia muito* (**Mirtes**, adolescente, entrevista nº 8). Outra adolescente, afirma a mesma coisa, quando diz que a televisão *influencia muito, porque a gente vê assim, dá vontade de comprar, de acompanhar a moda* (**Débora**, 15 anos, entrevista nº 18). No entanto, sua mãe acha que *não influencia muito não porque ela não assiste muita televisão, só as novelas*, o que parece, pelo menos pela informação da adolescente, já ser o suficiente para estimular determinadas compras.

A questão é como se dá então a satisfação destes desejos de consumo influenciados pela mídia. É também perceber que pensar em pobreza é ir além do que é necessário ao bem-estar material, mas é também viver em negação das oportunidades e das possibilidades das escolhas. A pobreza define-se então na análise de capacidades, e com isto tudo que impeça o indivíduo de usufruir uma vida digna.

Se estes jovens sentem a necessidade de um consumo que é inviável para o seu poder aquisitivo, temos então dilemas com relação a que tipo de inclusão e satisfação de

necessidades está se falando, principalmente neste cenário em que os programas de renda mínima se colocam como alternativa para resolver ou amenizar a pobreza, devendo-se então começar por resolver o problema da distribuição do benefício, da baixa eficácia e má focalização. Isto porque, apesar da visão predominante durante algum tempo de que problemas sociais somente poderiam ser resolvidos através da resolução dos problemas macroeconômicos, revisões recentes (Birdsall et alli, 1995, Birdsall e Lodoño, 1997, Benabou, 1997) mostram que na verdade as desigualdades da distribuição de renda causam impactos negativo sobre o crescimento econômico e problemas sociais.

É preciso buscar uma inclusão efetiva que venha a contribuir para uma maior qualidade de vida e satisfação das necessidades dos indivíduos enquanto membros da sociedade. Para isso é preciso tanto observar como tem se dado essa inclusão até agora e pensar em alternativas que não venham a reforçar a exclusão a partir de uma inclusão parcial.

#### **4.2 - Como se incluem os excluídos**

Se temos por um lado uma alteração no papel do Estado e por outro o surgimento da preocupação com a exclusão social, devemos lidar também com a elevação das aspirações de consumo, mesmo não estando acessíveis à todos e que são no entanto, tomadas como padrão; ou seja, a informação da possibilidade de aquisição do bem se deu de forma mais rápida e efetiva do que a sua possibilidade real de satisfação.

Dupas (1999) comenta este fato assim:

*os que têm cartões de crédito; os que não tem cartão de crédito mas gostariam de ter; e os que nunca ouviram falar de cartão de crédito. O grupo dos que não tem cartões de crédito mas gostariam de ter é aquele que, apesar de partilhar os valores da sociedade consumista, não conseguiu o visto de entrada ao almejado paraíso do consumo (Dupas, 1999, p. 17).*

Neste sentido, o grande conflito ou emblema desta sociedade é que ela traz o consumo como elemento de distinção e realização social e pessoal. Por isso a identidade social é cada vez mais moldada a partir de elementos de consumo. E assim o sentimento da exclusão é acentuado porque o consumo, de acordo com Dupas, tornou-se

*no principal sinal exterior de sucesso individual, o que faz com que o sentimento de exclusão possa ter um teor puramente relativo, ou seja, o de estar excluído não de necessidades consideradas básicas, mas daquilo que outras pessoas tem. Essa sensação pode, com efeito, ocorrer em qualquer faixa de renda (Dupas, 1999, p. 17).*

Por isso, em um universo adolescente este fato é mais visível e também muito mais urgente nesta fase que a aceitação por parte do grupo é requisito importante na formação da identidade. Assim, como demonstra as entrevistas, as prioridades na pauta dos gastos dos jovens são roupas e acessórios para 10 dos entrevistados, sobretudo no caso das mulheres, mas não ficando de fora também no universo masculino (2 adolescentes), sendo incluído para estes também a questão da diversão com relação às festas e transportes (a Honda Biz foi citada em três entrevistas). Perguntados então sobre com que gastariam se tivessem mais dinheiro, as respostas obtidas seguem no sentido da afirmação de **Adriana** (adolescente, entrevista nº 3), quando diz que *compraria roupa, brinco, pulseira, tudo! Celular, tudo.* Neste momento a mãe interrompe, e diz que as filhas falam: *ô meu Deus, mãe, será que a senhora não vai me dar nunca um celular?* e continua:

*é o sonho delas, principalmente dessa, mas só que eu não posso, eu não vou mentir. Tenho muita vontade, mas não posso... Primeiro que eu tenho vontade porque quando a gente tem um filho que como se diz, dá gosto pra gente nos estudos, a gente faz tudo que pede, assim, a gente podendo fazer, quer dizer, nem tudo né?! Mas assim, o que elas pede a gente se puder mesmo é pra fazer... Se não desse gosto no estudo, Ave Maria, mas tenho muita vontade, só que eu não posso (Maria José, dona de casa, entrevista nº 5).*

Quando pergunto para as mães o que elas gostariam de comprar por achar importante, e por sua vez o que os adolescentes pensavam sobre isso, fica evidente a divergência nas opiniões de seis mães entrevistadas. Para sete mães, a prioridade deveria ser os estudos, mas declaram saber que, na opinião dos adolescentes, diversão e gastos são mais importante que os estudos. Nos casos em que essas opiniões não divergiram é porque as próprias mães colocam como importante os elementos de consumo citados pelos adolescentes, referindo-se ao fato de satisfazer as vontades e necessidades dos filhos. Em apenas um caso há uma concordância entre adolescente e mãe na questão dos estudos.

Em uma das entrevistas, ao fazer esta pergunta à mãe, as meninas gritaram logo: *uma moto!*, no que a mãe respondeu: *uma bicicletinha pra gente ter com que andar*. Uma das filhas, no entanto retrucou: *ô mãe, uma moto....* Ao que a mãe continuou:

*eu vou ser realista, esse negócio é o seguinte, principalmente isso delas quererem um celular é porque elas vêem as amigas, principalmente as amigas que andam com elas, tudo tem celular, e elas não tem, né, e fica querendo ter (Maria José, dona de casa, entrevista n° 5).*

Os adolescentes apresentam evidências mais claras para análise dos padrões de consumo locais, já que expressam mais livremente seus desejos de consumo, tanto por constituírem-se exemplo de uma geração formada em contato com o modo de consumo moderno, bem como, por não terem vivenciado um passado de maior penúria nas suas referências e expectativas. Enquanto os adultos almejam bens relativos ao lar e à família, os jovens querem vestuário e bens de locomoção. Essas diferenças entre gerações são indícios da mudança e ampliação das necessidades e dos padrões de consumo que passam a possuir cada vez mais o sentido de distinção social e construção da imagem desses sujeitos consumidores.

A diferença entre as gerações está marcada claramente na questão do consumo, pois como demonstram as declarações das mães, há a mudança de comportamento em relação ao que se quer e ao que se pode comprar hoje em dia e antigamente. Nas palavras de uma das mães entrevistadas:

*é diferente demais. Porque hoje em dia as mocinhas querem andar direitinho, quer comprar as coisas, quer broche, quer roupa diferente, quer calçado novo, quer tudo né, e na época da gente, era diferente. Pelo menos na minha época não tinha o que tem hoje. Tinha, mas não podia dar, na época era tudo mais difícil (Aparecida, dona de casar, entrevista n°19).*

O termo exclusão na sociedade de consumo aponta então para inúmeras perspectivas, desde a exclusão da satisfação da garantia de sobrevivência física até mesmo ao sentimento subjetivo de descontentamento, por não poder desfrutar dos elementos que a sociedade de consumo oferece como acessíveis, estando na verdade ao alcance de poucos. Daí a multiplicidade de desejos de consumo e até mesmo a contradição entre o que pode ser útil para um indivíduo e o elemento mais urgente de desejo.

Há, como demonstram os dados, situações de conflito entre mães e filhos sobre os objetos de desejo, vista em depoimentos como os de **Giovânia** (entrevista n° 14), quando demonstra seus planos sobre com que gastaria mais, mostrando contradição entre o que ela quer e o que a mãe acha que ela deveria querer, nos seguintes termos: *eu gostaria, assim, de ter bastante roupa, entendeu? Me vestir bem, sapato* e a mãe a interrompe dizendo: *E o computador? Ela nem fala no computador* (mãe, dona de casa, entrevista n° 13). Em outra entrevista uma mãe fala de quando eles querem alguma coisa que ela não pode dar e quanto aos seus sonhos de consumo. Ela diz:

*mas sempre eles acabam contornando, porque se é isso que eu tenho pra dar, vai ser isso (...) Ai tem muitos! Às vezes ele chega e diz, 'ai, eu quero um vídeo*

*game', eu digo: A., eu não posso comprar agora, tenha paciência que quando eu puder (Francisca, auxiliar de serviços gerais do município, entrevista n° 7).*

Por isso mesmo, a política social deve ser elaborada levando-se em consideração a crise da sociedade salarial, tanto pela questão óbvia da disponibilidade de renda para a inserção como para a maior inserção social. Como os excluídos financeiramente integram a sociedade de consumo, mesmo que precário, tem-se por outro lado os anseios e desejos de inserção destes, como paradoxo dessa sociedade que gera expectativas de consumo que não são satisfeitas potencialmente. Principalmente quando se tem um contexto familiar de baixa renda em que a possibilidade de satisfação das necessidades individuais esbarram na questão do que os demais membros também precisam e da renda para todos.

Por isso quando perguntamos acerca do que mudou na vida dos bolsistas, estes apresentam dificuldade de expressar melhorias individualizadas, já que nesse pensar coletivo está expressa a situação das necessidades das famílias. Mesmo assim, as respostas de todos os adolescentes apontam para o não reconhecimento de mudanças, a não ser o fato de receber a renda. Assim, as afirmações referiam-se a essa mudança no seguinte sentido: *mudou assim, porque antes, na necessidade, a gente não tinha como comprar, e agora tem (Pedro, entrevista n° 2).*

Com relação aos gastos familiares, todas as respostas vão no mesmo sentido, uma vez que é difícil eles especificarem quanto gastam, pois só sabem dizer que gastam muito com os filhos. Sobre isso uma mãe respondeu: *eu não sei. Eu sei que a gente gasta muito, só não gasta mais porque não tem como pagar. Tem que passar assim, se arrastando, porque senão, não dá não, e vai fazer o quê? (Maria José, dona de casa, entrevista n° 5).* Além disso, demonstra que a renda nunca é suficiente para se arcar com as despesas dos

filhos, pois mesmo não sabendo mensurar quanto gastam, seis mães responderam que gastam tudo com os filhos, pois os desejos são maiores que a renda.

Quanto à busca dos que realmente merecem receber, não quero aqui lidar com a idéia de que as pessoas precisem ser miseráveis para poder receber este benefício, até porque não é essa a situação social do município. Mas sim que pessoas beneficiadas possuem uma renda total que as colocaria fora do público-alvo do programa. Isto ocorre devido ao fato da renda não ser fixa, ressaltando-se aí a questão do desemprego e do subemprego, bem como do longo período transcorrido entre a data da inscrição no programa e a não revisão da situação social das famílias. Com isto, ocorre de mesmo estando desempregados na época do cadastro, hoje, passados mais de três anos, já estão trabalhando, o que ocasiona distorção entre a renda declarada e a renda encontrada.

Mesmo com o esforço do Governo federal em cruzar informações do Ministério do Desenvolvimento Social e dados da Caixa Econômica para indicar quantos beneficiários do programa Bolsa Família possuem emprego formal (através da relação anual de informações sociais do Ministério do Trabalho), não se pode dizer que somente estão incluídas no programa famílias com renda inferior a R\$ 100,00 *per capita*. Conforme dados dessa matéria veiculada pela Secretaria de Comunicação da Presidência da República (12/04/2005), 14% das famílias atendidas possuem emprego formal, e somente 4,4% dos 6,5 milhões de famílias atendidas podem estar em situação irregular. A incerteza nessa afirmação deve-se ao fato de que as famílias declaram uma renda inferior pelo fato desta não ser fixa, mesmo existindo. Nesse sentido os argumentos de Suplicy são válidos por defender uma renda incondicional que eliminaria esses dilemas bem como possíveis

constrangimentos causados por uma fiscalização que em certa medida pode ser estigmatizante (Suplicy, 2002).

A cidadania está diretamente ligada à esta discussão, pois nos objetivos gerais do programa (Brasil, 2002)) está a possibilidade de acesso a uma maior cidadania por parte dos beneficiários. E neste sentido, 54,5% das mães entrevistadas concordaram com a possibilidade de um maior exercício da cidadania por meio do programa, por terem neste um auxílio monetário bem como pelo direito de fazerem parte de programas sociais. Mesmo assim, 45,5% não percebem nenhuma relação direta, apoiadas em constatações como a de **Luzia**, dizendo: *acho muito distante. Talvez eles planejando isso de cidadania lá, eles pensam que seja como eles querem, mas na prática isso tá muito distante* (mãe, dona de casa, entrevista nº 21).

O que deve ser observado é que além da insuficiência de renda, a pobreza deriva-se da má provisão de serviços públicos essenciais, como saúde, educação, habitação, e até mesmo a privação de algumas formas de liberdade (Sen, 2000), colocando em questão as formas mais tradicionais de políticas sociais.

A utilização de um programa de transferência condicionada de renda a famílias socialmente excluídas foi posto em prática visando dar condições às pessoas carentes de poder executarem o mínimo de consumo. Mas a linha divisória entre o mínimo e o básico, entre o essencial e o supérfluo não é tão clara. É no consumo precário que a população responde à incitação ao consumo já que o acesso a este deu-se mais rápido e de forma mais intensa do que as expectativas dos beneficiários de usufruir de benefícios do Estado de bem-estar social ou mesmo de uma possível inserção em postos de trabalho remunerado.

Rocha faz referência à perplexidade que tem causado o fato do consumo ter crescido entre as camadas mais pobres. Constata também que nem mesmo no censo são computados todos os recursos e fontes de renda das famílias. Deve-se reconhecer também as diversas fontes informais (não apenas comércio e serviços), de maneira que em municípios como Areia Branca, até mesmo as doações políticas são relevantes, podendo ser nas palavras da autora, “tanto tática de sobrevivência quanto estratégia de dominação” (Rocha, 2002, p.172).

Presencia-se a inserção dos pobres neste consumo não-essencial, vistos nas modas urbanas e nos eletrodomésticos. Se reconhece nas diversas feiras, comércios ou mesmo nos camelôs, nos produtos contrabandeados do Paraguai e na ilegalidade que os cerca, um meio de satisfazer a pressão “pró-consumo” (Rocha, 2002), já que possibilita a redução dos custos. É nesta segmentação do mercado e na pirataria que dá-se vazão para o consumo de uma população pobre. Isso porque não basta ser mais barato, mais que isso, o produto deve satisfazer o quesito de ser um substituto razoável para os bens desejados. Mais que um desperdício irracional ou mera imitação pela ostentação, o fascínio pelas marcas de classe média e alta representam o que Canclini considera como expressão de que quanto mais caro o produto, maior o investimento afetivo e o poder de status associado ao bem (Canclini, 1995, p. 58), algo que já é compreendido pela pirataria que falsifica etiquetas de roupas e grifes das mercadorias consumidas pela classe média.

Percebe-se, portanto que essa inserção da população pobre na sociedade de consumo não trouxe transformações maiores nas relações de prosperidade, nas práticas políticas e de trabalho deste sistema, enfraquecendo-o na medida em que se dá através de

formas paralelas de produção e consumo dos bens. Por isso mesmo é que Rocha afirma que,

*ao invés de ser fruto da universalização das formas mais vigorosas de produção capitalista, a expansão do mercado consumidor brasileiro pressupôs o revigorecimento da velha cisão entre o alto e o baixo comércio, porque foi baseado na multiplicação dos meios precários de acesso aos bens. A diferença entre os que consomem pelas vias principais e os que só alcançam os bens através de atalhos nunca foi tão grande (Rocha, 2002, p.179).*

Assim, para além da falsa impressão que se possa ter de uma possível democratização por meio do consumo ou da aproximação dos extremos sociais quanto à condições de vida e uso de bens similares, a análise revela que grande parte da população não consegue inserir-se por meio das vias regulares e no acesso aos produtos. Ainda de acordo com Rocha, “a tensão se manifesta na redefinição das necessidades dos indivíduos sem um aumento proporcional de seu poder aquisitivo” (Rocha, 2002, p.179). Em resumo, a inserção na sociedade de consumo por meio de um consumo precário não exclui a pobreza.

Na sociedade de consumo, a pretensa democracia apresenta-se em uma inclusão excludente. Se não pode ser democratizado o acesso efetivo ao consumo, possibilita-se porém o acesso ao sonho e à eterna insatisfação tão salutar ao sistema capitalista. A mídia se encarrega de socializar os desejos e de informar a todos a existência dos produtos que serão consumidos apenas por quem efetivamente pode pagar por eles.

A não ser a saída através do consumo precário, resta aos beneficiários de programas de renda mínima a simulação do consumo e a utilização da renda para as necessidades, que muito embora sejam aparentemente supérfluas, são necessárias para a felicidade e a execução de seus papéis de consumidores. Resta saber como esta sociedade conseguirá,

mesmo incluindo precariamente os seus cidadãos, encontrar espaço para lidar com este antagonismo da sociedade de consumo, o consumo precário.

Vejamos melhor nas palavras de uma das informantes que diz:

*hoje é tudo diferente. Eles só querem comprar coisa cara, coisa que quando eu era moça eu nunca possuí. A coisa mais difícil era eu comprar uma roupa, de ano em ano é que eu comprava uma roupa. Essas meninas querem comprar, por elas, porque eu não faço não porque eu não posso, mas por elas, comprava roupa todo dia...quando acabar, qualquer roupinha que elas tem já diz que não presta mais, já não querem mais. Eu digo: faça isso não menina, você não é rica não! (Aparecida, dona de casa, entrevista n° 19).*

E a questão desse consumo, muitas vezes desenfreado, fica evidente quando os valores dos bens comprados não condizem com a realidade da cidade, em que é muito comum a compra de produtos caros de determinadas lojas e boutiques. Esses jovens convivem nos mesmos espaços que os jovens da classe média e estudam inclusive nas mesmas escolas, não havendo grande distinção de espaços por classe, fazendo com que os adolescentes partilhem dos mesmos hábitos e do desejo de realizá-los. Assim, uma mãe diz:

*se uma amiga compra uma roupa, uma sandália, e diz o nome das meninas, 'mãe, fulana comprou uma sandália, muito linda, muito chique, a coisa mais linda do mundo, foi 80, 90 reais'. E eu digo: a coisa mais linda do mundo é Jesus e a gente comer todo dia e encher barriguinha. Porque não adianta andar chique e ficar passando necessidade, como muitas fazem por aí. Principalmente certas filhas que nem gosto dão aos pais. As mães devem nas boutiques, chega o Natal, chega o carnaval, Ano novo, festa de Agosto. Em Areia branca, eu conheço muito, sai fazendo a conta grande aí pela cidade, sem poder pagar, pra fazer o gosto das filhas e as filhas nem faz o gosto dos pais, só faz coisa errada(...) eu digo muito a elas, oh, não vá pelos outros. Se uma compra uma sandália de 70, você pode ir com uma de 15, 20 e você vai do mesmo jeito. E se alguém for olhar e dizer 'olha, ela tá com uma sandália feia, fora da moda, não existe isso não. Quem faz a moda é a pessoa. E onde vai uma pessoa com uma sandália de 70, 80, a outra vai com a de 10, 15 e é a mesma coisa (Antônia, do lar, entrevista n° 15).*

Obviamente para suas filhas e para os demais a questão não parece ser tão simples, pois se fosse a mesma coisa, elas não tratariam a sandália da colega como elemento de distinção.

Para Bourdieu, o estilo de vida é a expressão de preferências distintivas nas quais manipulam-se os atributos simbólicos do consumo na busca da expressão e obtenção de *status* (Bourdieu, 1995). O apego às marcas se desenvolve dentro de uma tensão. Os hábitos de consumo são também lugar de luta pela diluição do estigma da pobreza envolvendo critérios de seleção dos produtos, bens almejados e desejos de consumo.

As adequações às modas dos grandes centros urbanos, transmitidos pela televisão, representam também a superação do estigma do “matuto” atribuído não só aos moradores das áreas rurais, mas também aos moradores de pequenos municípios. Para Rocha, isso significa que “no fim das contas, o que se quer é reconstruir a identidade social em novos termos, os de uma desejada integração dos quadros mais valorizados da sociedade brasileira” (Rocha, 2002, p. 153).

O vestuário é um elemento que possibilita a observação do consumo estilizado porque a construção da imagem dos sujeitos é mais direta. Ocorre que a busca de inserção no universo de consumo não acompanha uma inserção equivalente no mercado de trabalho ou acesso a serviços públicos de qualidade. Nisto constitui-se o abismo entre participação cidadã e inserção pautada apenas na possibilidade de consumir.

Um novo referencial de programas de renda mínima deve levar em conta que a pobreza e a inserção na sociedade de consumo constituem prismas complexos que englobam muito mais que uma relação direta com valores monetários ou limites de renda. Mesmo fazendo-se necessário melhorar o gerenciamento dos programas de renda mínima, especialmente o Bolsa Escola, e deixar claro os critérios de atendimento a fim de que não haja uma utilização de forma clientelística ou ineficiente, é preciso lidar com mais alguns elementos na busca da inclusão. Mesmo sendo a sociedade de consumo si excludente, já

que o incentivo ao consumo é pautado na busca por distinção, é preciso perceber que a verdadeira inclusão deve ser gerada ao possibilitar que os indivíduos possam desfrutar de dignidade e maior qualidade de vida.

Se observarmos o caso Francês estudado por Serge Paugam, a partir do qual ele classifica uma nova pobreza pautada no que ele chama de “desqualificação social” (2003), vê-se que é a partir dos critérios de frequência e acesso aos serviços sociais que ocorre uma degradação do *status* dos assistidos. Em Areia Branca, por ser o beneficiário reconhecidamente componente de uma categoria social de menor poder aquisitivo, ele é duplamente estigmatizado, primeiro por fazer parte do programa e segundo pelo fato de não ter determinados bens distintivos. Embora o que é sentido mais diretamente é a discriminação neste segundo fator, ou seja, pior do que precisar da ajuda governamental é não ser inserido no grupo e estar dissonante com o consumo deste. Não fazer parte do mercado consumidor é sim elemento de estigmatização.

Pela própria gênese da sociedade de consumo, não podemos afirmar que um programa de renda mínima traga satisfação plena a partir do consumo ou que estes indivíduos terão suas necessidades e desejos satisfeitos, mas ficou claro no caso estudado que os programas de renda mínima não devem deixar de levar em consideração os elementos de uma sociedade de consumo, que vão influenciar diretamente no cotidiano das pessoas e na eficácia do programa. Nestes termos, buscar a inclusão social em uma sociedade de consumo é lidar diretamente com o fato de que mesmo sendo esta excludente, pode-se, no entanto, minimizar essa situação através de maior acesso a serviços públicos essenciais e geração de emprego. Impede-se com isso que a busca pela satisfação dos

desejos de consumo na forma de necessidades gere tantos conflitos entre as aspirações e a realidade prática.

Ao propor-se diminuir a exclusão social ignorando as influências da sociedade de consumo, os programas de renda mínima correm o risco de tornarem-se duplamente estigmatizantes e de não conseguirem incluir. Por isso, ao pensar em lidar com a questão da pobreza na sociedade de consumo deve-se levar em consideração a interligação entre três elementos na busca de uma cidadania plena, que são: distribuição de renda, trabalho e melhoria das condições de vida.

Primeiramente a distribuição de renda porque não se pode incluir quando se tem uma grande disparidade nas condições de vida das pessoas. Isto porque, conforme afirma Van Parijjs,

*se o dote abrangente de uma pessoa não capacita a ter acesso aquilo que é necessário à sua sobrevivência, ele será unanimemente considerado inferior ao de qualquer pessoa, ou de quase qualquer pessoa, que consegue levar uma vida decente... é somente com respeito a sociedades que se livraram da fome, ou que claramente podem fazê-lo sem violação à propriedade de si mesmo, que vale a pena falar em renda básica (PARIJIS, 1997, p. 81).*

Se uma sociedade justa é aquela em que os indivíduos são os mais livres possíveis, então deve-se satisfazer os requisitos de ter uma estrutura de direitos garantidos, de forma que cada pessoa seja dona de si mesma e que possa fazer o que quer ou deseje. A liberdade real não é apenas a possibilidade de escolher entre bens de consumo diversos, mas sim de poder guiar a vida da forma como se deseja. Portanto uma renda que busque trazer inclusão para os mais pobres deve ser garantida sem nenhuma restrição ao seu uso ou condição para receber.

Com a proposta de uma renda incondicional e independente de qualquer requisito, busca-se efetivar a participação de todos no que é patrimônio comum. Portanto, para Van Parijis, o que há de importante em uma renda universal é justamente a idéia de um patrimônio comum e da igualdade na distribuição de suas riquezas. Então, ele define a renda básica como “uma renda individual paga por uma comunidade política a todos os seus membros, independentemente de sua situação financeira ou exigência de trabalho” (Parijis, 2002, p. 192). Como esta renda deve ser paga sempre em dinheiro e de maneira regular, a intenção é de que ela forneça poder de compra em intervalos regulares. Por ser regular é que ela proporciona inclusive, para Van Parijis, a possibilidade do beneficiário tomar empréstimos em momentos de dificuldade.

Portanto, a renda básica é paga a cada um dos membros de uma comunidade, sempre individualmente, assim como o valor deve ser uniforme. Deve ser estabelecida sem que haja verificação da situação financeira. Com isto não se torna os ricos mais ricos posto que eles também contribuem para o financiamento. Por outro lado, isso traria benefícios para os mais pobres já que:

- Mais pessoas teriam conhecimento neste sistema simplificado;
- Não há humilhação;
- Não precisa parar de trabalhar para receber;
- Não há exigência de trabalho nem anterior nem posterior.

Este último tópico é imprescindível, pois a situação do trabalho na atualidade, não somente nos países subdesenvolvidos como no mundo de uma forma geral, é bastante problemática. Na Europa, por exemplo, conforme visto na preocupação tanto de Gorz

(1995) como de Aznar (1995), muitos dos desempregados não são idosos ou pessoas desqualificadas, mas jovens e pessoas com qualificação, apontando para a necessidade da reorganização do mundo do trabalho. Para esses dois autores, é o trabalho o eixo que orienta e organiza a vida social e pública. Assim, o que deve ser colocado em questão é uma reorganização social do trabalho, não eliminando-o, mas sim buscando reparti-lo entre todos.

Mesmo que para Gorz (1995) e Aznar (1995) a idéia de que qualquer rendimento que não esteja associado a uma ação que o justifique possa ser apontado como um mecanismo de dependência, ao meu ver uma renda básica incondicional é justa assim como o é esta revisão do papel do trabalho e da forma de acesso à este, não sendo dois elementos excludentes já que a renda básica diz respeito à igualdade de direito no acesso à partilha das riquezas e que esta reconfiguração do trabalho implica a própria manutenção da ordem da sociedade de consumo que precisa que seus indivíduos desempenhem o papel de consumidores, algo obtido por meio do acesso à renda gerada pelo trabalho.

Assim com esses autores poderíamos efetivamente tratar do último elemento, a qualidade de vida dos cidadãos, diretamente proporcionada pelo acesso ao trabalho, acesso à igualdade, bem como por uma nova concepção de análise e combate à pobreza, na qual mesclm-se o direito à renda e o direito ao trabalho. É nisto que está a base da cidadania, pois assim como os cidadãos possuem direito a um determinado nível de vida, possuem também como direito e dever a possibilidade de proporcionar à sociedade o seu equivalente trabalho. A definição de um indivíduo universal está justamente no atrelamento deste a vínculos de dependência, pois através do seu trabalho ele pode demonstrar uma utilidade social geral, tendo o trabalho um caráter emancipador.

## CONCLUSÃO

Embora seja um tema em pauta na atualidade, a discussão acerca da redistribuição de renda não tem levado em consideração o contexto de criação e satisfação das necessidades. Na medida em que se torna imprescindível para a contemporaneidade discutir a redistribuição de renda, se faz necessário analisar também como os indivíduos vivenciam em seu cotidiano os elementos constitutivos da sociedade de consumo.

A relação entre necessidades básicas e consumo entre populações pobres aponta o abismo existente entre o desejo e a satisfação. Portanto, falar em consumo em uma sociedade que discute direitos e cidadania a partir de critérios monetários é o mesmo que reconhecer que tal cidadania somente existe para os que podem consumir. Entretanto, não se pode avaliar satisfação e inclusão em uma sociedade de consumo simplesmente pela mera inserção em um programa de renda mínima, pois a pobreza humana não é apenas escassez material, mas também ausência de dignidade. Assim, falar de inclusão a partir de políticas públicas significa possibilitar ao cidadão melhor qualidade de vida presente não só no acesso a serviços básicos (como saúde, educação, transporte, habitação, etc), mas principalmente no acesso à cidadania.

O programa Bolsa Escola do Governo Federal, hoje integrado no programa Bolsa Família, busca através de um benefício monetário, possibilitar o acesso à cidadania e a eliminação do círculo vicioso da pobreza a partir da permanência na escola. Em Areia Branca, como demonstrado, esses adolescentes que participam do programa buscam a aceitação do grupo e a construção de uma identidade pautada em elementos de consumo.

È por essa distinta realidade que a relação entre o Bolsa Escola e o consumo no município expressa as diversas rotas de acesso, entrada e saída construídas pelos indivíduos na realidade prática e a partir das quais inserem-se na sociedade de consumo. Essa inserção dá-se através do acesso à informação entre o objeto de desejo e o consumo precário.

O Bolsa Escola continua, no entanto, não inserindo totalmente o seu público, tanto por problemas de organização que enfrenta como pela dupla estigmatização a qual esses indivíduos são submetidos na sociedade de consumo, por fazerem parte de um programa de renda mínima e por não terem acesso aos bens distintivos, realizando assim, o consumo precário.

Portanto, tendo a argumentar que pensar políticas públicas que tragam inclusão sem reforçar a estigmatização só é possível quando a distribuição de renda, a igualdade e a qualidade de vida são trabalhadas em conjunto. Como membros de uma sociedade, os cidadãos possuem direito de usufruir e participar de suas riquezas, por uma questão de justiça e equidade.

Assim, a redistribuição de renda na sociedade de consumo como uma tarefa e desafio para os governos e a sociedade civil, aponta para a necessidade de políticas públicas que gerem emprego, renda, e provisão de serviços essenciais. Isso porque a atual configuração do mundo do trabalho continua, por si, reforçando a exclusão na sociedade de consumo, haja visto, que não há como resolver o conflito entre ter de desempenhar o papel de consumidor quando não se tem acesso aos meios para tal, ou sobretudo quando esse consumo se realiza de forma precária, não resgatando a dignidade do indivíduo.

Então, a inserção e a construção dos parâmetros de políticas públicas em uma sociedade de consumo devem observar não apenas a participação em programas de renda, mas, sobretudo, a inserção real a partir da combinação de novas formas de acesso ao

trabalho bem como de políticas que não reforcem ainda mais a distinção, como advogam os que propõem uma política de renda básica.

A política de renda básica, sugerida dentre outros por Van Parijis (1994) e Suplicy (2002), não exclui a necessidade de gerar maior acesso ao trabalho; ela complementa o argumento de que todos podem ser incluídos como cidadãos à medida que participam e usufruem da distribuição de renda no país. Portanto como política de equidade, a renda básica, por ser menos estigmatizante, traria maior benefício no sentido de não marcar duplamente os atuais beneficiários de programas de renda mínima. Por outro lado, se apenas a renda básica for utilizada sem que se pense na repartição do trabalho pleno, continuar-se-á a não contemplar o direito de participar da produção das riquezas e a ter uma inserção plena. Assim, a renda básica não exclui o acesso ao trabalho, mas sim potencializa o acesso à participação e efetivação da igualdade na sociedade. Está nisto a chave para um acesso efetivo, não apenas ao consumo, mas a uma maior dignidade, equidade e distribuição de renda.

Portanto, amenizar a situação de exclusão a partir de políticas sociais é ter noção de que na sociedade de consumo, mais que uma questão de renda, a inclusão e a cidadania devem se dar a partir de uma melhor qualidade de vida e respeito aos cidadãos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVIM, Rosilene. (1995), “Infância das classes populares: a constituição da infância como problema social no Brasil”. In PAIVA, Alice Rangel (org.), *O trabalhador carioca – estudos sobre trabalhadores urbanos do Rio de Janeiro*. Editora e série Ciências Sociais / UFRJ.
- ARRETCHE, Marta T. S. (1999), “Tendências no estudo sobre avaliação”, in RICO, E. M. (org.), *Avaliações de Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo, Cortez.
- ARIES, Philippe. (1986), *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- AZNAR, Guy. (1995), *Trabalhar menos para trabalharem todos*. São Paulo, Scritta.
- BACHA, Edmar Lisboa e UNGER, Roberto Mangabeira. (1978), *Participação, salário e voto: um projeto de democracia para o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- BAUDRILLARD, Jean. (1995), *Sociedade do consumo*. Lisboa/Portugal, Edições 70.
- \_\_\_\_\_. (1989), *O sistema dos objetos*. São Paulo, Perspectiva.
- \_\_\_\_\_. (s/d) *Simulacros e Simulações*. Ebradil.
- BAUMAN, Zygmunt. (1999), *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora.
- \_\_\_\_\_. (1998), *O mal estar da Pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editora.
- BARROS, R. P. e HENRIQUES, R., MENDONÇA, R. (2000), “A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil”, in HENRIQUES, R. (org.), *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro, IPEA.
- BRAGA, Elza Maria e BARREIRA, Irllys Alencar (org.). (1991), *A política da escassez*. Fortaleza, Fundação Demócrito Rocha.
- BITTAR, Mariana. (1996), *As estruturas de gastos das famílias beneficiadas pelo programa de garantia de renda familiar mínima da prefeitura municipal de Campinas*. Monografia, NEPP – UNICAMP, mimeo.
- BOURDIEU, Pierre. (1992), *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva.

- \_\_\_\_\_. (1989), *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil.
- \_\_\_\_\_. (1996), *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP, Papirus.
- BRANDAO, Sandra Márcia Chagas e JANNUZZI, Paulo de Martino. (1995), “Distribuição de renda e pobreza”, in *São Paulo em perspectiva*, vol 9, nº31.
- CAMARGO, José Márcio (1991), *Pobreza e garantia de renda mínima*, in *Folha de São Paulo*. SP. 26/12.
- CANCLINI, N. Garcia. (1999) *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 4ª edição, Rio de Janeiro, EDUF RJ.
- CASTELLS, Manuel. (1999), *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra.
- CASTEL, Robert. (1998), *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes.
- CIRILO, Brígida Maria Pereira, NETO, João Vieira, FILHO, José Bruno, BRUNO, Verônica Campos Pedrosa. (1995), *Diagnóstico social de Areia Branca-RN*. Mimeo. Mossoró-RN, UNAERP.
- CUNHA, Lidiane Alves da. (2002), *O Contentamento do Ser Consumido: Consumo e identidade social no universo adolescente em Areia Branca – RN*. Monografia, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais/UERN, datilo.
- DOYAL, Len e GOUGH, Ian. (1991), *Theory of human need*. London, Macmillan Education.
- DRAIBE, Sônia. (1993), “Qualidade de vida e reformas de programas sociais: o Brasil no cenário Latino-americano”, in *Lua Nova*, nº 31.
- DURKHEIM, Émile. (1995) *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, Martins Fontes.
- GOFFMAN, Erving. (1988), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo, LTC.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (1999). “Políticas não agrícolas para o novo rural brasileiro”, In *O novo rural brasileiro*. Campinas, UNICAMP, IE.

Brasil. *Estatuto da criança e do adolescente*. Disponível em: <[http://www.drlourival.adv.br/legislação\\_br](http://www.drlourival.adv.br/legislação_br)>. Acesso em: 24 de Jan. de 2003.

FANTÁSTICO. *Falhas graves no Bolsa Família*. 17/10/2004. Disponível em : <[www.globo.com/fantástico](http://www.globo.com/fantástico)>. Acesso em 18 de Outubro de 2004.

\_\_\_\_\_. *Andamento do Bolsa Família*. 24/10/2004. Disponível em : <[www.globo.com/fantástico](http://www.globo.com/fantástico)>. Acesso em 25 de Outubro de 2004.

FAUSTO, Luiz. (1978), *Minhas memórias de Areia Branca*. Mossoró, Fundação Vingt-un Rosado.

FEATHERSTONE, Mike. (1995), *Cultura de consumo e Pós-modernismo*. São Paulo, Studio Nobel.

FECOMÈRCIO. Informações sobre as micro e pequenas empresas do RN. Disponível em : <[www.fecomercio.com.br](http://www.fecomercio.com.br)>. Acesso em 15 de Abril de 2005.

FELIX, Fabíola Angarten (2003), *Juventude e estilos de vida: cultura de consumo, lazer e mídia*. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, IFCH, mimeo.

FONSECA, Ana Maria Medeiros. (2001), “Propostas e programas de renda mínima no Brasil”, in *Família e política de renda mínima*. São Paulo, Cortez.

FROMM, Erich. (1982), *Ter ou ser?* Rio de Janeiro, Zahar.

GALBRAITH, John K. *La sociedad opulenta*. Disponível em: <[http:// www.ull.es/publicaciones/latina/a2000coc/html](http://www.ull.es/publicaciones/latina/a2000coc/html)>. Acesso em: 15 de Dez. de 2002.

GIDDENS, Anthony. (1997), *As conseqüências da modernidade*. São Paulo, Unesp.

\_\_\_\_\_. (2000), Globalização, in *Mundo em descontrolo*. Rio de Janeiro, Ed. Record.

GORZ, A. (1995), Saindo da sociedade do trabalho assalariado. In *São PAULO em perspectiva*. São Paulo, fundação SEADE, v. 9, n. 3, jul/set.

GURGEL, Deífilo. (2002), *Areia Branca e a gente*. Natal-RN, D.Gurgel.

HAGUETE, Teresa Maria Frota. (1987), *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, Vozes.

HALL, Stuart. (2000), *A identidade Cultural na Pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A Editora.

HELLER, Agnes e FEHER, Ferenc. (1998), “Da satisfação em uma sociedade insatisfeita – cap. II e III”, in *A condição política pós-moderna*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

IBGE. Censo 2000. Disponível no site [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 19/05/2004.

IDEMA. Perfil dos municípios. Disponível no [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 20/04/2004.

JAMESON, Fredric. (2001), *A cultura do dinheiro*. Petrópolis, Vozes.

LIMA, Diana Nogueira de Oliveira. (2003) *Antropologia do consumo: a trajetória de um campo em expansão*. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 56, 2º semestre.

MAGNANI, José Guilherme C. (1992), “Tribos Urbanas: metáfora ou categoria”, in *Cadernos de campo, PG / Antropologia*, IFCH/ USP, SP, ano 2, nº 2.

BRASIL. Manual do Programa Nacional de Bolsa Escola. Ministério da Educação. Disponível em <http://www.educacao.gov.br/home/bolsaesc/manual/index.htm>. Acesso em 25 de Maio de 2004.

\_\_\_\_\_. (2002), *Bolsa Escola Federal – Relatório de Atividades*. Secretaria Nacional do Programa Bolsa Escola. Ministério da Educação. Brasília, Distrito Federal.

\_\_\_\_\_. *Histórico do programa Bolsa Escola*. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em <http://www.fomezero.org.br>. Acesso em 25 de Maio de 2004.

MORIN, Edgar (1990), *Cultura de massa no século XX: o espírito do tempo*. Rio de Janeiro, Forense.

ONU. Relatório de desenvolvimento humano do Rio Grande do Norte. Disponível em [www.friigoletto.com.br](http://www.friigoletto.com.br). Acesso em 11 de Abril de 2005.

ORTIZ, Renato. (1991), *Cultura e Modernidade*. São Paulo, Brasiliense.

\_\_\_\_\_. (2000), *Pierre Bourdieu*. 2º Ed, São Paulo, Ática.

PADILHA, V. (2003), *Shopping center: a catedral das mercadorias e do lazer reificado*. Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, IFCH, mimeo.

PAUGAM, Serge (2003), *Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza*. São Paulo, Educ/ Cortez.

PIAGET, Jean. (1961), *Psicologia da inteligência*. Rio de Janeiro, Fundo de cultura.

- POTENGY, Gisélia (org.). (1999), “Produzindo novas identidades: fragmentação do trabalho e do consumo e novos estilos de vida na sociedade contemporânea”, in *Contemporaneidade e Educação*, 06, IV, p. 73-98.
- PRZEWORSKI, Adam. (1998), Sobre o desenho do Estado: uma perspectiva *agent – principal*, in PEREIRA, Bresser (org.), *Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial*. Rio de Janeiro, Editora da FGV, p. 39-73.
- RAMOS, C. A. (1994), *Programa de garantia de renda mínima*. Texto para discussão nº 367. Brasília, IPEA.
- REIS, Elisa P. (1998), “Sobre a cidadania”, in *Processos e Escolhas: estudos de Sociologia Política*. São Paulo, Ed. Anpocs.
- ROCHA, Maria Eduarda da Mota. (2002), *Pobreza e cultura de consumo em São Miguel dos Milagres*. Maceió, Edufal.
- SAHLINS, Marshall. (1978), “A primeira Sociedade de Afluência”, in *Antropologia Econômica*. São Paulo, Editora Ciências Humanas.
- SALAMA, Pierre e DESTREMEAU, Blandine. (1999), *O tamanho da pobreza*. Rio de Janeiro, Ed. Garamond.
- SCHERER, Elenise. (1997), “Renda mínima de inserção: inclusão e exclusão”, in SPOSATI, Aldaíza (org.), *Renda Mínima e crise mundial: saída ou agravamento?* São Paulo, Cortez.
- SCHWARZER, Helmut e QUERINO, Ana Carolina. (2002), *Benefícios sociais e pobreza: programas não contributivos da seguridade social brasileira*. Brasília, IPEA.
- SCHWARTZMAN, Simon. Andando de lado. *Jornal O estado de São Paulo*. 03/01/2005.
- SENNET, Richard. (1996/97), *Raízes da cultura de consumo*, Rev. USP, SP, nº 32.
- SEN, Amartya K. (2000), *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo, Companhia das Letras.
- \_\_\_\_\_. (1992), *A economia da vida e da morte*. In *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 23.
- SILVA, M. O. S. (1995), *Crise da sociedade salarial e renda mínima: nova forma de política social?* UNICAMP-NEPP, mimeo.

- \_\_\_\_\_. (1997), *Renda mínima e reestruturação produtiva*. São Paulo, Cortez.
- SILVEIRA, Antonia Maria da. (1975), “Redistribuição de renda”, in *Revista Brasileira de Economia*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas. Abr/ Jun.
- SLATER, Don. (2002), *Cultura de consumo e modernidade*. São Paulo, Nobel.
- SPOSATI, Aldaíza (org.). (1997), *Renda Mínima e crise mundial: saída ou agravamento?* São Paulo, Cortez.
- SUPLICY, Eduardo Matarazzo. (2002), *Renda básica de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo, Cortez.
- VAN PARIJIS, Philippe. (1994), “Capitalismo de renda básica”, in *Lua Nova*, Nº 32.
- \_\_\_\_\_. (2002), “Renda básica: renda mínima garantida para o século XXI?”, in SUPLICY, Eduardo, *Renda básica de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo, Cortez.
- VEBLÉN, Thorstein. (1995), *A teoria da classe ociosa*. 2 ed. São Paulo, Abril Cultural.
- VIEIRA, Liszt.(2001), “Notas sobre o conceito de Cidadania”, in *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*. Nº 51. São Paulo, EDUSC.
- WASELFISZ, Julio Jacobo; ABRAMOVAY, Miriam e Andrade, Carla. (1998), *Bolsa Escola: melhoria educacional e redução da pobreza*. Brasília, Unesco.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. (2003), *Juventude rural: vida no campo e projetos para o futuro*. Projeto de pesquisa, Centro de filosofia e Ciências Humanas - UFPE, Recife.
- \_\_\_\_\_. (2002), *Urbanização e Ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e o estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco*. Disponível no *site* <<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste>>. Acesso em 18 de outubro de 2003.
- ZILLOTTO, Denise Macedo. (2003), *O consumidor: objeto da cultura*. Petrópolis, Vozes.

## ANEXOS

### Anexo nº 1

#### ROTEIRO DE ENTREVISTA I - RESPONSÁVEIS PELOS BENEFICIÁRIOS

##### I – Identificação dos informantes:

1. Sexo, idade, profissão.
2. Relação de parentesco com o beneficiado.
3. Escolaridade.
4. Atividade profissional / quantos trabalham e fontes de renda.
5. Renda familiar total.
6. Composição da família (sexo, idade, ocupação).
7. Número de familiares que trabalham.
8. Número de beneficiados no programa / idade / ano de ingresso no programa?
9. Beneficiam-se de outros programas de renda (federais ou não)?
10. Gastos familiares aproximados (alimentação, saúde, moradia, educação, roupas, lazer, etc).

##### II - Usos da renda:

11. Mensurar a quantidade de gastos com os filhos.
12. Prioridades nos usos da renda (qual a importância dos bens que se deseja comprar, tanto para eles quanto para os beneficiados).
13. O dinheiro do benefício fica com eles ou com os adolescentes. Em cada caso, com que se gasta?
14. Se acha que o dinheiro do programa deve ter uma utilização específica ou se cabe a quem recebe gastar com o que quiser?
15. O que acha do programa ser vinculado à escola?

16. Resultados obtidos (depois do ingresso no programa, o desempenho escolar do adolescente melhorou?).
17. Impactos dos recursos na família (o que mudou com o acesso ao programa, tanto para ele quanto para o adolescente).
18. O consumo dos filhos hoje:
- \*Qual a sua opinião sobre os adolescentes, o que estes consideram necessário, seus estilos e atitudes/ Qual a diferença nisto desta geração em relação a sua?
  - \*Qual a importância de se ter determinado bens para os jovens hoje e a sua ostentação em relação à sociedade?
  - \*Qual a influência dos amigos nos seus desejos de consumo?
  - \*Qual a coisa mais importante na sua opinião, para os seus filhos, e o que estes acham mais importante?
  - \*Se tivesse mais recursos, qual o investimento mais importante que seria feito. Quais são os seus planos para o futuro?
  - \*O que falta para melhorar a sua vida e da família. Quais são os seus desejos de consumo / bens almejados?
  - \*Quais são suas necessidades. Qual a opinião sobre a satisfação de suas necessidades, tanto primárias quanto secundárias?
  - \*qual a influência que a propaganda (mídia em geral) possui sobre as compras dos seus filhos?
  - \*Com relação à sua compreensão de cidadania, qual a relação desta com o programa em suas vidas?

## ROTEIRO II – BENEFICIÁRIOS

1. Idade.
2. Sexo.
3. Escolaridade.
4. Outras atividades além dos estudos (remuneradas ou não).
5. Os recursos da bolsa, ficam em suas mãos ou com os pais?
6. Gastos realizados por eles no geral, e especificamente com a renda recebida pelo programa (caso tenha acesso a esta ou possa escolher com que gastar).
8. Se acha que o dinheiro do programa deve ter uma utilização específica ou não?
9. Qual a importância e a necessidade dos bens comprados / critérios de seleção dos produtos? Os bens comprados são realmente necessários? Por que e para quê?
11. Se tivesse mais dinheiro, o que compraria?
12. Quais são os seus desejos de consumo?
13. Qual a importância do programa em seus estudos?
14. Depois da inserção no programa o seu desempenho melhorou? Poderia descrever o que mudou após o ingresso no programa?
15. Qual a importância da mídia em geral nos seus desejos de consumo?

**Anexo nº 2**

FICHA DE CAMPO PARA CADASTRO DE ENTREVISTAS					
HORÁRIO		FITA	FOTOS	DATA	NOME:
INÍCIO:				___/___/___	ENDEREÇO:
TÉRMINO:				Nº	___
LOCAL DE CONDUÇÃO DA ENTREVISTA:					
CITAÇÕES RELEVANTES DIRETAMENTE RELACIONADAS À QUESTÃO CENTRAL DO OBJETIVO GERAL					
IMPRESSÕES PESSOAIS SOBRE A CONDUÇÃO DA ENTREVISTA					

Anexo nº 3

Manual do Bolsa Escola em quadrinhos



O QUE DIZEM OS ESPECIALISTAS

# Um Aliado em Sala de Aula

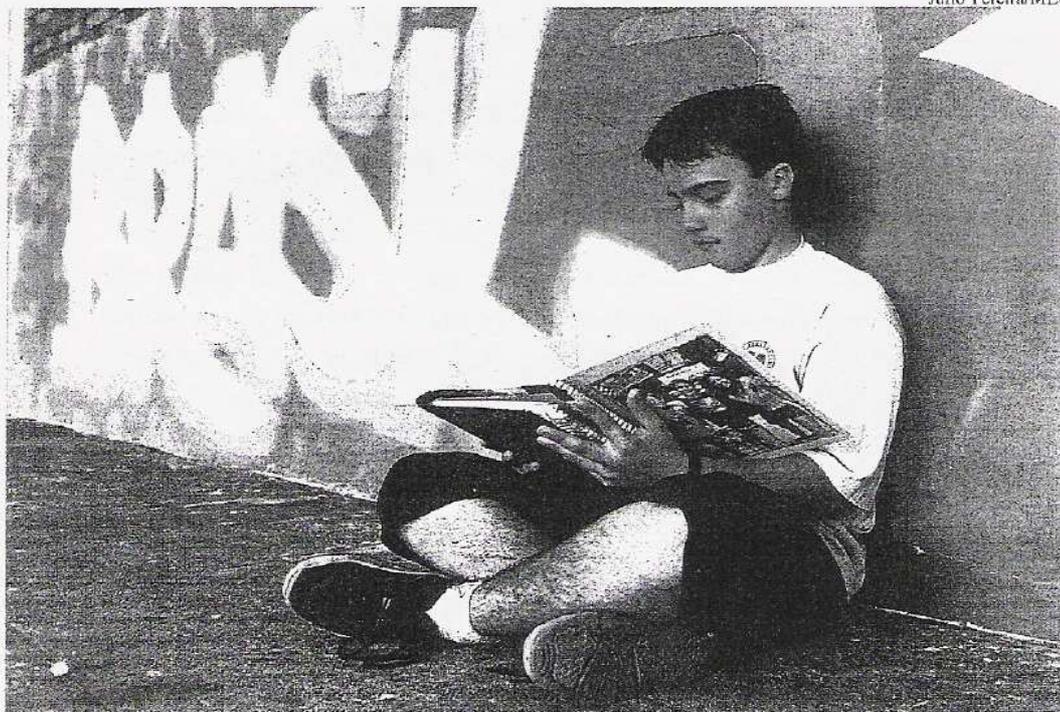
Professores, educadores e pesquisadores elogiam o Bolsa-Escola, mas alertam que é preciso evitar o mau uso dos recursos e a discriminação dos alunos bolsistas

POR LUÍS OSVALDO GROSSMANN

**P**or mais críticas que receba e ressalvas que sejam feitas, o Bolsa-Escola consegue gerar consenso quanto à sua capacidade de promover avanços sob o ponto de vista pedagógico. A evidente e comprovada vantagem de manter as

crianças com frequência média elevada tem como repercussão direta o melhor aproveitamento acadêmico. Além disso, os responsáveis pelo ensino atestam: a bolsa-escola melhora a qualidade de vida e, conseqüentemente, a auto-estima das famílias, além de contribuir de-

Júlio Pereira/MEC



## Anexo nº 5

### Envolvimento das mães com o programa

DEPOIMENTOS DAS MÃES

# As Fiscais da Bolsa

Opiniões das mães mostram o impacto positivo do programa nas cidades onde ele já foi implantado

POR BETH VELOSO

Se o Bolsa-Escola tivesse outro nome, seria “O Programa das Mães”. São elas as protagonistas dessa história que está apenas começando. Gerentes do dinheiro e tutoras dos filhos, conhecem como ninguém as necessidades e as carências da família. Engana-se quem pensa que a bolsa só faz bem às crianças. Enquanto os filhos ganham estudo, elas ganham mais: cidadania, poder de decisão e sobretudo, auto-estima. “Se a mãe não está bem, de que jeito que ela vai criar esse filho?”, questiona Laura Contador, executora do programa em Campinas. Na lista de prioridades delas, saldar as dívidas, uma pequena reforma na casa, uma cama nova, comidinha melhor na mesa. Certa ocasião, o falecido ex-prefeito de Campinas José Roberto Magalhães, um dos pioneiros do Bolsa-Escola, ouviu de uma mãe: “Obrigada, prefeito. Eu estou dando risada”. O prefeito estranhou. “Eu coloquei dentadura”, ela completou. Com o dinheiro da bolsa, muitas, milhares de mães voltaram a sorrir.



## Anexo nº 6

### Ficha de cadastramento

<b>CAIXA</b>		<b>MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO</b> Programa Nacional de Renda Mínima - Bolsa Escola Cadastramento de Famílias			
Inscrição no CNPJ da Prefeitura		Este formulário deve ser preenchido de forma legível e sem rasuras			
<b>1 - Identificação da Mãe/Responsável legal</b>					
<b>Informações</b>					
101 - Nome completo da mãe/responsável legal (sem abreviações)					
102 - Data de nascimento	103 - Sexo <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	104 - Nacionalidade <input type="checkbox"/> Brasileiro <input type="checkbox"/> Estrangeiro	105 - País de origem (se estrangeiro)		
106 - Data de chegada ao Brasil	107 - UF município de nascimento	108 - Nome do município de nascimento			
109 - Filiação - nome completo do pai (sem abreviações)					
110 - Filiação - nome completo da mãe (sem abreviações)					
111 - Número de Identificação Social - NIS (PIS/PASEP/Cartão SUS)					
112 - Cartão tipo 91 - Nascimento 92 - Casamento	Cartão civil 113 - Número termo	114 - Livro	115 - Folha	116 - Data de emissão	117 - UF
118 - Nome do cartório (órgão emissor)					
Documento de identidade 119 - Número		120 - Complemento	121 - Data de emissão	122 - UF	123 - Sigla do órgão emissor
Carteira de Trabalho e Previdência Social 124 - Número		125 - Série	126 - Data de emissão	127 - UF	128 - Número do CPF
<b>Endereço</b>					
Logradouro (Rua, Praça, Largo, Alameda, Avenida, Travessa etc.)					132 - Número
129 - CEP	130 - Tipo	131 - Nome			
133 - Complemento		134 - Bairro		135 - UF	
136 - Nome do Município			137 - DDD	138 - Telefone para contato	139 - Tipo de localidade <input type="checkbox"/> Urbana <input type="checkbox"/> Rural
<b>Informações sobre Renda/Dados complementares</b>					
140 - Renda familiar R\$		141 - Número de pessoas que vivem dessa renda			
142 - Situação no mercado de trabalho <input type="checkbox"/> Assalariado <input type="checkbox"/> Autônomo <input type="checkbox"/> Informal <input type="checkbox"/> Aposentado/Pensionista <input type="checkbox"/> Não trabalha					
<b>2 - Informações das Crianças de 6 a 15 anos</b>					
<b>Primeira criança</b>					
201 - Nome completo da primeira criança (sem abreviações)					
202 - Data de nascimento	203 - Sexo <input type="checkbox"/> F <input type="checkbox"/> M	204 - Nacionalidade <input type="checkbox"/> Brasileiro <input type="checkbox"/> Estrangeiro	205 - UF do município de nascimento		
206 - Nome do município de nascimento		207 - País de origem (se estrangeiro)	208 - Data de chegada ao Brasil		
209 - Filiação - nome completo do pai (sem abreviações)					
210 - Filiação - nome completo da mãe (sem abreviações)					
211 - Número de Identificação Social - NIS (PIS/PASEP/Cartão SUS)					
Cartão civil 212 - Tipo 91	213 - Número termo	214 - Livro	215 - Folha	216 - Data de emissão	217 - UF
218 - Nome do cartório (órgão emissor)					
Documento de identidade 219 - Número		220 - Complemento	221 - Data de emissão	222 - UF	223 - Sigla do órgão emissor
224 - Relação familiar <input type="checkbox"/> Filho(a) <input type="checkbox"/> Enteadado(a) <input type="checkbox"/> Neto(a) <input type="checkbox"/> Dependente legal					
225 - Nome da Escola			226 - Código censo INEP	227 - Série que está cursando	

## Anexo nº 7

### Mapa do Rio Grande do Norte



Foto aérea da zona urbana do município de Areia Branca

